

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Programa do Mestrado Interdisciplinar em Ciências
Humanas

Alice Ferreira Silva

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO:
A EXCLUSÃO DE MINAS NOVAS DA ESTRADA REAL MINEIRA

São Paulo
2020

Alice Ferreira Silva

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO:
A EXCLUSÃO DE MINAS NOVAS DA ESTRADA REAL MINEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro – UNISA – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos

São Paulo

2020

S578c Silva, Alice Ferreira

Memória e esquecimento: a exclusão de Minas Novas da Estrada Real Mineira / Alice Ferreira Silva. – São Paulo, 2020.

123 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Santo Amaro, 2020.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos

1. Memória. 2. Esquecimento. 3. Estrada Real. 4. Minas novas.
5. Interdisciplinaridade. I. Campos, Paulo Fernando de Souza, orient.
II. Universidade Santo Amaro. III. Título.

ALICE FERREIRA SILVA

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO:
A EXCLUSÃO DE MINAS NOVAS DA ESTRADA REAL MINEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro –UNISA– como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020

Banca Examinadora

Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Fontana Baseio

Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, em especial, a minha mãe, Erenice, e a minha irmã, Alarian, pelo apoio prestado; Ao meu orientador, Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, pela paciência, pelas críticas construtivas, pelas motivações e orientações no trilhar da dissertação; Ao corpo docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA, que designa a função de lapidar os alunos com destreza para a vida acadêmica, profissional e científica; A CAPES pela influência a pesquisa; Aos colegas e amigos de mestrado, pelas experiências compartilhadas, pelas trocas de saberes, pelos dias difíceis e pelas alegrias vividas. Conhecê-los tornou esta jornada de dois anos mais especial; Aos professores de Geografia que passaram pela minha vida e me ensinaram a olhar o mundo com o olhar crítico e apurado, e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desta dissertação;

A todos os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A presente dissertação se caracteriza pela comparação das cidades de Minas Novas e Diamantina como possibilidade de reflexão sobre o esquecimento da cidade de Minas Novas, no Alto Jequitinhonha, como parte do caminho da Estrada Real Mineira - ERM. O estudo objetivou uma análise crítica e interdisciplinar de mapas elaborados por Padres Matemáticos e edificações históricas presentes nas cidades para, deste modo, identificar, comparar e expor os contextos que evidenciam a cidade como parte da ERM. Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisados mapas e edificações históricas das cidades de Minas Novas e Diamantina, esta referenciada como integrante da ERM, como desvelam mapas do Instituto da Estrada Real e pela cartografia histórica. O método de análise comparativa dos registros históricos constou do levantamento sistemático de mapas e documentos fotográficos das edificações das cidades de Minas Novas e Diamantina, assim, ao comparar os vestígios, foi possível problematizar o esquecimento de Minas Novas em relação à ERM, bem como observar como a cidade apresenta sinais que comprovam sua inclusão como parte da memória da ERM. A forma de análise dos resultados partiu das bases epistemológicas relacionadas aos conceitos de memória e esquecimento que nortearam a pesquisa. Como resultado o estudo permite considerar que a cidade de Minas Novas representa não apenas um passado de riquezas, mas a construção de uma representação implicada no desenvolvimento regional, pois se configura como parte da ERM, que foi excluída por questões que transcendem o seu passado histórico. Conclui-se que o esquecimento resulta não somente no desaparecimento de uma importante memória das cidades históricas oitocentistas de Minas Gerais, mas no descompasso que qualifica a região como um local de baixo índice de desenvolvimento social. Constatamos que tais situações encontraram correlatos no esquecimento de cidades que apresentam potencial histórico, turístico, logo, econômico.

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Estrada Real. Minas Novas. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The town of Minas Novas and Diamantina between the 16th and 19th centuries are compared within the context of Colonial Brazil, and, consequently, the reason why the former town has been forgotten among so many others in the High Jequitinhonha region, state of Minas Gerais, as part of the Royal Road. Current paper makes a critical analysis with an interdisciplinary stance on the maps prepared by Mathematician priests and historical buildings as research sources to identify, compare and reveal the contexts that evidence the town's memory and erasure as a section of the Royal Road. Maps and historical buildings of Minas Novas and Diamantina, the latter referenced as part of the Royal Road in Minas Gerais, have been investigated. The method of comparative analysis of historical records is based on a systematic survey of maps and photographic documents of building in the two town of Minas Novas and Diamantina. Comparison of evidence problematized the erasure of Minas Novas with regard to the Royal Road and tries to detect whether there are any evidences that would prove its existence within the memory of Brazilian colonial memory. Analysis is based on the epistemology related to the idea of memory and erasure, which will direct current research. Results show that the town of Minas Novas does not only represent past historical richness but also the construction of representations implied within regional development. Erasure is the results not merely of a forgetfulness of an important memory of Minas Gerais's historical towns but the gap qualifies the region as a site of low social development rates. The above situation is correlated to the level of erasure of towns that have a strong historical, touristic and economic potential whose valorization occurs in the maps of the Royal Road Institute but forgotten within post-modern cartography.

Keywords: Memory. Erasure. Royal Road. Minas Novas. Interdisciplinarity.

Lista de Mapas

Mapa 1– Capitánias Hereditárias (1574).....	23
Mapa 2– Recorte do Rio Grande de Belmonte do Mapa Capitánias Hereditárias (1574).....	24
Mapa 3– Os Primórdios da Ocupação de Minas Gerais em Mapas.....	38
Mapa 4– O 1º Mapa da região entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí. Região de Minas Novas, 16° 30' – 18° S.....	39
Mapa 5– Região entre os rios Jequitinhonha e Rios das Velhas no Distrito dos diamantes do Serro 17° 45' – 19.....	40
Mapa 6– Hipsométrico Estrada Real.....	55
Mapa 7– Rota do autor do Rio de Janeiro para Canto Gallo também para Villa Rica e para o centro das Minas de Ouro até Tejuco, a Capital das Minas de Diamante e Distrito chamada Cerro Frio.....	68
Mapa 8– Recorte do mapa João Severiano Terrabuzi. Região do Alto Jequitinhonha.....	78

Lista de Figuras

Figura 1- Viagem de João Severiano Terrabuzi, do Rio de Janeiro até a Vila do Bom Sucesso em Minas Novas em 1814.....	76
Figura 2- Recorte do título do mapa de João Severiano Terrabuzi.....	77
Figura 3- Recorte da legenda do mapa de João Severiano Terrabuzi.....	77
Figura 4- Sobradão de Minas Novas – MG.....	86
Figura 5- Capela de São José.....	87
Figura 6- Capela de São José.....	87
Figura 7- Igreja de N. Sra do Rosário dos Pretos, Minas Novas–MG.....	91
Figura 8- Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Diamantina–MG.....	92
Figura 9- Capela de Nossa Senhora do Carmo, Minas Novas Novas–MG.....	93
Figura 10-Capela de Nossa Senhora do Carmo, Diamantina.....	94
Figura 11- Torre Sineira Linear A.....	95
Figura 12- Torre Sineira linear com adornoB.....	95
Figura 13- Janela Linear A.....	96
Figura 14- Janela Sinuosa B.....	96
Figura 15-Porta Linear A.....	96
Figura 16- Porta Sinuosa B.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CARTOGRAFIA DO ALTO JEQUITINHONHA: A MEMÓRIA DOS MAPAS	
1.1 Vale do Jequitinhonha: memória, cartografia, história.....	18
1.2 Alto Jequitinhonha: nos caminhos de Minas Colonial.....	27
1.3 As origens da cartografia no Brasil: os Padres Matemáticos.....	33
1.4 Registro cartográfico como lugar de memória.....	42
2 ESTRADA REAL MINEIRA E AS CIDADES OITOCENTISTAS	
2.1 Cidades mineiras e Estrada Real no Alto Jequitinhonha.....	48
2.2 Cidades Oitocentistas na Rota da Estrada Real Mineira.....	56
2.3 Diamantina como lócus da Estrada Real Mineira.....	60
2.4 Exclusão de Minas Novas da Estrada Real Mineira.....	65
3 INTERFACES DO ESQUECIMENTO NA CIDADE DE MINAS NOVAS	
3.1 Minas Novas: entre esquecimento e memória.....	71
3.2 Esquecimento como categoria de análise.....	79
3.3 Minas Novas e Estrada Real: a cultura material como testemunha.....	83
3.4 Entre memória e esquecimento: cartografias da Estrada Real Mineira.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	111

INTRODUÇÃO

A dissertação, ora apresentada, trata o esquecimento da cidade de Minas Novas como parte do caminho da Estrada Real Mineira. A investigação parte da análise de mapas e do patrimônio histórico arquitetônico representado pelas edificações religiosas presentes na cidade de Minas Novas e Diamantina como possibilidade de reabilitação da memória da cidade, localizada no Vale do Jequitinhonha, norte do Estado de Minas Gerais.

O objetivo geral é a comparação da cidade de Minas Novas com a cidade de Diamantina. O método comparativo possibilita o reconhecimento da cidade nas origens da Estrada Real Mineira - ERM, bem como a exclusão dessa inserção em registros cartográficos atuais. A problematização buscou estabelecer um panorama da mineração de ouro e diamantes em Minas Gerais, da organização das cidades no contexto mais amplo da história mineira para, assim, identificar nos indícios de memória vestígios de Minas Novas como parte da Estrada Real Mineira - ERM. Como objetivo específico, buscou-se localizar nas principais fontes de pesquisa, a saber, mapas e arquitetura colonial, sinais que evidenciem a cidade como parte desse percurso, desse patrimônio. Assim, o estudo identifica vestígios arquitetônicos e cartográficos como testemunhos que conferem à cidade de Minas Novas o seu lugar e memória.

A problemática que o estudo investiga parte do esquecimento de uma das primeiras cidades do Estado de Minas Gerais, que escreveu seu capítulo na história da mineração como uma cidade de autonomia, que surgiu a partir do descobrimento dos minérios preciosos juntamente com a cidade de Diamantina. Ambas estão localizadas no Alto Jequitinhonha, porém uma delas, Minas Novas, foi excluída dos mapas do Instituto Estrada Real, cujo esquecimento mobiliza na atualidade um movimento encampado pela administração da cidade, para que retome o seu lugar de origem.

Nesse sentido, o estudo pretendeu responder aos seguintes problemas de pesquisa: qual a razão de a cidade de Minas Novas, dentre tantas outras presentes no Alto Jequitinhonha, cair no esquecimento em relação à cartografia atual? O que levou a exclusão da cidade oitocentista dos vestígios cartográficos da Estrada Real, que não mais a identifica como parte do percurso? Quais evidências comprovam que a cidade de Minas Novas deve ser lembrada como parte dos caminhos da Estrada Real?

Um dos motivos que qualifica o estudo é o significativo papel histórico da cidade de Minas Novas na história colonial brasileira. No caso em análise, o esquecimento reverbera a desvalorização da mesorregião do Jequitinhonha, lembrada apenas por seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Outra razão para o estudo justifica-se, ainda, pela pouca importância que o campo de pesquisa interdisciplinar atribui ao tema. Sua realização permitiu não só ampliar conhecimentos adquiridos sobre geografia, cartografia, mas corroborar pesquisas que evidenciam a cidade de Minas Novas como parte do circuito da Estrada Real. Os avanços propostos incidem na análise do objeto de estudo interdisciplinar, cujos domínios embasam o campo do conhecimento no diálogo entre os diferentes saberes, nas trocas metodológicas e teóricas, no cruzamento das fontes de pesquisa.

O estudo pretende tratar a cidade de Minas Novas na história colonial brasileira e problematizar sua exclusão a partir dos conceitos de esquecimento e memória. O estudo avaliou a questão por intermédio das possibilidades de pesquisa sobre patrimônio, cultura e cidadania. A bibliografia clássica, a de referência e a de atualização buscam estabelecer o embasamento e a formação de novos questionamentos, como contribuição interdisciplinar para os estudos que tratam a memória e esquecimento de cidades históricas, oitocentistas, que se ocupam de mapas como fonte de pesquisa e que tratam memória como cidadania.

O desenvolvimento da pesquisa teve como primeira atividade a realização do levantamento dos textos e autores de referência, que permitiu identificar obras clássicas, de referências e de atualização, bem como ampliar a fundamentação no diálogo com os autores que perpassam a análise do objeto de estudo, ora apresentado. Obras clássicas que permeiam a análise e suscitam a reflexão sobre memória e esquecimento e fundamentam-na, pois tratam os conceitos assumidos como norteadores da pesquisa.

Nesse processo, uma segunda etapa realizou o levantamento das fontes documentais nas quais este estudo se apoia, vale dizer, mapas do período colonial e registros fotográficos atuais de construções também usados na comprovação, tanto da exclusão da cidade de Minas Novas, como de seu pertencimento histórico ao percurso da ERM. Para tanto, consultas foram realizadas em acervos da Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro e do Museu do Ouro, na cidade de Sabará, Minas Gerais. As evidências cartográficas da cidade de Minas Novas e de

Diamantina são analisadas em mapas do Padre Matemático Diogo Soares e de Jonh Mawe, os quais apresentam Minas Novas como a principal cidade do norte mineiro durante o período colonial.

No âmbito da metodologia do estudo, foram realizados contatos via e-mail com o Instituto da Estrada Real localizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. A iniciativa pretendeu consubstanciar o debate sobre os critérios delegados para a designação das cidades que fazem parte das trilhas da Estrada Real e o porquê de as cidades do Alto Jequitinhonha, exceto Diamantina, não estarem sequer sinalizadas ou presentes nas trilhas e nos mapas da Estrada Real atuais. Demanda que move, no âmbito da administração pública da cidade de Minas Novas, um processo para sua reintegração nos mapas da Estrada Real Mineira - ERM. Tal realidade corrobora e justifica o estudo realizado.

Cabe destacar, em tempo, que os registros fotográficos permitem identificar similaridades entre as edificações históricas presentes nas cidades de Minas Novas e Diamantina. As fotografias associam aspectos da memória edificada, da cultura material, como evidência da historicidade e contemporaneidade das cidades em análise. Retratam fachadas de igrejas coloniais e atribuem foco à torre sineira, óculo, frontão, porta de almofadas como sinais, indícios e vestígios que denotam aproximações e distanciamentos propiciados pelo método comparativo.

Descobrir empiricamente ordenamentos que permitam associar ou distanciar processos é o que caracteriza o método comparativo. No caso, os usos permitiram efetuar comparações de estilos arquitetônicos entre edificações religiosas das cidades de Minas Novas e Diamantina. Do mesmo modo, identificar material cartográfico das duas cidades constituiu possibilidades de descoberta de relações empíricas entre as variáveis, permitiu investigar e adensar (re)leituras de contextos apresentados no processo histórico. Trata-se de um método minucioso no qual detalhes regem a comparação, pois intenciona situações equiparadas em prol de enquadrar fatos nos seus respectivos planos e balizá-los; ainda, possibilitou testar as hipóteses por intermédio do reconhecimento de semelhanças e diferenças, de conexões entre meios que se tornaram distintos ou marcas históricas preservadas no tempo.

Ainda que imagens panorâmicas apresentem uma forte distinção entre as evidências arquitetônicas encontradas nas duas cidades, sobretudo, nos adereços e suntuosidade das ornamentações, a redução da escala de análise, isto é, ao

considerar o aspecto arquitetônico em sua singularidade e especificidade como sinais presentes nas edificações, esses vestígios revelam não somente Minas Novas como uma das cidades mais antigas do Alto Jequitinhonha, mas abrem perspectivas para a retomada de sua memória, ou mesmo de como a memória permite a retomada dos espaços.

Nessa etapa, como indicado, foram selecionados mapas e fotografias que evidenciam o lugar ocupado pela cidade de Minas Novas no período colonial brasileiro, bem como a comparação com a cidade de Diamantina. No entanto, cabe destacar, a pesquisa se ocupa de outros registros que se encontram na cidade de Minas Novas para ampliar a documentação compulsada, assim, consubstanciar, por meio das comparações, a análise da exclusão da cidade, da anulação de sua memória, de seu esquecimento em relação à Estrada Real Mineira - ERM. Como exemplo, a pesquisa se valeu de relatos de viajantes, legislação e outros documentos que se somaram ao principal *corpus* analisado.

A redução de escala de análise é premissa para a constatação dos fatos, a observação de detalhes na complementação das aproximações. Esse procedimento, conhecido como paradigma indiciário é fundamentado no reconhecimento dos indícios, detalhes minuciosos assumidos como sinais que atribuem autenticidade, marcas comprobatórias e passíveis de comparação em qualquer documento. O indício, a minúcia, a pista são amarrações da escala de análise microscópica.

A comparação se aproxima bastante do diagnóstico e da interrogação dos traços, pois é a partir de uma vasta rede de informações, semelhanças, que se revela o modo como devemos procurar, nos rastros, nos vestígios, as informações, haja vista que o homem possui a necessidade de em meio ao (in)visível marcar sua passagem. Os meios para o estabelecimento desses traços desvelam as construções/arquitetura como elementos passíveis de leitura. Os seres humanos raciocinam partindo de indícios, da junção de informações para o estabelecimento e compreensão da história, de como a realidade atual reflete o passado, como regimes de temporalidade catapultam o futuro. Sem passado não há presente, não há futuro.

Os resultados do estudo estão fundamentados na teoria que trata os conceitos memória e esquecimento. Essa base conceitual se orienta não somente por condicionantes do uso e desuso da memória ou busca entender o esquecimento divergindo-o da memória, mas enfatiza considerações sobre o espaço, o tempo e o

lugar em que o objeto de estudo passou a ser esquecido. Essa possibilidade de análise permitiu reconhecer o motivo pelo qual a cidade de Minas Novas não mais se configura nos mapas da Estrada Real Mineira, pois os conceitos, nos quais se sustenta a presente análise, permitem averiguar a sua exclusão da cartografia e mapas atuais fabricados pelo Instituto da Estrada Real, e os impactos da memória/esquecimento nos significados atribuídos à região. Em contraposição, evidências cartográficas históricas comprovam o importante papel da cidade de Minas Novas, desde o século XVIII, paralelamente à cidade de Diamantina, não somente pela via da exploração de minérios, mas por sua vida social mais ampla.

Resultado de um trabalho interdisciplinar, que dialoga com aspectos geográficos, cartográficos, históricos, arquitetônicos, cujas categorias de análise evidenciam questões filosóficas, voltadas à memória/esquecimento, o estudo pretende avançar em certo sentido ao entrever como tais categorias impactam no desenvolvimento econômico, portanto, interferem na gestão e administração do patrimônio histórico, das políticas públicas e em larga escala do turismo. Assim, buscou-se investigar a dupla articulação entre memória e esquecimento a partir das facetas possibilitadas pela interdisciplinaridade.

O primeiro capítulo trata a cartografia como elemento condutor de memória, além dos conceitos utilizados por uma vertente da corrente francesa da filosofia mais contemporânea sobre memória e esquecimento. O capítulo resgata a cartografia vinculada ao passado colonial para, assim, adentrar a região do Alto Jequitinhonha por intermédio dos cartógrafos Pe. Capassi e Pe. Soares. A cartografia tornou-se o fio condutor da análise na medida em que evoca os lugares e suas origens.

No segundo capítulo, apresenta-se um panorama sobre as cidades oitocentistas mineiras e a construção do circuito da Estrada Real situando, especialmente, o Alto Jequitinhonha e as cidades de Diamantina e Minas Novas. Nesse ponto, o estudo aborda o esquecimento da cidade de Minas Novas e questões voltadas à inserção da cidade no circuito, assim como a cidade se manifesta em relação a essa temática, apresentando mapa hipsométrico das cidades que possivelmente comporiam o circuito Estrada Real Mineira - ERM.

O terceiro capítulo é dedicado às facetas que os conceitos de esquecimento e memória permitem retrair. Trata não só a cartografia, mas a cultura material como herança edificada, como memória e simbologia do período colonial que permite comparara arquitetura das cidades, em específico, a religiosa. O capítulo busca

evidenciar a cultura material como referencial de herança e antecedentes históricos que qualificam a cidade de Minas Novas como parte da Estrada Real Mineira - ERM pela redução da escala de análise, na leitura dos sinais.

CAPÍTULO 1

CARTOGRAFIA DO ALTO JEQUITINHONHA: A MEMÓRIA DOS MAPAS

1.1 Vale do Jequitinhonha: memória, cartografia e história

A memória é um conceito muitas vezes utilizado em construções narrativas como forma de acesso ao passado por intermédio da subjetividade do presente. A memória não é dotada apenas de materialidade, mas é a materialidade que transmite de forma significativa a preservação daquela. A cartografia reúne materialidade e ação humana na construção dos mapas. Essa materialização cartográfica é percebida por meio dos traços e dos sentimentos de pertencimento mediante os contornos e demarcações, da história, das lutas, na formação dos territórios.

A cartografia, elemento transmissor de memória, é a técnica apurada “[...] de conceber, de levantar, de regimentar e de divulgar os mapas” (JOLY 1997, p.7). O mapa é a representação de uma área geográfica “[...] sobre uma superfície plana, folha de papel ou monitor de vídeo, da superfície terrestre, que é uma superfície curva” (JOLY, 1997, p.7). A memória cartográfica deve ser articulada com a memória manipulada, definição estabelecida por Ricouer (2007), visto que a representação cartográfica nunca é fiel e pode anular aspectos de acordo com a escala geográfica.

Paul Ricouer identifica e analisa os usos e abusos da memória, por meio de três tipos de investigação: rememoração, manipulação e obrigação. Inserindo na discussão do que vem a ser memória e, partindo da investigação da rememoração, o autor considera que a “[...] palavra repetida várias vezes, e simetricamente oposta à compulsão: trabalho de rememoração contra compulsão de repetição [...]” (2007, p.85). Assim, o autor reitera que a memória manipulada busca por intermédio do luto “[...] o custo do trabalho da lembrança, mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto” (2007, p.86), isto é, a memória manipulada dispõe da função de libertar-se da perda por intermédio do luto. Deste modo a memória surge como uma obrigação.

O dever da memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outras, dos quais diremos mais adiante que não são, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário. (RICOUER, 2007, p.101).

Entre pagar dívida e submeter a herança, a memória se torna elemento aglutinador na vida de qualquer ser racional e pensante, não há patrimônio mais rico do que a lembrança, visto que a capacidade da memória vai além de adquirir e

armazenar, demanda recuperar e anular lembranças. De acordo com Guarinello, memória é

[...] algo que não está em lugar algum, porque ocupa e preenche todos os lugares. É um substrato, repositório dos produtos de nosso passado que sobrevive no presente, condição mesma do tempo presente. São as tramas dos vestígios, oriundas de diferentes épocas e condições de produção, que constitui a espessura mesma daquilo que existe como cristalização e permanência do que não morreu daquilo que nos liga aos mortos na medida em que sobrevive no presente. [...] É uma regra de ouro, nem sempre atendida: não se pode rememorar o que desapareceu por completo, sem deixar traços de si, mas apenas aquilo que sobrevive, concretamente, no presente. Nosso passado tem uma existência material, concreta, inscrita nas estruturas do presente. É apenas através desse passado-presente que podemos refletir sobre a história. (1993, p. 187).

A reflexão acerca da memória se faz não somente pelos elementos constituintes de pedra e calem si, conhecidos como material concreto e testemunho material emblemático imponente, que integram a paisagem das cidades e refletem a produção histórica atual e do passado, transmitindo de forma significativa a memória histórica, mas também porque enquadram o “[...] monumento/documento efetivamente sinalizados da democratização da memória social” (BRESCIANI, 1993, p.182). Os elementos representativos de memória conhecidos como elementos mnemônicos buscam refletir e auxiliar a memória por via da representatividade das construções e de documentos baseados no princípio de que a mente humana apresenta maior facilidade em memorizar elementos que estejam visíveis ao olhar humano. No entanto, os elementos constituintes de pedra e cal – monumento documento – têm que fazer algum sentido ou serão igualmente difíceis de serem memorizados e de se enquadrarem na história dos habitantes das cidades.

As cidades e suas várias definições, cada qual com suas peculiaridades e formas de construção, assemelham-se em características que são essenciais na estruturação de todas elas. Segundo Rolnik (1988, p.23) “[...] desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política”.

A teia urbana das cidades transfere de forma significativa seu processo histórico e características peculiares construtoras de memória. Encontra-se memória histórica no desenvolvimento das cidades pelo fato de “[...] ser espontânea e gradual a ocupação do espaço, a cidade se adapta, mais do que transforma seu sítio

original” (ROLNIK, 1988, p.33). As cidades só se distinguem uma das outras em razão da sua originalidade, e provavelmente essas peculiaridades dos traços, construções e artefatos¹ que são os fios condutores de memória.

As cidades são palco de conflitos históricos e simbolizam em seus artefatos e arquitetura heranças dos processos históricos, os quais configuram ou desfiguram a organização espacial. À vista disso,

[...] a materialidade das cidades deve expressar os símbolos e mitos de um povo, sua visão de mundo e sua história, ele sustenta a importância da organização espacial como invólucro nada neutro, argumentado com a certeza da *'forte influência do meio externo sobre o espírito humano'*. Numa explícita adesão à ideia de que *'a arte'* é inata e instintiva no homem, elabora um longo percurso intelectual através do tempo para mostrar que *'as praças'*, espaços com finalidades diversas, expressam na compilação diferenciada em uma mesma cidade e em cidades diversas *'seus significados e suas histórias'*. (BRESCIANI, 1993, p.8).

O resgate da memória das cidades deve ir além da materialidade, é necessário indagar os artefatos que não ocasionaram marcas expressivas na memória urbana, mas que podem ser recuperados na formação histórica por intermédio das instituições de memória.

A escrita da memória não se orienta apenas por condicionantes do uso e desuso do que é visível, mas por questões “[...] acima da escala da racionalização do lugar. É preciso proceder do espaço construído da arquitetura à terra habitada da geografia” (RICOUER, 2007, p.160), para analisar e entender a construção histórica das cidades, neste trabalho, especificamente, as do Vale do Jequitinhonha. Para os pesquisadores,

A memória histórica do território minerador do Vale do Jequitinhonha compôs-se através de um discurso forjado na ideia de uma administração de leis especiais de um controle autoritário e efetivo sobre a vida da população. Memória de despotismo e violência, que tornando-se marca da região, a abrange quase como um todo, apagando a diversidade e o conflito que havia ali, onde uma camada dominante, apesar da legislação, acumulava riqueza e concentrava poderes, postura que resultou em arbitrariedade e injustiças. (PEREIRA, 1996, p. 88).

¹ Artefatos — parcela relevante da cultura material — se fornecem informação quanto à sua própria materialidade (matéria prima e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções, etc), fornecem também, em grau sempre considerável, informação de natureza relacional. Isto é, além dos demais níveis, sua carga de significação refere-se sempre, em última instância, às formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu. (MENESES, 1983, p. 107- 108).

O termo injustiças utilizado na citação acima não se apresenta na história dos primeiros traços da cartografia mineira. A extração de minérios do Vale do Jequitinhonha era expressiva e vislumbrava muitas oportunidades de enriquecimento na região. O desafio de descobrir e conquistar fortuna estimulava e atraía desbravadores a viajar e adentrar as Minas. “É graças a essas expedições pelo país adentro que vem à tona uma rede de notas descritivas, pranchas, mapas etc. que servirão como matéria prima” (PECHAMAN, 2002, p.166), para entendermos a construção histórica do Vale do Jequitinhonha.

A cartografia, ciência e técnica representativa do espaço geográfico, tornou-se instrumento fundamental durante os anos da colonização brasileira (1530-1774), e se inicia juntamente com sua descoberta em 1500. Os mapas eram considerados como uma espécie de olhos da Coroa Portuguesa e, cada vez mais, vistos como instrumentos essenciais para conhecimento das novas terras, no entanto [...] “possuíam um pouco das fantasias criadas sobre o lugar desconhecido” (DUQUE; MENDES, 2006, p.40).

Os velhos mapas constituem uma importante fonte para o estudo de aspectos da história como descobrimentos e conquistas territoriais, no caso, permitem questionar a exclusão de Minas Novas da Estrada Real Mineira. As evidências cartográficas, desde o século XVII e XVIII, marcam o importante papel da cartografia no Brasil. De acordo com Duque e Mendes,

[...] os mapas do século XVII, elaborados principalmente por holandeses, franceses, ingleses e espanhóis, com características náuticas, tentavam se aproximar, ao máximo, da realidade. Já no século XVIII, Portugal, com suas preocupações com o limite do Brasil com América Espanhola, dedicou importante atenção á documentação cartográfica do Brasil produzindo mapas de melhor qualidade. (2006, p. 40).

De forma significativa, os mapas apresentados para a Coroa Portuguesa evidenciam e demarcam com maior precisão as novas regiões descobertas.

[...] bandeirantes e portugueses num consórcio de audácia, de aventura [...] de ação construtora, contorcem o retilíneo e convencional meridiano de Tordesilhas [...] e segue-se um mapeamento rigoroso, sério e prodigioso, com fins geopolíticos, quase sempre ligado às conveniências da administração, da defesa e das demarcações [...] esse mapeamento, realizado por um escola brilhantíssima de preparados engenheiros militares, de geógrafos

reais e de 'matemáticos' (astrônomos), forje o Brasil moderno, na sua esplêndida grandeza, e lega-nos riquíssimo patrimônio de mapas manuscritos. (FURTADO, 1969, p. 369).

O primeiro registro histórico cartográfico presente no Brasil que identifica o território mineiro é o Mapa do Brasil atribuído a Luís Teixeira. O mapa, com sobreposição do contorno do litoral do Brasil, apresenta o Meridiano de Tordesilhas e de Minas Gerais, de 1585, no qual corresponde o perímetro da atual Minas Gerais, isto é, as Capitanias de Francisco Giraldes, Capitania do Duque Daveiro e a Capitania de Vasco Fernandes Coutinho. "Mapa do Brasil, atribuído a Luís Teixeira (o velho; 1564 - 1613), de cerca de 1585" (MACHADO; RENGER, 2013, p. 759).

Assim como os mapas constroem a realidade que se pretende impor como verdadeira, o mapa de Luís Teixeira não revela o Rio Jequitinhonha, mas revela o Rio Grande de Belmonte, que recebe o Rio Jequitinhonha e deságua no Oceano Atlântico em Belmonte, no Estado da Bahia. O mapa de Teixeira traz o nome de Rio Grande – de Belmonte – num pequeno trecho no litoral, demonstrando um caminho que poderia ser utilizado para explorar o atual Vale do Jequitinhonha no primeiro registro histórico cartográfico de Minas Gerais, pois

em várias regiões, os cursos d'água foram também utilizados na demarcação de fronteiras e em alguns foram instalados marcos de fronteira. De modo geral, os rios, como o Amazonas, o São Francisco, o Paraguai, o Velhas, o Jequitinhonha, o Doce, o Pardo, o Grande, o Tietê, o Paraguaçu, o Jauru, o Paraná, o das Mortes e muitos outros aparecem com destaque na documentação cartográfica da América portuguesa. (COSTA, 2012, p. 131).

Subsequente está apresentado o recorte do mapa Rio Grande de Belmonte do Mapa Capitanias Hereditárias, datado de 1574, que evidencia a hidrografia da região estudada, o Vale do Jequitinhonha e o seu principal curso de água, o Rio Grande.

Mapa 2 – Recorte do Rio Grande de Belmonte do Mapa Capitánias Hereditárias (1574)



Fonte: (TEIXEIRA, 1574).

Rio Grande de (Belmonte) ←

A distância que separa o litoral baiano, região que recebeu os primeiros traços de mapeamento do Brasil, no ano de 1547, da região do Vale do Jequitinhonha, que começou a ser explorada no “[...] século XVIII, com a descoberta do ouro e do diamante” (VELOSSO; MATOS, 19-- , p.73), é de aproximadamente 935 km. Essa distância comparada com a cidade de Paraty, primeira cidade que corresponde ao Caminho Velho, é relativamente pequena, já que o Vale do Jequitinhonha se encontra aproximadamente a 1.080 km do Rio de Janeiro.

Essa lacuna itinerária e temporal dos traçados cartográficos do litoral ao sertão resultou no progresso de exploração dos colonos, estabelecendo uma rede de antigas estradas. Assim sendo a memória cartográfica começa a ser traçada com maior precisão e exatidão mediante a ciência geográfica e histórica,

[...] essa dupla mutação pode ser correlacionada com a posição da escrita relativamente à oralidade é confirmada pela constituição paralela de duas ciências, a geografia de um lado, secundada pela técnica cartográfica [...] e do outro, a historiografia. (RICOUER, 2007, p.156-157).

A cartografia e a historiografia recuperam a memória histórica. Os primeiros relatos históricos foram escritos pelos próprios protagonistas e a cartografia seguiu os mesmos passos. A cartografia, ao recuperar a memória histórica, incrementa a democratização informacional e a evolução dos estudos cartográficos das cidades em prol da memorização dos seus processos históricos. No entanto, “[...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” (BOSI, 2003, p.145) São esses pontos de amarração histórica que as cidades do Vale do Jequitinhonha perderam em meio à cartografia histórica do período colonial brasileiro, deixando rastros do descaso na região nos dias atuais. O “[...] subdesenvolvimento de certas regiões só é compreendido como sobrevivência do passado” (DURHAN, 1978, p.9). Passado que é pouco discutido e desentendido na correlação dos mapas do sertão brasileiro que constituem a Estrada Real Mineira - ERM e o processo de construção das cidades. A obviedade relacionada ao declínio aurífero e o declínio das cidades do sertão mineiro pode ser insuspeita, mas essa obviedade encobre inúmeros aspectos que devem ser problematizados.

Em muitos mapas, as condições geográficas, clima, rios, serras, posição litorânea, entre outras, fizeram com que a geografia, junto à cartografia, tivessem parte expressiva na explicação da formação territorial das unidades políticas e seus

processos de urbanização e desempenho econômico. A cartografia colonial do século dezesseis evidencia um conhecimento detalhado dos contornos do litoral, com os traços e a foz de alguns rios principais, a partir dos quais podemos identificar os primeiros percursos navegáveis do Brasil. O interior, quando representado, aparece com diversas descrições de florestas, aves, animais e tribos indígenas. O povoamento da América Portuguesa, com poucas exceções, fixava-se em alguns trechos das áreas litorâneas, mas de acordo com a carta de Pero Vaz de Caminha,

[...] o sertão nos pareceu, visto do mar, muito grande, porque a estender d'olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem o vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre-Douro e Minho. porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. (CASTRO, 1985, p. 97-98).

Apesar da mencionada generalização da ocupação litorânea, os registros cartográficos do sertão são os principais documentos do desenvolvimento histórico brasileiro e de memória nacional, pois foi na exploração do sertão, na busca por minérios preciosos, que a história das cidades brasileiras começou a ser traçada, deixando rastros memoráveis na contemporaneidade. O Brasil contemporâneo pode ser definido pelo seu passado colonial, que se encerra no século XVIII. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semi-deserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, dos portugueses que empreenderam a ocupação do território, visto no plano das realizações humanas como algo de novo.

Este algo de novo não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente certa “atitude” mental coletiva particular. Tudo isso naturalmente já se vem esboçando desde longa data. Os sintomas de cada uma daquelas características vão aparecendo no curso de nossa evolução colonial; mas é no termo dela que se complementam e, sobretudo se definem nitidamente ao observador.

[...]É por isso que, para compreendermos o Brasil contemporâneo, precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade. (CAIO JÚNIOR, 2011, p.8-9).

Assim sendo, os estudos sobre memória são de grande importância na contemporaneidade, pois permitem entender a estruturação das sociedades, visto que, sem os marcos temporais cartográficos, as identificações relacionadas à memória de sociedades, de certo modo, não são possíveis, ou seja, o tempo se tornou essencial na construção destas.

1.2 Alto Jequitinhonha nos caminhos de Minas Colonial

Em 1573, Sebastião Fernandes Tourinho realiza as primeiras expedições do atual território que corresponde a Minas Gerais, “[...] entrando pelo Rio Doce, volta pelo rio Jequitinhonha com notícias de minas de esmeraldas [...]” (OLIVEIRA, 1967, p.2). Assim, o primeiro sinal de minerais preciosos no Vale do Jequitinhonha foi levado à Coroa Portuguesa por Sebastião Tourinho. A palavra Jequitinhonha vem dos índios Borun do tronco Aimoré. O “topônimo Jequitinhonha é de origem indígena e tem o significado de rio largo e cheio de peixes” (IBGE 2010).A região do Vale do Jequitinhonha acompanha a bacia hidrográfica do rio que lhe empresta o nome.

O povoamento dessa terra liga-se profundamente à cobiça do ouro, que incentivou os portugueses, desde que aqui chegaram com o objetivo de obter riqueza fácil.

Portugal, com cerca de dois milhões de habitantes via transferir-se para o Brasil, e menos de cem anos, cerca de oitocentos mil pessoas, que povoaram as Minas Gerais e as demais capitânicas do litoral e do sul, cujo desenvolvimento econômico foi possibilitado e realizado pela opulência do ouro e dos diamantes, mercê do comércio intenso que a todos propiciou. (AUGUSTO JÚNIOR, 1943, p.87).

É notório que, a partir dessa expressiva população vinda para as novas terras, houve a desordem reinante em Minas Gerais, no entanto “[...] somente a partir de 1693, o terreno das Minas Gerais entrou na nomenclatura da administração colonial portuguesa” (COSTA et al, 2004, p.99), devido à vasta produção de ouro que crescia rapidamente.

A corrida desenfreada dos aventureiros paulistas pela busca do ouro provocou a Guerra dos Emboabas. Por serem os bandeirantes os responsáveis pela descoberta do ouro em Minas Gerais buscavam o monopólio da exploração do ouro, no entanto Portugal não o aceitou. A Guerra dos Emboabas foi vencida por Portugal e essa conquista gerou grandes mudanças, a primeira delas foi

[...] uma governança cada vez menos distante, medidas administrativas urgiam, e D. João V resolveu criar uma Capitania autônoma para as Minas de Ouro. Além de acalmar as rivalidades entre paulistas e emboabas, havia outras razões. Em 1720, a população das Minas de Ouro já atingiria a marca dos 250.000 habitantes, sendo que cerca de 100.000 eram brancos, 50.000 escravos africanos e outros 100.000 de pardos mestiços. (COSTA et al, 2004, p. 100)

Com a criação de uma capitania autônoma “[...] pelo alvará de 2 de dezembro de 1720” (COSTA et al, 2004, p.100), ocorreu a criação das vilas de Minas Gerais no século XVIII, entre essas identificamos a Vila de N. S. do Bom Sucesso das Minas Novas e Arraial do Tijuco como as principais vilas mineiras, ambas localizadas, hoje, no atual Alto Jequitinhonha.

Em 1723, o Vale do Jequitinhonha ganha maior importância para Coroa Portuguesa. O Arraial do Tijuco em – Diamantina – era onde se extraía maior quantidade de ouro e diamante. A partir de 1729, D. João V tomou severas medidas para exploração do precioso minério, desbravando ainda mais a região denominada como Vale do Jequitinhonha.

[...] ato real de 02 de Dezembro de 1729 declarou monopólio da Coroa a extração dos diamantes, anulando cartas de datas de escrituras de propriedades e, em consequência, na comarca do Serro Frio foi construído o Distrito Diamantino, com sede no Tijuco. (MACHADO FILHO, 1972, p.17)

Desde 1729, a cidade de Diamantina é monopólio de poder no norte de Minas Gerais, especificamente na região do Alto Jequitinhonha, devido à alta extração de diamantes no século XVIII que deixou vestígios preciosos, o que faz da cidade a primeira no *ranking* em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Alto Jequitinhonha.

O Vale do Jequitinhonha está situado no nordeste do Estado de Minas Gerais e é banhado pelo Rio Jequitinhonha, que nasce na Serra do Espinhaço, no Município de Serro e deságua no Rio Grande de Belmonte, no qual os afluentes do

Rio Jequitinhonha correspondem, “[...] à margem direita: Araçuaí, Piauí, São João, São Miguel e Rubim. À margem esquerda: Tabatinga, Itacambiruçu, Vacaria, Salina, Itinga, São Francisco e Salto, que separa Minas Gerais da Bahia.” (OLIVEIRA, 1967, p.10).

O Vale está organizado em três microrregiões: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha – região que está sendo estudada – compreende as microrregiões de Diamantina e Capelinha, que possuem os melhores indicadores sociais; Médio Jequitinhonha, que se situa na parte média do Vale abrangendo as regiões de Pedra Azul e Araçuaí; e o Baixo Jequitinhonha, localizado na divisa com o Sul da Bahia, que compreende a microrregião de Almenara.

A zona do Alto Jequitinhonha apresenta os seguintes limites: ao norte, Zona de Itacambira; ao sul, as zonas do Rio Doce e Metalúrgico; a leste, Zona do Médio Jequitinhonha e Mucuri; a oeste, as Zonas do Alto São Francisco e Montes Claros. Politicamente o Alto Jequitinhonha divide-se em 20 municípios: Alvorada de Minas, Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Couto Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Felisberto Caldeira, Francisco Badaró, Gouvêa, Itamarandiba, Carbonita, Minas Novas, Chapada do Norte, Monjolos, Couto de Magalhães de Minas, Presidente Kubistchek, Datas, Santo Antônio do Itambé, Diamantina, Senador Mourão Gonçalves, Felício dos Santos, Sêro, Felisberto Caldeira e Turmalina. O clima dessa região da zona fronteira de Minas Gerais Bahia, que corresponde ao Alto, Médio e o Baixo Jequitinhonha, é o semiárido.

A história colonial brasileira registra a duplicidade da região quanto à exploração das terras, existia o medo do desconhecido e dos ataques indígenas e o deslumbramento da oportunidade de se encontrar riquezas na região conhecida como sertão; o fascínio de descobrir novas riquezas atraiu, afinal, os desbravadores a adentrar os sertões. “A ocupação portuguesa teria se iniciado a partir da foz do Jequitinhonha na porção baiana, donde diversas expedições se iniciaram com o intento de conhecer as riquezas da terra brasileira” (JARDIM, 1998, p.12). O Alto Jequitinhonha continha muito ouro e diamantes que despertaram a atenção dos bandeirantes paulistas e dos reis de Portugal.

Nas regiões próximas, Diamantina, Minas Novas, Grão Mogol e, em outras áreas, foram instalados os primeiros núcleos de mineiros. Os mineradores vasculharam os leitos dos rios e seus afluentes, obtendo riqueza fácil. A formação

da região, suas vilas, povoados e cidades deveu-se à mineração, como tratam os pesquisadores do tema.

[...] não foge aos parâmetros da formação histórica de Minas Gerais. O Vale começa a ser colonizado no século XVIII, através das atividades mineradoras principalmente a exploração do diamante. Inicia-se o povoamento pelo Serro (1700), seguido de Diamantina (1713): a primeira povoação é a Vila do Príncipe, capital da Comarca de Serro do Frio; a segunda, o Arraial do Tijuco, demarcado em 1713 como Distritos de Diamantino. A maioria das cidades, formadas até o terceiro quartel do século XVIII, ficam no Alto Jequitinhonha e dedicam-se à mineração. (PEREIRA, 1996, p.15)

Serro Frio, primeira demarcação administrativa da Coroa Portuguesa, era vasta, e de acordo com Saint-Hilaire, por meio de suas viagens ao interior das Minas, as Comarcas se dividiam entre as de Serro Frio e a de Minas Novas, “[...] mas é necessário refletir que a do Tijuco está incluída, e essa vila é a mais importante da província depois de Vila Rica” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.141).

No entanto, a Coroa Portuguesa desligou os distritos de Serro e Diamantina, incluindo novos arraiais; hoje, pertencentes à Diamantina. Essa foi uma das formas que a Coroa encontrou para acelerar a extração dos minerais, e também o povoamento da região.

Após a demarcação que separou Serro Frio do Distrito Diamantino, a política administrativa portuguesa estabeleceu um quadrilátero que circundava o Tijuco e nele incluía alguns outros arraiais hoje pertencentes ao município de Diamantina, isolando-os com severas leis, como forma de dificultar o acesso às lavras e evitar o contrabando. (PEREIRA, 1996, p.15)

Essa rápida urbanização gerou problemas na produção alimentícia, surgiu em meio à crise de abastecimento do Médio Jequitinhonha, região voltada para pecuária e à agricultura de subsistência, com o objetivo de abastecer a região considerada, hoje, como o Alto Jequitinhonha, principal região do núcleo minerador do Vale. Todavia,

a decadência da extração do ouro e do diamante proporcionou à enorme população do Vale do Jequitinhonha um duplo movimento: a passagem para a economia de subsistência, ou a dispersão dessa população em direção as terras que margeiam os rios Jequitinhonha e Araçuaí, onde havia condições para o desenvolvimento da pecuária extensiva. No entanto, o abandono em que se encontravam as atividades agro-pastoris, os métodos rudimentares adotados e,

mais do que isto, a contração da renda inviabilizaram ou retardaram atividades agrícolas mais arrojadas, fazendo prevalecer a antiga agricultura de subsistência. (PEREIRA, 1996, p.16)

Este contraste histórico entre riqueza e pobreza resultou o atual Vale do Jequitinhonha. A região retrata uma estrutura fundiária estremecida que apresenta pouca mão de obra, devido à migração da população em busca de melhores condições de vida e sobrevivência. Na letra da música Jequivale, o autor (SOUSA, 2005) retrata de forma singela a vida do sertanejo mineiro, que mora em pequenas cidades, onde a economia é basicamente rural e que, ainda, busca na mineração uma pedra de ouro, nos diversos rios ou ribeirões que banham o Vale.

Você que anda com o pé rachado e com a palha atrás da orelha/
Com a aba do chapéu na testa e se vira da noite pro dia/ Você que
banha no fanado e que tira ouro de bateia/ Que faz da vida uma festa
e adora falar poesia/ Desculpe seu doutor, mas receba os
comprimentos meus/ Eu fico com a filosofia do mestre João de
Deus/A saudade me maltrata e me faz olhar no calendário/Pra ver se
faltam poucos dias pra ouvir o tambor do rosário/ Vale que vale
cantar/ Vale que vale viver/Vale do Jequitinhonha/ Vale eu amo você.
(SOUSA, 2005).

A maioria dos habitantes nativos no Vale do Jequitinhonha é cafuza, ou seja, mistura de negro e índio. A razão disso é que os povos indígenas do Vale do Jequitinhonha não aceitaram pacificamente a dominação portuguesa. Nota-se a marcante presença da cultura negra e indígena na região nas manifestações de religiosidade, como, exemplo, a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

A letra da música retrata o cotidiano dos habitantes do Vale do Jequitinhonha, os 13 versos da canção nos remetem à identidade e à simplicidade dos indivíduos que o habitam. Por intermédio da canção, podemos considerar que a identidade está ligada também a condições sociais e materiais. Os dois primeiros versos da letra, “Você que anda com o pé rachado e com a palha atrás da orelha/ e” Com a aba do chapéu na testa e se vira da noite pro dia”, descrevem o indivíduo simples que habita a região que, mesmo com a globalização, não perdeu suas raízes, um indivíduo que mantém “[...] afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas” (WOODWARD, 2000, p.25), que carrega consigo as identidades herdadas dos seus antepassados, que busca a subsistência da família na pequena economia rural.

Os demais versos – “Você que banha no fanado e que tira ouro de bateia/ Que faz da vida uma festa e adora falar poesia/Desculpe seu doutor mais receba os cumprimentos meus/ Eu fico com a filosofia do mestre João de Deus” – descrevem o processo de extração de ouro em um dos rios que banha o Alto Jequitinhonha. Tirar ouro de bateia é um modo primitivo de se extrair ouro dos ribeirões e era assim que antigamente se extraía esse metal do Brasil a mando da Coroa Portuguesa. A herança do período colonial deixou marcas e resquícios de esperança e que são mantidos por meio da história oral dos velhos moradores.

As identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo - num mundo que se pode chamar de pós-colonial. Este é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento. (WOODWARD, 2000, p.25)

Os seis últimos versos – “A saudade me maltrata e me faz olhar no calendário/Pra ver se faltam poucos dias pra ouvir o tambor do rosário/ Vale que vale cantar/ Vale que vale viver/ Vale do Jequitinhonha/ Vale eu amo você” - remetem-nos ao retorno dos migrantes da região nos meses das principais festas de cunho religioso como a Festa do Divino Espírito Santo e do Rosário. A população, por diversos motivos, partia do Vale em busca de novas conquistas e se reencontrava nos meses de festividade. É um convite para todos aqueles, que se ausentaram da sua terra natal, voltarem às suas raízes. É notório que as crises identitárias também estão ligadas aos deslocamentos dos indivíduos.

As características presentes no Vale do Jequitinhonha são heranças do período colonial que geraram a configuração da atual região marcada pelo declínio minerador. O Jequitinhonha perdeu lugar na história para emergir como vale da miséria, zona famosa pela migração de trabalhadores não qualificados para os centros industriais do Brasil. A decadência da extração do ouro e do diamante trouxe ao Vale do Jequitinhonha o movimento de passagem para economia de subsistência, que vigora na contemporaneidade. As dicotomias históricas entre riqueza colonial e pobreza na sociedade contemporânea revelam a memória histórica dos esquecidos do Vale do Jequitinhonha.

1.3 As origens da cartografia no Brasil: os Padres Matemáticos

Os impulsos da expansão geográfica no Brasil ocorrem com a procura de pedras preciosas e metais nobres como “[...] cobre, pedras verdes e azuis, esmeraldas e safira, ouro e prata, existentes no sertão da Baía.” (MAGALHÃES, 1944, p.23). O norte de Minas Gerais, região na qual a atual cidade de Minas Novas está localizada, pertencia ao atual Estado da Bahia, sede do governo colonial, localizado na cidade de Salvador. Para os estudiosos do tema “vários caminhos ligavam o Recôncavo Baiano, primeiro com as áreas de extração do ouro e, a partir de 1727, do diamante em Minas Gerais e Mato Grosso” (COSTA et al, 2004, p.48). O sertão mineiro e o baiano guardavam muita riqueza, e esta trouxe disputas entre as capitanias de Minas e Bahia.

A cada ano eram descobertas novas lavras, como por exemplo, o morro do ouro nas vizinhanças de Paracatu provavelmente em 1721, e as Minas Novas do Fanado, afluente do Rio Araçuaí, em 1727. Essa última descoberta suscitou imediatamente disputa entre as capitanias de Minas e Bahia sobre jurisdição da Minas. (MACHADO et al., 2013, p. 727).

Devido à localização geográfica das duas capitanias, os caminhos da Bahia para as Minas eram de fácil acesso em relação aos demais, no entanto, com “[...] a mudança do governo para o Rio de Janeiro, estes caminhos deixam de ser considerados importantes para ligação às Minas” (COSTA et al, 2004, p.50). Assim, a Coroa Portuguesa passa a ter maior interesse nos caminhos que ligavam o Rio de Janeiro às Minas. O conhecimento desses caminhos ainda era transmitido oralmente por sertanistas, conseqüentemente, a Coroa tratou de enviar para o Brasil os chamados Padres Matemáticos com o objetivo de melhor cartografar as regiões onde se localizavam os metais preciosos, principalmente, a região de Minas Gerais. “[...] seguiam de Portugal para o Rio de Janeiro os dois ‘Padres Matemáticos’ cuja missão cartográfica iria exercer-se predominantemente na vasta região mineira e na costa” (CORTESÃO, 1953, p.157). Dois Padres Matemáticos seguiram para o Brasil, Diogo Soares e Domingos Capassi. É preciso destacar que nesse momento histórico, a cartografia já renascera em Portugal, pois

[...] Dom João V fizera contratar na Itália, para servirem como astrônomos ou, mais exatamente, como técnicos de observação das longitudes, os Padres Carbone e Capassi, da Companhia de Jesus, que em setembro de 1722 chegaram a Lisboa. (CORTESÃO, 1953, p.190)

Domingos Capassi, ou melhor, Domenico Capacci era italiano e foi um dos

padres escolhidos por pertencer a uma das nações menos suspeitas da Coroa Portuguesa. Capassi tinha a missão de percorrer os sertões e fazer mapas individuais das regiões do Brasil.

[...] foi para Lisboa junto com o Pe. João Batista Carbone, em setembro de 1722, contratados, em Roma, pelo embaixador André de Melo e Castro, Conde de Galveias. O observatório montado pelos dois jesuítas em Lisboa começou a funcionar em 1724. Durante os anos de 1724 a 1729, realizaram observações astronômicas, não só no observatório como no campo, viajando pelas longas partes de Portugal. (COSTA et al, 2004, p. 142)

Durante os cinco anos de observações, entre 1724 - 1729, Pe. Carbone tornou-se assessor de D. João V, “[...] e, em 1745, cuidou da criação do bispado de Mariana, em Minas Gerais” (COSTA et al, 2004, p.142). Cabe destacar que Mariana corresponde a uma das regiões de onde mais se extraíram metais preciosos durante o período colonial. O português Diogo Soares foi enviado ao Brasil com os mesmos objetivos que Capassi, isto é, realizar mapas do dito estado, pelos sertões e marinha, para a Coroa melhor conhecer as capitânicas e comarcas, ou melhor, conhecer as regiões que estavam sendo colonizadas e as riquezas de cada região.

As observações eram realizadas através do céu, ou seja, “[...] baseada na observação dos eclipses das luas de Júpiter, o que significou um enorme progresso para a precisão da arte cartográfica” (COSTA et al, 2004, p. 139). Depois das observações das longitudes e latitudes em Portugal, ocorreu a partida dos padres para o Brasil. Foi a partir dessas observações, que o Pe. Diogo Soares se tornou apto para acompanhar Pe. Capassi na missão cartográfica em terras brasileiras.

Os padres Diogo e Capassi seguiram rumo ao Brasil e não se assustaram com as dificuldades encontradas. Um dos obstáculos foi o de percorrer os sertões das Minas, área geográfica do bioma cerrado, com árvores de troncos tortuosos, cascas grossas e muitas vezes espinhosas e de clima predominante tropical sazonal. Estudiosos do tema afirmam que

Sem demora, os padres se puseram a caminho do Rio de Janeiro, onde chegaram em fevereiro de 1730. Uma das primeiras tarefas foi a montagem de um observatório astrônomo no Colégio dos Jesuítas, no Morro do Castelo, para a determinação da longitude do meridiano do Rio de Janeiro, usado como meridiano de origem em todas as cartas por eles produzidas. (COSTA et al, 2004, p.143)

Esse foi o primeiro trabalho que os cartógrafos Capassi e Soares realizaram juntos. Depois desse ofício o caminho dos padres bifurcou, “[...] Pe. Capassi partiu

para fazer o levantamento da costa norte do Rio de Janeiro até o Espírito Santo, enquanto o Pe. Soares foi para as Minas Gerais [...]” (COSTA et al, 2004, p.144). Independentemente da separação dos padres, no início de 1735, os dois se reencontram e, com base nos levantamentos realizados por cada um, juntaram as partes num todo. Vale dizer, “produziram um conjunto de quatro mapas que cobrem as regiões das minas de ouro e as novas descobertas dos diamantes do Serro Frio, entre as latitudes 16° 30’ e 21° 30’ sul, correspondendo a uma distância norte-sul de cerca de 550 km” (COSTA et al, 2004, p.144). Infelizmente esses mapas não foram finalizados, não têm título, legenda e assinatura, no entanto pode-se identificar que os mapas pertenciam aos Padres Matemáticos, devido às orientações dos meridianos do Rio de Janeiro, isto é, grandes círculos da esfera, cujo plano contém o eixo de rotação, ou eixo dos polos. “A longitude de um lugar (x ou λ) é a distância, expressa em graus, minutos e segundos de arco, entre o meridiano do lugar e o meridiano de Greenwich (perto de Londres), tomando como origem. A longitude se mede de 0 a 180° L ou O” (JOLY, 1997, p.39).

A existência de outros mapas cartografados pelos Padres Matemáticos é possível de verificação em outros registros, um deles é o mapa “[...] dos diamantes intitulados Rios e córregos em que se descobrirão e minerarão os diamantes desde o anno de 1729 até o presente de 1734, este em escala mais detalhada, mostrando o alto do Rio Jequitinhonha [...]” (COSTA et al, 2004, p.144). Depois do trabalho dos Padres Matemáticos, que durou longos anos, a principal referência indica que:

[...] o Padre Capassi adoeceu e após uma enfermidade de dois meses, faleceu em São Paulo, a 14 de fevereiro de 1736, de “febre maligna”, possivelmente malária. Padre Soares continuou o serviço sozinho e faleceu em 1748 nas minas de Goiás após 18 anos viajando pelos sertões do Brasil. (COSTA et al, 2004, p.145).

Esses padres deixaram uma base cartográfica de um ganho enorme para o Brasil e foram os responsáveis pela montagem do primeiro observatório astronômico, pois tiveram firmeza e coragem de titular as primeiras coordenadas geográficas no estado que estava sendo explorado pela Coroa. Destarte, os mapas contam histórias.

A cartografia brasileira é marcada pela colonização europeia e pela afirmação do Estado nacional, num processo que se estende até a contemporaneidade. É possível reconhecer a história do Brasil e de suas cidades por meio da diversidade dos mapas cartografados. “É interessante observar como a manipulação dos

elementos de um mapa pode mudar seu sentido original” (KNAUSS; RICCI; CHIVARI, 2010, p.47), logo a capacidade de transformar a história. Alicerçados nessa mudança que ocorre na cartografia, o mapa de Capassi e Soares, preservado no Instituto da Estrada Real, mostra-nos essa manipulação.

A Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas, primeiro nome da atual cidade de Minas Novas, conferido em 1727, remonta à historicidade da região, pois a vila foi fundada e governada por Dom Lourenço de Almeida, primeiro governador da recém-criada Capitania das Minas do Ouro. Jonh Mawe² apresenta Minas Novas como a principal cidade do norte mineiro durante o período colonial. O naturalista percorreu o atual Vale do Jequitinhonha em busca de minerais preciosos e tinha como objetivo continuar sua “[...] viagem até Minas Novas e daí, para oeste até Paracatu e voltar por Abaeté, lugar em que se encontraram muitos e grandes diamantes, mas em geral de qualidade inferior” (MAWE, 1944, p. 229). No entanto, não conseguiu ir até as Minas Novas, devido a uma doença, permanecendo no arraial do Tijuco, no qual recolheu informações de pessoas que conheciam os distritos que Mawe tinha como objetivo registrar. A seguinte informação em forma de narrativa foi recebida pelo naturalista e mineralogista.

Tocaia, a principal cidade de Minas Novas, está trinta e cinco léguas ao nordeste do Tejuco. A estrada é paralela ao curso do Jequitinhonha, que corre duas a cinco léguas a leste. Nesta direção correm inúmeros regatos. Em alguns, encontram-se topázios brancos, conhecidos mais comunamente aqui pelo nome de minas novas, são lindas pedras transparentes; algumas perfeitamente cristalizadas, com a forma de topázio amarelado. Também se encontram topázios azues e águas marinhas; os primeiros são de variedade singular, tendo uma parte azul e outra clara e diáfana. (MAWE, 1944, p. 229).

Os relatos do Alto Jequitinhonha mostram a riqueza presente nessa região e a cidade de Minas Novas como uma das principais, além dos minerais encontrados na cidade, “o comércio entre Rio de Janeiro e Minas Novas consiste principalmente em negros, ferro, sal, tecidos de lã, [...] um pouco de vinho e de óleo, peixe, sal, gado e manteiga” (MAWE, 1944, p 230). Minas Novas estava sob jurisdição da Vila

²Jonh Mawe nasceu em Derbyshire, Inglaterra, em 1764. Naturalista, mineralogista e comerciante de minerais, dedicou-se por quinze anos a viagens marítimas com fins científicos e comerciais. Chegou ao Brasil um pouco antes da família real portuguesa se transferir para a colônia americana. Realizou diversas escalas no Sul, tendo alcançado Santa Catarina em 1807. No Rio de Janeiro foi recebido por D. João VI e com o apoio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, foi o primeiro estrangeiro a obter permissão para visitar as jazidas das Minas Gerais e outras regiões do interior entre os anos de 1809 e 1810. (ARQUIVO NACIONAL MAPA, 2017).

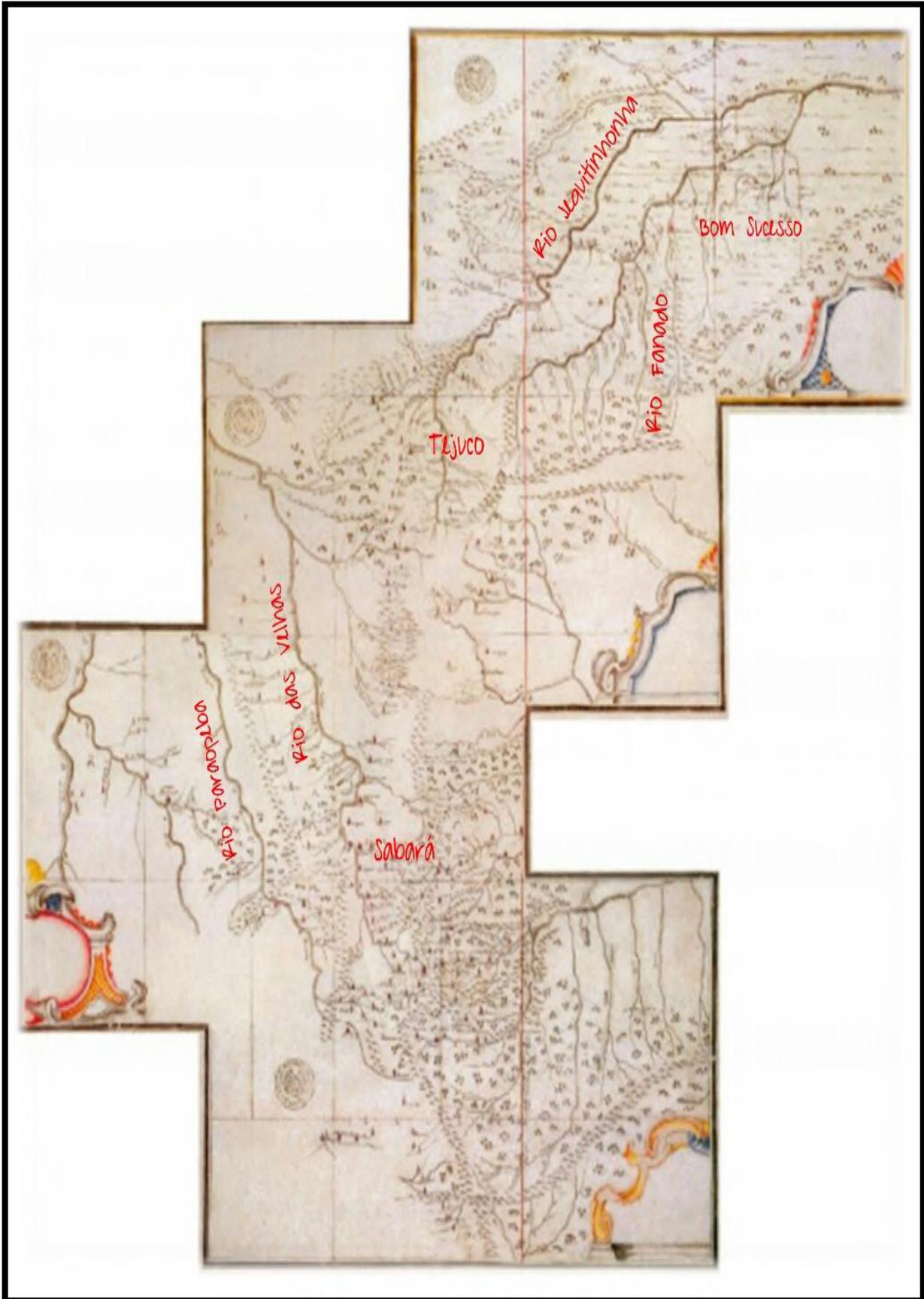
do Príncipe, atual cidade do Serro.

A povoação de Minas Novas é pequena, comparada à sua extensão, mas o número dos habitantes aumenta incessantemente. Não parece que a exploração seja o que atrai os colonos, se bem que aí se encontrem muitas pedras preciosas, que não se acham em outros lugares. (MAWE, 1944, p 231).

Por meio dos relatos dos Padres Matemáticos e dos escritos de Jonh Mawe, podemos observar que a cartografia e a historiografia recuperam a memória histórica da cidade e permitem localizá-la no epicentro de interesses internacionais.

O mapa 3 apresenta uma montagem do conjunto dos quatro mapas do território das minas entre as latitudes 16° 30'S e 21° 30'S, atribuídos a Diogo Soares e Domingos Capassi.

Mapa 3 – Os Primórdios da ocupação de Minas Gerais em mapas



Fonte: (COSTA et al, 2004)

**Mapa 4 – Primeiro mapa da região entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí.
Região de Minas Novas, 16° 30' – 18° S**



Fonte: (COSTA et al, 2004)

Mapa 5 –Região entre o Rio Jequitinhonha e Rio das Velhas no Distrito dos diamantes do Serro 17° 45' – 19°



Fonte: (COSTA et al, 2004)

Podemos verificar que a última e principal cidade que corresponde ao Circuito da Estrada Real Mineira, ao norte de Minas Gerais, é a cidade de Diamantina, antigo Arraial do Tijuco. Montagem do conjunto dos quatro mapas do território das Minas entre as latitudes 16° 30'S e 21° 30'S, (Mapa 3) atribuídos a Diogo Soares e Domingos Capassi (COSTA et al, 2004).O Instituto da Estrada Real, todavia, vai além da cidade de Diamantina e destaca a cidade de São Gonçalo do Rio Preto, localizada acerca de 199 Km da cidade de Minas Novas, antiga Vila da Nossa Senhora do Rosário ou Vila do Bom Sucesso. No atual Mapa da Estrada Real, a cidade de Minas Novas não é catalogada, mesmo apresentando evidências históricas e cartográficas desse pertencimento. No entanto, a cartografia mantém o antigo Arraial do Tejuco em evidência, sinalizando a cidade como parte importante do Circuito da Estrada Real. Assim, ao percorrer o norte de Minas Gerais e de Belo Horizonte, podemos identificar placas indicando a cidade e evidenciando-a como trecho do Circuito da Estrada Real, das Pedras Preciosas e dos Diamantes.

A cartografia evidencia a importância de localidades e ainda exerce o poder de alavancar ou até mesmo reduzir o potencial histórico e turístico das cidades. O traçado do mapa dos Padres Matemáticos e o traçado do atual mapa do Instituto da Estrada Real correspondem praticamente às mesmas pólis, tendo Diamantina e Sabará como principais cidades. Ouro preto, Serro e Mariana também estão entre as principais, no entanto, devido ao aglomerado de arraiais e vilas presentes, logo após Sabará, não foi possível demarcar esses povoados nos mapas dos Padres Matemáticos. Essa aglomeração de vilas se deu devido ao alto potencial de minérios presentes nessa região.

Com a descoberta das primeiras reservas de ouro aluvião nas bacias do rio das Velhas, do rio Doce e do rio das Mortes, tornou-se esse o caminho utilizado pelas levas de aventureiros que ocorriam à região das minas a partir dos núcleos urbanos paulistas. (SANTOS, 2001, p. 44).

Desse modo, a aglomeração de vilas e povoados foi maior na região sul de Minas Gerais. Dos quatro mapas que juntos formam o mapa Os Primórdios da Ocupação de Minas Gerais em Mapas (mapa 3); os mapas 3 e 4 representam o Vale do Jequitinhonha.

Todavia, tais constatações não justificam a não representação de cidades do Alto Jequitinhonha no Circuito da Estrada Real, principalmente a cidade de Minas Novas, que foi cartografada pelos Padres Matemáticos e descrita nos livros

históricos da colonização do Brasil, bem como nos registros deixados pelo naturalista e mineralogista Jonh Mawe (1944), que percorreu a região. Sem passado não existe futuro, e sem a memória histórica não se pode alavancar uma cidade que, no caso, teve seu potencial histórico e turístico preterido, devido à anulação de sua memória cartográfica.

1.4 Registro cartográfico como lugar de memória

Quando pensamos em preservação, associamos a palavra a elementos que remetem a valor simbólico, de certa forma, que propiciam resquícios e estímulos de lembrança de alguma época ou de construções de “pedra e cal”, que visam à lembrança histórica das cidades. “Cabe aos profissionais da memória – aos historiadores e todos os que atuam na preservação do patrimônio histórico e cultural [...]” buscar os elementos representativos da memória, pois a possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre o que será ou não preservado enquanto registro a disposição da posterioridade.” (SILVA, 1992, p.19).

No campo da cartografia, os mapas são elementos de representação de uma determinada área geográfica, constituídos por técnicas apuradas, descrevem a superfície terrestre, que é uma superfície curva para uma superfície plana, na folha de papel, do qual se origina o principal material de que dispõe a memória geográfica, “[...] como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos territoriais. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial” (MORAES, 2000, p. 11), simplificada e convencional, do todo ou de parte da superfície terrestre, ao longo dos séculos.

A cartografia é a produção histórica das cidades. Os mapas das cidades são como ideário de registro da memória, inventário do imaginário, narrativa histórica da geografia e da paisagem urbana. Os mapas são mais antigos do que a escrita e revelam aspectos desta. Para os povos pré-históricos saber onde estavam e registrarem um lugar recém-descoberto era o principal feito e essas descobertas eram registradas em pedras, argilas, papiros e madeira; consideravam os registros como uma questão de sobrevivência. Deste modo a construção cartográfica se dava por intermédio da filtragem e do conhecimento das informações absorvidas de cada mediador. De acordo com Barretto,

[...] esse papel fica a cargo das instituições de memória, de seus profissionais que, com seus instrumentos de armazenagem, processamento e disseminação da informação organizam e permitem sua difusão em variados modos: textos, imagens, sons, meios que traçam signos e abrem vias para a passagem do conhecimento, organizando sua materialidade. (2007, p. 162).

A cartografia deve ser vista como produto do espaço no qual as identidades representativas ocultam ou revelam o histórico e as práticas governamentais. Desconstruir mapas é uma forma de buscar compreender o histórico atual das cidades. A cartografia é feita por meio de diferentes técnicas, cada uma com suas especificidades; no entanto, para se construir mapas, os cartógrafos utilizam a memória para dialogar com o interlocutor e/ou receptor desse material. O reconhecimento de uma imagem só é possível mediante os *flashes* que permitem identificar, reconhecer e ler imagens, conseqüentemente os mapas são imagens desenhadas a partir da memorização dos lugares, ou seja, forma simbólica como ferramenta de produção do espaço. Segundo Edney,

[...] em particular, nós devemos organizar nossas narrativas históricas e cartobibliográficas não sobre as regiões e os lugares mapeados, mas no contexto em que os mapas foram produzidos e utilizados. Afinal, o objetivo da “nova História da Cartografia”, defendida por Brian Harley e David Woodward, entre outros, é situar os mapas dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso. Dessa maneira, podemos entender os mapas coloniais das colônias e os mapas imperiais dos impérios, e suas possíveis interseções. Nós podemos então ver como os mapas da era imperial eram seletivamente apropriados para servirem como ícones nacionalistas e anticoloniais. E podemos também ver com precisão como mapas eram utilizados como ferramentas de autoridade do Estado, ou como instrumentos de resistência (1755, p.49).

No entanto o registro cartográfico, como produção da memória, da construção histórica e das mudanças urbanas, representa e carrega consigo a herança da produção e do espaço urbano. Podemos considerá-lo como um processo hereditário por meio da reprodução do regime de construção de regiões que carregam ao longo das suas implantações heranças marcadas pelos colonizadores, que buscavam na representação cartográfica maior conexão/clareza das regiões que estavam sendo desbravadas e seus possíveis potenciais de exploração.

Os mapas não podem ser pensados como pontos finais, mas devem ser refletidos como estímulos para as lembranças da memória, assim como afirma Paul

Ricoeur “uma lembrança, à medida que se atualiza, provavelmente tende a viver numa imagem” (2007, p. 68), ou seja, imagem que sempre busca o traçado dos lugares, representado na cartografia e que tem os mapas como produto final.

Podemos perder de vista a potência de uma construção colaborativa dos mapas como elementos construtores de identidade regional e na configuração do processo de desenvolvimento local. Os estudos ligados a mapas das cidades constituem suas histórias como foram cartografadas, ou seja, a partir das condições em que as imagens das cidades foram percebidas no momento da elaboração dos mapas. De acordo com essa perspectiva, “as identidades nacionais são construídas a partir da memória, representação, imagens e símbolos que refletem seu passado e presente” (CALANDRO; PEZZATO, 2013, p. 16). Desse modo, as condições históricas representadas na cartografia deixam rastros de memória desde o seu passado até o presente e permanecem “seja como um tempo perdido, mas que nunca acaba, seja na forma de um lugar, de um espaço lembranças” (CANTON, 2015, p.30), pois, afinal, a memória é o tempo, lugar, história e lembranças.

A cartografia confere ao tempo histórico a escala de racionalização do lugar, promovendo sentidos de lugares, visibilidade planimétrica da superfície terrestre e paisagens decifradas dos símbolos lidos nas legendas desenhadas geometricamente. Segundo Ricoeur “[...] o lado geométrico da experiência do espaço é visualizado pela cartografia, cuja marca reencontrará quando tratarmos dos jogos de escalas” (2007, p.160). Tais arranjos são representativos, pois obscurecem a história ou até mesmo revelam novas histórias, na medida em que as escalas, a relação matemática entre as dimensões do objeto real e a fonte adotadas, indicam, tanto o menor nível de detalhamento do espaço geográfico, como a ampliação da escala de ‘maior nível’ de detalhamento que o espaço geográfico sofreu, para se enquadrar no local em que foi confeccionado em forma de mapa. Esses usos demonstram o olhar de cada cartógrafo na elaboração de seus mapas, visto que as escolhas das escalas retratam o que cada um buscou representar e que, quanto menos próximos estamos de um local, menos detalhes conseguimos visualizar. Essa é a relação entre os jogos de escalas e a representação detalhada ou obscura dos mapas na cartografia.

Em cartografia, existe um referente externo, o território que o mapa representa; além disso as distâncias medidas pelos mapas de escalas diferentes são comensuráveis segundo relações homotéticas, o que permite falar da redução de um terreno pela

colocação em uma determinada escala. Todavia, observamos de uma escala para outra uma mudança do nível de informação em função do nível de organização. Pensemos na rede rodoviária: em grande escala, vemos grandes eixos de circulação, em escala menor, a distribuição do *habitat*. De um mapa a outro, o espaço é contínuo, o território é o mesmo, assim a mudança discreta de escala mostra um mesmo terreno; é esse o aspecto positivo de uma simples mudança discreta de escala mostra um mesmo terreno; é esse o aspecto positivo de uma simples mudança de proporção: não há lugar para a oposição entre escalas. Sua contrapartida é certa perda de detalhes, de complexidade, e, portanto, de informações, na passagem a uma escala menor. Esse traço duplo – proporcionalidade das dimensões e heterogeneidade na informação – não pode deixar de afetar a geografia, que deve tanto à cartografia [...] (RICOUER, 2007, p.221).

Essa perda de detalhes e complexidade mencionada por Ricouer nos dá a ideia do que os mapas coloniais e atuais deixam de retratar, causando lacunas na memória histórica das cidades, contrapondo na balança lucro e perda de informação de acordo com as escalas escolhidas. “O que a noção de escala comporta de próprio no uso que dela fazem os historiadores, é a ausência de comensurabilidade das dimensões” (2007, p.222). Não estamos retratando aqui a visualização no sentido de grandeza ou diminuição do espaço visualizado, mas a visualização de espaços diferentes aniquilados ou distorcidos.

O balanço entre vantagens e perda de informação aplica-se a operações de modernização que envolvem formas diferentes do imaginário heurístico. Nesse aspecto, o que se pode censurar à macro-história, na medida em que não percebeu sua dependência em relação a uma escolha de escala, é que ela adota inconscientemente um modelo mais cartográfico que especificamente histórico, de óptica macroscópica. (RICOUER, 2007, p. 222).

Deste modo, a operação cartográfica da reconstrução do real, muitas vezes, deixa de demonstrar nos mapas “[...] as estratégias familiares e individuais, confrontadas com realidades econômicas, com relações hierárquicas, num jogo de trocas entre o centro e a periferia, em resumo, interações que têm por lugar um vilarejo” (RICOUER, 2007, p.226), e até mesmo antes dos vilarejos. Podemos entender que desde as capitânicas hereditárias foram construídos os primeiros mapas da representação histórica brasileira: primeiros rastros de memória cartográfica.

A cartografia é a representação da experiência vivida de cada pesquisador e sua capacidade de correlacionar e interpretar fenômenos sociais, ambientais e culturais, que vinculam capacidade de leitura e entendimento da área mapeada. A representação artística cartográfica na pós-modernidade trabalha com o movimento constante de mudança, criando fluxos visíveis e invisíveis no tempo e na memória; não se trata apenas de proporcionar mais informação, mas o que realmente se faz necessário é deixar um testemunho. É esse testemunho que deixa rastros para que haja evolução histórica das cidades por intermédio da memória cartográfica.

Nesse contexto, podemos considerar que a cartografia vai além de uma ciência, é uma arte e uma técnica com múltiplas funções: “Função de referência, função de inventário, função de explicação, função de prospecção, função de comunicação: os objetivos da cartografia são múltiplos.” (JOLY, 1977, p. 11). A linguagem cartográfica e a análise do espaço geográfico são conduzidas por causas múltiplas, sendo correlacionadas e portadoras de consequências para o futuro, deixando uma certa duração memorável como herança e mensagem de potencialidades que englobam desde microrregiões ao estado, que muitas vezes nos levam a rever ou a repensar a construção histórica e o potencial do espaço geográfico.

CAPÍTULO 2
ESTRADA REAL MINEIRA E AS CIDADES OITOCENTISTAS

2.1 Cidades mineiras e Estrada Real no Alto Jequitinhonha

No período inicial da colonização mineira, os esforços foram concentrados na reabertura e criação de caminhos que possibilitassem o escoamento dos minérios preciosos da região compreendida entre São João Del Rey, Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e, posteriormente, Tejuco até o litoral do Rio de Janeiro. Falar das Minas Gerais e não as vincular ao circuito da Estrada Real - ER, a principal rota turística do estado, que abarca essas cidades e muitas outras, é deixar de contar uma parcela considerável da história mineira.

Os encantos das Minas Gerais perpassam pelas bateias dos garimpeiros, homens que desde meados do século XVIII buscavam fortunas peneirando pedras na beira dos rios. Entre as elevações rochosas destruídas e rios assoreados pela ambição sem limites, que desde o período colonial deixou rastros marcantes, restou o cerrado, ainda rico em biodiversidade.

O tesouro fabuloso guardado nos desdobramentos rochosos e nos rios intensificou a febre do garimpo e a movimentação nas Estradas Reais de Minas Gerais. Rota turística com quatro caminhos que cruzam os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a estrada surgiu no século XVII, quando a Coroa Portuguesa decidiu oficializar as passagens mineiras para o trânsito de ouro e diamantes até os portos do Estado do Rio de Janeiro. Assim, Estrada Real Mineira - ERM percorre uma vasta área do centro-sul do Brasil, tendo como destino as minas de ouro e diamante. Compreender, portanto, os rastros existentes e a vinculação do período oitocentista com as cidades mineiras implica pensar as transformações urbanas que o espaço trouxe e os modos de viver nessas cidades ao longo do tempo, priorizar seu momento de formação, examinar a memória histórica e cartográfica e analisar o atual estado em que essas cidades se encontram.

Para tanto, é necessário conhecimento sobre a população que morava e/ou possuía habitação nos povoados da região da Capitania das Minas Gerais para se compreender as relações entre os núcleos de povoação dessas regiões, de exploração mineral, bem como da ocasião da abertura das estradas durante os séculos XVII e XVIII, principalmente, na região do Alto Jequitinhonha. Essas questões delimitam as problemáticas do presente estudo e merecem tratamento em relação à memória desses espaços no âmbito em que se inserem.

Ao findar o século XVII, ocorreu uma corrida migratória para o interior do

Brasil que ainda estava por ser povoado. Com a descoberta das Minas Gerais pelos paulistas, chamados de bandeirantes, a região assume outros contornos e evoca uma memória que evidencia as sagas travadas em busca das

[...] minas de esmeralda descobertas por Fernão Dias Pais Leme [...] Diogo de Almeida e Lara e José Tavares de Siqueira, a jornada de Gaspar de Godói Colaço a Varia e a expedição de do Manoel de Borba Gato a Sabarabuçu. [...]”(MAGALHÃES; JUCÁ, 1944, p.404-405).

Todos visavam à descoberta de prata, no entanto acharam ouro em Taubaté, assim, “[...] as minas, que até então se chamavam de Taubaté multiplicaram por toda parte [...]” (MAGALHÃES; JUCÁ, 1944, p.406). A partir deste movimento, houve um rápido povoamento como objetivo de extrair riquezas. O governador de Portugal, no século XVII, Artur de Sá e Meneses, responsável pelos distritos de Taubaté, que mais tarde passaram a se chamar Minas Gerais, incentiva as descobertas e estimula a busca pelas riquezas naturais.

A Coroa Portuguesa queria garantir que as pedras e o ouro extraído no interior do Brasil não fossem roubados ou desviados. A Estrada Real Mineira - ERM seria o caminho seguro, aberta no século XVII por escravos, bandeirantes e tropeiros, seguindo as picadas abertas pelos indígenas. Foi pelo caminho da Estrada Real Mineira que os minérios preciosos das Minas Gerais chegavam a Paraty, litoral do Rio de Janeiro, porto de escoamento dos minérios preciosos no período Brasil Colônia. Foi por esse caminho que uma parcela da riqueza do Brasil foi levada para Portugal.

O termo Estrada Real - ER é recente, criado no século XIX, para denominar o percurso de escoamento do ouro; no entanto, na pós-modernidade, o que vem a ser a Estrada Real sofreu diferentes interpretações, pois de acordo com Santos,

Alguns pretendem reduzir o conjunto dos caminhos abrigados sob esta denominação ao antigo Caminho Novo, entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto, na esteira da tradição mineira, claramente equivocada. Outros inexplicavelmente alocam a “verdadeira Estrada Real no longo trecho entre Parati e Ouro Preto, deixando em segundo plano o caminho aberto por Garcia Rodrigues Pais, que veio a constituir, sob o ponto de vista econômico, a via mais importante entre as três grandes rotas coloniais de acesso às minas de ouro. Permanece, ainda, por força desta miopia histórica, inexplicada a verdadeira natureza regional do antigo caminho para o Distrito Diamantino, que vezes sem conta é tratado no mesmo plano dos caminhos de abrangência colonial. É, por final ninguém ainda se lembrou de que por décadas a região das minas esteve solidamente ligada às fazendas de gado dos rios São Francisco e das Velhas e a Salvador por meio do Caminho da Bahia [...] (2001, p.15).

O percurso de escoamento dos minerais preciosos, na contemporaneidade, é intitulado como percurso da Estrada Real Mineira. Independentemente se o escoamento das riquezas minerais se dava pelo Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho para o Distrito Diamantino ou Caminho da Bahia, como eram denominados, visto que todos eles eram explorados pela Coroa Portuguesa e por eles se escoavam os minérios preciosos. Tratar todos os caminhos como percurso da Estrada Real Mineira é uma forma de reassumir a história das atuais cidades e tratá-las como patrimônio histórico.

O chamado Caminho Velho ligava Paraty à Vila Rica de Ouro Preto e foi o primeiro a ser utilizado para adentrar as Minas. De acordo com os autores que tratam o tema, “foi aberto na segunda metade do século XVI, pelos colonizadores portugueses, aproveitando a velha trilha dos Guaianás” (SANCHES; TOLEDO; PRUDENTE, 2006, p. 22). No entanto, conforme relata Santos: “[...] o Caminho Velho quanto o Caminho da Bahia, e até mesmo o Caminho Regional para o Distrito Diamantino, nasceram de forma espontânea, a partir da ação conquistadora dos bandeirantes, exploradores e colonos [...]” (2001, p. 90).

As análises empreendidas permitem considerar que há controvérsias no que diz respeito à abertura do Caminho Velho. É duvidoso que os portugueses se aventuraram sozinhos pelas terras desconhecidas, sem guias indígenas e sem a ajuda dos bandeirantes, adentrando o sertão em meio ao emaranhado de mata e serra, desbravando as novas terras em busca de riquezas sem guias que os pudessem conduzir. Todavia, a esse respeito, é preciso considerar que

[...] pela inexistência de relações entre os tamôios e os índios de além-Mantiqueira, não havia veréia antiga entre ela e o Rio-de-Janeiro, por onde a transpusessem, tanto que, antes do “caminho-novo”, a penetração em Minas se fazia pelo “caminho-dos-guaianases”, isto é, por Parati e Guaratinguetá, para se varar depois a garganta do Embaú, ou dobrando a cordilheira por um outro ponto de fácil acesso, como na jornada de Knivet. (MAGALHÃES; JUCÁ, 1944, p.27)

Constata-se que o Caminho dos Guaianases ou Trilha dos Guaianás foi o primeiro nome dado ao Caminho Velho, que era um duplo caminho, pois incluía também “A junção do caminho paulista e do caminho fluminense [que] se fazia originalmente por Taubaté, depois por Pindamonhangaba e finalmente, por Guaratinguetá.” (SANTOS, 2001, p. 45). Podemos considerar o caminho inicialmente como o ciclo das entradas ou da expansão geográfica para o sertão, que assim

seguia passando por Cachoeira Paulista, Embaú, Pinheirinho, Rio Verde, Pouso Alto, Boa Vista, Baependi, Traituba, Carrancas, São João Del-Rei, São José Del-Rei, Lagoa Dourada, Camapuã, Congonhas do Campo, Cachoeira e Vila Rica.

Esse foi o principal percurso do Caminho Velho. Muitas localidades descritas no mapa estão com a denominação antiga, uma forma de configuração e ligação com o período colonial e com a rota da Estrada Real Mineira - ERM, até a estabilização do Caminho Novo, o principal acesso da cidade fluminense às Minas Gerais, cuja abertura ocorreu, em 1711, por Garcia Rodrigues (SANCHES; TOLEDO; PRUDENTE, 2006, p.75), pois, como recuperam os estudos já realizados,

alguns anos depois foi aberta uma variante do caminho de Garcia Rodrigues entre as cidades do Rio de Janeiro e o rio Paraíba, que acabou sendo a via preferida a partir de então. Esse segundo trecho encurtava o caminho original em quatro dias de jornada, bem como cortava terrenos de melhor topografia e evitava as travessias de canoa dos rios Iguaçu e Morobaí, logo nos primeiros dias de jornada a partir do Rio de Janeiro, a que Antonil se refere. A nova rota passava pelo rio Piabanha, indo encontrar o caminho de Garcia Rodrigues nas margens do rio Paraíba. (SANTOS, 2001, p.82).

O Caminho Novo era mais curto e foi o único percurso oficialmente contratado e planejado pela Coroa Portuguesa. Do Rio de Janeiro, perpassando por Nossa Senhora do Pilar, Alferes, Paraíba, Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora, João Gomes, Mantiqueira, Borba do Campo, Registro Velho, Ressaca, Carandaí, Carijós, Ouro Branco, Vila Rica e Vila do Ribeiro do Carmo, o Caminho Novo se estabeleceu como uma rota para o escoamento das riquezas extraídas do Vale do Jequitinhonha.

As evidências permitem indicar que no meio desse percurso poderia ocorrer um desvio. Após a cidade de Borba do Campo, havia uma bifurcação para o lado esquerdo, que poderia passar por São João Del'Rei, localidade que pertence ao Caminho Velho, e que tornava possível realizar uma ligação com Carijós, cidade que antecede Ouro Preto. "O Caminho Novo foi a primeira via oficialmente contratada e planejada do território brasileiro" (SANTOS, 2001, p 91); porém, há divergências nessa afirmação, pois "[...]vários indícios arqueológicos indicam que o Caminho Novo era uma rota indígena milenar, não sendo, portanto, propriamente construído, mas sim conquistado pelos colonizadores paulistas e portugueses (VENÂNCIO, 19[-], p.181).

Não há estudos arqueológicos aprofundados sobre tal temática, mas os aspectos topográficos e hídricos da região das Minas deixam claro o quão difícil

seria o acesso e o percurso desse caminho sem nenhuma trilha já aberta por outros povos. Os desbravadores “guiavam-se por serras, procuravam sempre por gargantas e evitavam adentrar as matas muito fechadas. Por terra, aproveitavam as trilhas dos índios, mas em falta dessas seguiam os cursos de córregos e riachos [...]” afirma Costa et al (2004, p.31). Contudo, de acordo com Holanda,

o simples recurso às vias rudes de comunicação, abertas pelos naturais do país, já exige uma penosa aprendizagem, que servirá, por si só, para reagir sobre os hábitos do europeu e de seus descendentes mais próximos. A capacidade de resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quase instintiva como a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminantes, nessas veredas estreitas e rudimentares. (1990, p.17).

Partindo dos argumentos dos pesquisadores em análise, podemos considerar que o Caminho Novo não foi uma via totalmente aberta pelos colonizadores. As picadas indígenas serviram como incentivo para abertura de um novo caminho, que atendeu ao que os colonizadores esperavam, vale dizer, uma menor rota para chegar às Minas Gerais e um rápido escoamento do ouro – e logo depois dos diamantes– para o porto do Rio de Janeiro.

Por outro lado, o trajeto dos diamantes e seus 395 km, passa por cachoeiras, serras, parques, santuários e sítios arqueológico. É o percurso que liga o Vale do Jequitinhonha. Seja como for, o caminho dos diamantes representou, na vida da colônia, ainda mais riqueza na medida em que a “[...] única área em que na colônia se exploraram legalmente jazidas diamantíferas” (CAIO JÚNIOR, 2011, p. 190). O impedimento de habitações e serviços era severo e controlado rigorosamente pela coroa, “[...] o mesmo se deu no Rio Jequitinhonha, onde se assinalaram as pedras em 1734, estabelecendo-se ao longo dele uma série de postos e destacamentos militares [...]” (CAIO JÚNIOR, 2011, p. 190).

O Caminho dos diamantes perpassa as seguintes cidades: Vila do Ribeirão do Carmo, Vila Rica, Camargo, Inficionado, Catas Altas, Santa Barbara, seguindo no sentido norte. Em Santa Barbara, ocorre uma bifurcação a oeste podendo passar pela cidade de Vila Nova Rainha e chegar até Vila Real de Sabará. Continuando o sentido Norte, o percurso perfaz ligação com as cidades de Cocais, Itambé, Senhora do Pilar, Conceição, Córregos, Itaponhoacanga, Vila do Príncipe, Milho Verde, São Gonçalo e Tijuco.

As terras diamantíferas foram demarcadas e denominadas Distrito Diamantino, estendendo-se, segundo Felício dos Santos, por uma área elíptica cujo diâmetro maior era de 12 léguas, ou 43 quilômetros, e o menor de sete léguas, ou 43 quilômetros; esta superfície, no entanto era estendida sempre que se descobriam diamantes em terrenos fora da demarcação, de modo que pudesse abarcá-los. Todo o rio Jequitinhonha estava na área de jurisdição da Intendência, tendo seu curso policiado por patrulhas de soldados e por registros instalados em locais estratégicos da região. (SANTOS, 2001, p.106)

Apesar de perpassar inúmeras cidades, as terras diamantíferas se localizam no Arraial do Tejuco, onde os diamantes foram extraídos em maior quantidade e escoados até o porto do Rio de Janeiro. Foi pelo caminho da Bahia, uma importante via colonial pouco retratada, que a cidade de Minas Novas e o Vale do Jequitinhonha se fez presente nos trajetos percorridos por Martim Carvalho, cujas expedições foram “[...] realizadas em 1567 [...]”: (MAGALHÃES; JUCÁ, 1944, p.50). Como reiteram os pesquisadores,

de Porto-Seguro procuraram o curso do Jequitinhonha, subiram por este até às zonas das serras de cristal muito fino, talvez dos lados da serra de Itacambira: descobriram as áreas auríferas de Minas-Novas; vaguearam pela região serrana, onde se ligam a bacia dos afluentes do Jequitinhonha e dos rios Doce, Mucuri, e S-Matheus, e finalmente após mil fadigas, lutas com o gentio e privações de todo gênero, desceram por este último, um de cujos ramos originários até hoje tem o nome de Cricaré. Esta longa viagem teria uns 1.100 a 1.200 quilômetros, pouco mais ou menos as 220 léguas de que fala o roteiro. (MAGALHÃES, JUCÁ, 1944, p.51).

De acordo com as evidências, pode-se conferir que o Caminho da Bahia passou a constituir uma importante via de acesso ao norte mineiro. Esse percurso permitiu o conhecimento de boa parte da região na qual se encontra o atual Vale do Jequitinhonha. O trajeto da Bahia foi o primeiro ponto de partida para alcançar os valiosos minérios, era o caminho mais rápido e fácil para o escoamento do ouro e do diamante encontrados no norte mineiro como apontam os estudos.

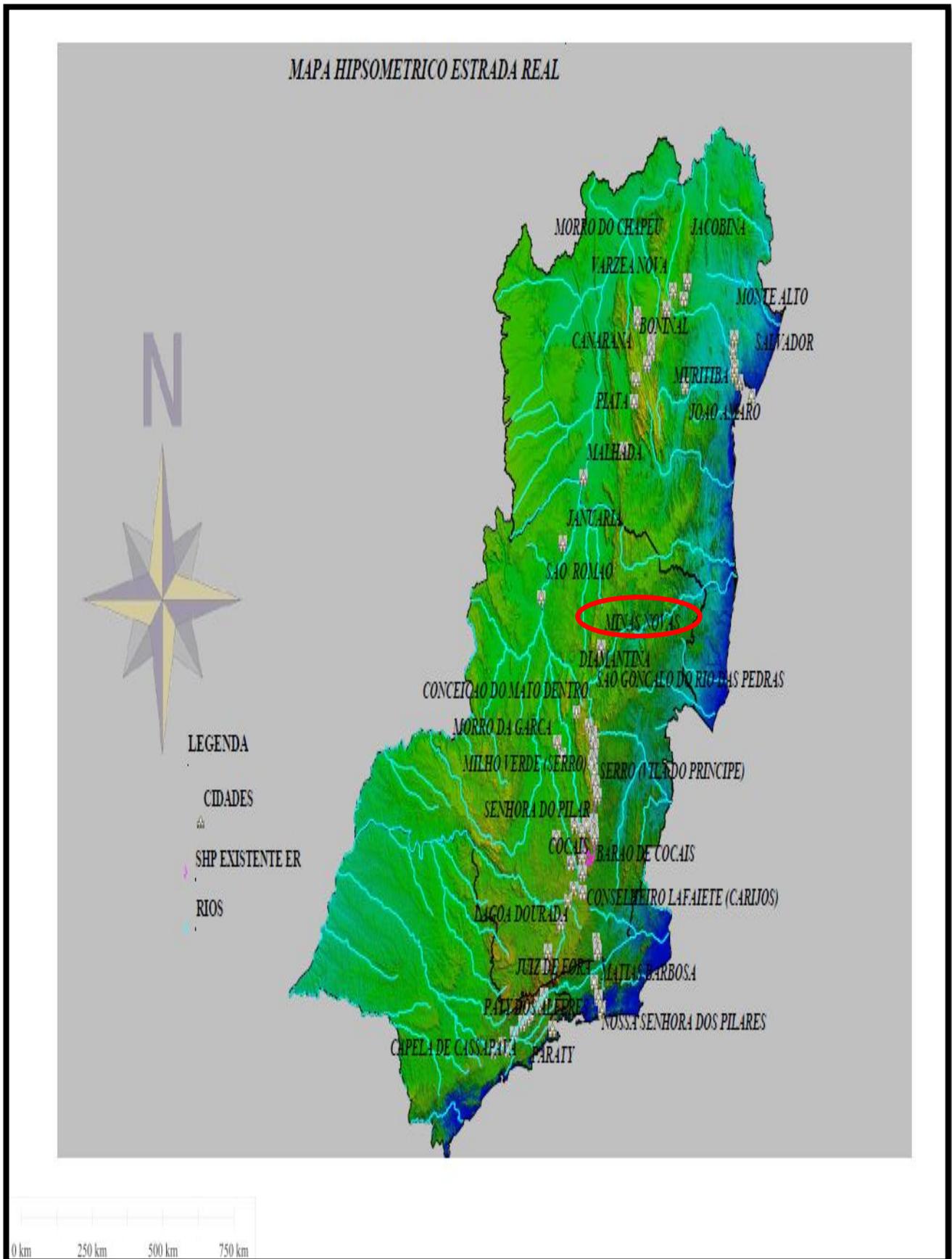
A interdição real do desenvolvimento das minas na Bahia fora provocada pela consideração estratégica de que elas induziriam as pessoas a abandonar a cidade de Salvador e o Recôncavo. O rei temia que a força humana remanescente fosse incapaz de defender a cidade contra o ataque de estrangeiros, ou de negros ou índios insurretos, que se sentiriam tentados a fazê-lo diante do pequeno contingente de brancos. Esses temores eram infundados, mas o impacto econômico e demográfico das novas descobertas

representou séria ameaça às regiões costeiras do Nordeste e exigiram intensas medidas. (RUSSEL-WOOD, [?] p.475)

Com a transferência de poder da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, tornou-se necessária uma ligação do Rio de Janeiro com as Minas, deste modo os novos caminhos foram abertos em direção a elas.

Diante do exposto, é possível considerar não somente o fluxo de pessoas e produtos na região, e sua importância para a memória histórica, mas também que o Caminho Velho, quanto o Caminho Novo, o Caminho dos Diamantes e o Caminho da Bahia nasceram das picadas indígenas e das ações conquistadoras de bandeirantes, exploradores e colonos. Os percursos coloniais do século XVIII foram os primeiros trajetos de ligação com a faixa litorânea, a partir desses caminhos nasceram as Estradas Reais do século XIX, que continuam sendo a principal ligação com a expansão da malha viária, que muitas vezes destrói as antigas passagens das Estradas Reais para realizar a expansão ou melhoria das vias brasileiras.

Mapa 6 – Hipsométrico Estrada Real



Fonte: (Adaptado pelo autor, 2019)

Partindo das análises e pesquisas realizadas, foi elaborado o Mapa Hipsométrico (Mapa 6) das cidades que devem integrar o atual mapa do Circuito Estrada Real (Anexo V) confeccionado e vendido pelo Instituto Estrada Real. A comparação entre o Mapa Hipsométrico (Mapa 6) e do Instituto Estrada Real (Anexo V) permite notar que este inclui apenas a cidade de Diamantina como cidade representante desta região. É notório que no Mapa Hipsométrico várias outras cidades integraram o circuito Estrada Real Mineira; no entanto, outras cidades também são esquecidas. O Estado da Bahia esta presente no circuito (Mapa6) implica considerar o que Santos (2001) afirma, isto é, que a Estrada Real - ER inclui o caminho da Bahia no percurso.³

2.2 Cidades oitocentistas: na rota da Estrada Real Mineira

No início do século XVIII, a descoberta de ouro na região de Minas Gerais redefiniu o destino do Brasil Colônia. Minas Gerais foi um dos primeiros estados a ser ocupado, pois o ciclo do ouro no século XVII e o ciclo dos diamantes no século XVIII influenciaram o processo de urbanização do estado. A busca pela compreensão da organização espacial da estrutura urbana das Minas nos oitocentos pode ser iniciada nos estudos sobre os primórdios do povoamento e ocupação desse território, que veio a ser a Capitania de Minas Gerais. Isto porque a rede urbana de Minas é produto da extração aurífera dos séculos XVII e XVIII ditada pela política colonialista. Marcas desse tempo estão espalhadas nas cidades históricas e no processo da construção do espaço urbano mineiro.

A lógica urbana portuguesa traçou os primeiros arraiais que conseqüentemente tornaram-se cidades tradicionais no Brasil, assumidas na contemporaneidade como patrimônio histórico. Diamantina ou 'Arraial do Tijuco', Ouro Preto ou 'Vila Rica', São João Del' Rei ou 'Arraial Novo do Rio das Mortes', entre outras, são exemplos de cidades tradicionais, erguidas pelos colonizadores em sua maioria em meio aos desdobramentos rochosos adaptando-se à topografia desfavorável da região. Para os estudiosos do tema,

³Foi utilizado para elaboração do mapa, Modelo Digital do Terreno - MDT, que possibilita visualizar a representação da elevação de terrenos através das cores, para assim conseguirmos visualizar as difíceis condições de locomoção que os bandeirantes/desbravadores enfrentaram e deste modo melhor compreender que os caminhos já abertos pelos indígenas ajudaram os bandeirantes/desbravadores adentrarem o sertão. Foram inclusos nesse mapa os principais trechos hidrográficos dos estados 'SP-RJ-MG-BA' que contemplam ou deveriam contemplar a ER, para assim visualizarmos que a navegação pelos rios contribuiu para adentrar o interior dos estados onde foi encontrada a maior quantidade de minérios preciosos.

Minas Gerais, o centro de condensação (para empregar um termo emprestado à física e que a distribuição do povoamento que ora analisaremos sugere tão vivamente) está localizado numa faixa que se estende de sul a nordeste, da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha; mais ou menos entre os pontos em que se formaram a vila de Lavras e o arraial do Tejuco (Diamantina). Ela corresponde à serra do Espinhaço, e, geologicamente, a uma formação peculiar do terreno, as séries de Minas e deltacolomi, ambos do Algonquiano, onde se verificaram os principais afloramentos de ouro no país. Esse fato explica suficientemente a concentração aí do povoamento, multiplicando-se as aglomerações, às vezes bem próximas umas das outras, e cujas principais são; as vilas de São João e São José del Rei (Tiradentes, Vila Rica (Ouro Preto); cidade de Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serro) e Arraial do Tejuco (Diamantina), onde, como se sabe, exploraram-se os diamantes.(CAIO JUNIOR, 2011,p.57)

Por motivos geológicos não houve a criação de grandes cidades. Seus desenhos se adaptavam de acordo com sua topografia, isto é, as ruas eram tortuosas, inclinadas com muitos becos e travessas. Em torno desses principais núcleos com aglomerações próximas foram surgindo outros núcleos mais espaçados, denominados por Caio Junior como secundários, nos quais se encontram

[...] Minas Novas, a nordeste, ocupadas desde 1726; Minas do Rio Verde. Com Campanha por centro principal, que são de 1720; Minas do Itajubá, onde se formaria a cidade deste nome, exploradas a partir de cerca de 1720; Minas do Paracatu, a oeste, que são as últimas descobertas, em 1744.(2011, p.57).

Com a chegada de migrantes, devido ao auge do ciclo minerador, ocorreu o estabelecimento de arraiais, alguns se transformaram em vilas. A fundação de vilas na Capitania de Minas Gerais ocorreu no final do século XVIII e comportou uma quantidade diversa de elementos que embalaram a economia, desde lavras de ouro, diamante, regiões agrícolas a criação de gado. Para os pesquisadores “a intensa circulação de pessoas, mercadorias e ouro fez nascer os poucos ranchos, vendas e, a partir destes, os arraiais, povoados e vilas.” (SANTOS, 2001, p. 49). Acompanhando o processo econômico estabeleceram-se as vilas e nelas atuaram as Capitâncias de Minas.

Os primeiros núcleos de população se estabeleciam em torno de capelas, da mesma forma se fixava o comércio. “Êsses arraiais não obedeciam a uma prévia escolha de local, mas ao acaso da comodidade de seus objetivos que eram os negócios do alcance das minerações” (AUGUSTO JÚNIOR, 1943, p.141). Os arraiais passaram rapidamente para vilas e a concentrar a classe burguesa do

período colonial, que levou para as vilas a riqueza vinda da Europa com a qual nos deparamos. Nesse sentido, foram sendo formadas

[...] cidades e povoados que nos ficaram do século XVIII suas praças cheias de casarões assobradados e extensas e tortuosas ruas de morada reproduzindo integralmente aspectos das portuguesas na estreita, na tortuosidade e no estilo das construções. (AUGUSTO JÚNIOR, 1943, p.261).

Tais aspectos, presentes nas cidades que se ergueram no período colonial, remetem-nos às lembranças históricas no interior do Brasil, precisamente, mais encontradas em cidades tombadas como patrimônio histórico. Os casarões eram construídos “[...] das taipas de sebe e de pilão, a primeira denominada entre nós de pau a pique, ambas usadas indistintamente em todos os gêneros de construção” (AUGUSTO JÚNIOR, 1943, p.262). A resistência desses materiais é tão forte que encontramos com facilidade essas construções nos centros históricos das cidades no interior das Minas Gerais.

Os arraiais mais importantes logo se convertiam em núcleos urbanos estáveis, os povoados onde se erguiam o cruzeiro, a capela depois a igreja para rezas, missas casamentos batizados e encomendações dos mortos. Em lugar dominante erguia-se o pelourinho, como símbolo do poder real e local de punição. E à medida que prosperavam as minas próximas surgiram ranchos de tropas, as vendas, os armazéns de secos e molhados, os açougues, as lojas e as oficinas de ferreiro canteiro, carpinteiro, armeiro seleiro e outros. As construções eram todas de pau a pique, que perduravam até hoje nas áreas mais pobres do interior mineiro: paredes de paus de madeira trançado, com os espaços cheios de barro amassado ou de cascalho e saibro socados. As janelas eram do tipo guilhotina e as portas com batentes de madeira grosseira. Os tetos, de esteira de bambu ou de taquara ou, ainda, nas casas mais abastadas, de madeira talhada. Assim se constituíram casarões, igrejas e edifícios de toda natureza. (SANTOS, 2001, p 67).

Esses tratados de arquitetura descrevem desde as medidas e proporções das colunas dos edifícios até a forma e condições geográficas da cidade. O século XVIII rompe com a Idade Moderna caracterizada pelos reis absolutistas e inicia a Idade das Repúblicas, que é a Idade Contemporânea,

[...] a fundação das cidades e vilas no ocidente era uma delimitação política de fronteiras e poderes. Muitas destas vilas do Brasil oitocentista foram criadas segundo os modelos iluministas de traçados regulares, como São José de Macapá (1758), Vila Nova de Mazagão (1770), Vila Bela do Mato Grosso (1777) e São João do

Parnaíba (1798). A ocupação destes territórios contou com a colaboração das ordens religiosas e o apoio do papado, porém sob regime coeso do Marquês de Pombal. O ano de 1750 marcou profundamente o urbanismo iluminista nas colônias [...] (LIMA, 2012 p.26).

As regiões e cidades brasileiras que mais sofreram as reformas urbanas foram as cidades pertencentes às regiões sudeste e nordeste. Devido serem os primeiros alvos dos colonos, essas cidades inauguraram, de modo intenso, as transformações espelhadas na revolução iluminista. A arquitetura é marcada pelo estilo renascentista e barroco, como podemos observar em algumas igrejas de Diamantina e outras cidades de Minas Gerais. A cidade, enquanto espaço de mediações das relações de poder entre metrópole e colônia e, ao mesmo tempo, de controle do escoamento de mercadorias, constitui o ponto de partida para repensar a trajetória do processo de urbanização no Brasil. Do acelerado declínio aurífero e da falta de criação nas regiões mineiras de outras formas de atividades econômicas se fez a estagnação das cidades. De acordo com Furtado,

na medida em que reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor mineratório. A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento induzia o empresário a persistir na lenta destruição de seu ativo, antes que transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica. Todo sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência. (1989, p.84).

É notório que 98% das cidades que fazem parte do circuito da Estrada Real Mineira permanecem atrofiadas por não terem forças para se reerguerem, após o declínio aurífero do século XVIII. Como assinalam os estudos compulsados “o sistema se descapitalizava lentamente, mas guardava sua estrutura.” (FURTADO, 1989, p.85). A involução rápida das cidades oitocentistas mineiras se fez de uma massa populacional desarticulada que sobrevivia da agricultura de subsistência e que, no século XIX, sobrevive basicamente do turismo e das universidades públicas que atraem estudantes, que geram renda e fazem a economia girar com maior fluidez.

Neste cenário, Minas Gerais tem um papel estratégico. Ele é o segundo maior estado brasileiro em número de estabelecimentos do setor turístico, segundo dados do Observatório do Turismo de Minas

Gerais referentes ao ano de 2015 – foram 64.175 negócios mapeados. Em termos de empregabilidade, Minas aparece em terceiro lugar, com 400.691 pessoas trabalhando em atividades turísticas. (BRAGA; PEDROSO, 2017, p.2).

Todavia, o fluxo de viajantes na Estrada Real Mineira favorece não só o turismo, mas também os outros setores da indústria e serviços. As cidades oitocentistas que permanecem com seus traçados arquitetônicos constituem uma importante função na economia mineira, por ser o turismo o principal atrativo do estado.

2.3 Diamantina como lócus da Estrada Real Mineira

Diamantes sempre foram sinônimos de riqueza e poder, e na busca por essas pedras raras se escreveu um capítulo da nossa história da principal cidade do Alto Jequitinhonha, o Arraial do Tejuco, melhor dizendo Diamantina. A cidade e seus encantos, com sua arquitetura colonial, nascem na base da Serra do Espinhaço. Com três séculos de fundação, passando de povoado a arraial até chegar a município, Diamantina é uma cidade rica em história e tradições e possui um patrimônio arquitetônico, cultural e natural preservado. A formação do município está intrinsecamente ligada à exploração do ouro e diamante.

O Arraial do Tejuco foi e é a principal cidade do Alto Jequitinhonha. Do Caminho dos Diamantes a cidade se fundamentou e se mantém viva e com seus traçados do período colonial presentes e preservados. “O Arraial do Tejuco, junto da Serra da Lapa, fundado junto da lavra de Jerônimo Correia, natural da Bahia e aí estabelecido desde 1713”. (AUGUSTO JÚNIOR, 1978, p.56). O descobrimento de diamantes na Comarca de Serro Frio a que o Arraial do Tejuco pertencia não foi comunicado no ato contínuo à Coroa Portuguesa; no entanto,

Logo que a corte portuguesa teve notícia do aparecimento dos diamantes na comarca do Serro Frio, por carta régia de 9 de Fevereiro de 1730, ao mesmo tempo que se estranhava a D. Lourenço o ter sido tardio em fazer esta comunicação a el-rei, foi elle investido de poderes amplos e illimitados para regular o providenciar sobre este novo e importante ramo do rendimentos, que em breve ia mais enriquecer a fazenda real. (SANTOS, 1868, p.21).

A demora de comunicar à Coroa Portuguesa se faz entender por probabilidades, a primeira pela incerteza quanto à qualidade e autenticidade dos minérios preciosos; a segunda, devido à exploração clandestina dos diamantes, pode-se suspeitar das vantagens tiradas por D. Lourenço.

A rápida divulgação da existência de riquíssimos depósitos diamantíferos criara a impossibilidade de, por mais tempo, enganar a Coroa de Portugal. Os cristais de rocha enviados pela esperteza do Ouvidor Banha, e que tinham feito sorrir aos austeros membros do Conselho Ultramarino, não apareceram mais em Lisboa. O que havia era uma inundação de diamantes verdadeiros que ali chegavam na bagagem dos passageiros e tripulantes das naus da Índia e do Brasil.(AUGUSTO JÚNIOR, 1978, p 60).

Deste modo, a Capitania de Serro Frio estava intensamente povoada e o Arraial do Tejuco como centro de atenção da Coroa. “Em pouco tempo esse Arraial do Tejuco exerceria no Norte da Capitania de Minas uma influência analógica à Vila Rica na Parte Central”. (AUGUSTO JÚNIOR, 1978, p 61).A descoberta de diamantes se fez no começo do declínio aurífero, o Arraial do Tejuco era a região que produzia as pedras preciosas mais cobiçadas na época, daí sua importância.A ocupação da região foi restringida e desestimulada pela coroa, uma medida para diminuir o número de habitantes, entretanto,

Pouco tempo depois de se divulgar o descobrimento dos diamantes, o Arraial do Tejuco ostentava uma prosperidade espantosa, que chegou a ameaçar a extração do ouro no centro de Minas, contribuindo para o decréscimo das rendas dos Quintos. Brotavam arraiais numerosos que iam crescendo na população e riqueza, existindo em 1732, com grande fama, os de Chapada, Rio Manso, São Gonçalo, Gouveia, Andrequicé, Milho Verde, Inhaí e Mendanha. Eram povoados de vulto: Acaba-Saco, Massangano, Senhora do Ó, Borbas, Ponte de Gonçalo, Capivari, Padre Mendanha, Santa Catarina, Mangabas, São Pedro, Canjica Cacundo, Galvão, Almas São João, Angu, etc.(AUGUSTO JÚNIOR, 1978, p 62)

Devido à restrição e à posição de diversas normas com o objetivo de diminuir o contrabando e aumentar o valor dos diamantes, nasceu a figura do garimpeiro nos cursos de água dos rios Jequitinhonha, Prado, Paraúna e das Velhas, rios “[...] riquíssimos de ouro e diamante [...]”(AUGUSTO JÚNIOR, 1978, p 66). O sistema de extração de minérios dos garimpeiros “[...] consistia em o escravo trabalhar curvado, de frente para o capataz, de forma a peneirar o cascalho nos alguidares, atirando-o para fora e recolhendo os diamantes [...]” (SANTOS, 2001, p.107). Este era o principal método para evitar o contrabando de diamantes, mesmo assim muitos escravos engoliam os diamantes.

O “Mapa de Habitantes” também mostra as atividades dos escravos, pois, ao contrário do que poderia aparecer, é incomparavelmente superior o número dos que se dedicavam às atividades agrícolas ao dos empregados na mineração. Enquanto 8.591 trabalhavam nas “rossas”, apenas 2.681 permaneciam nas lavras. Essa discrepância

se explica pelo controle draconiano que se mantinha no Distrito Diamantino. (SCARANO, 1976, p.105)

A mineração de diamantes estabelecia uma pequena quantidade de mão de obra, e somente os escravos eram capazes de resistirem ao trabalho exaustivo da mineração, na medida em que não havia outra opção para os homens e mulheres negros escravizados. Os escravos também entraram na competição em busca de riqueza e poder, “o escravo, ou melhor, dizendo o negro procurou integrar-se naquela civilização [...] (SCARANO, 1976 p.111), buscando espaço na tentativa de conseguir mão de obra e terras.

Apesar de as irmandades de pretos tratarem, quando possível, e obter a libertação de alguns indivíduos, não faziam disso sua meta, segundo muitas vezes se crê. Ao menos no século XVIII, não houve uma ação coletiva para tal afim, como acontecera mais comumente em Portugal. O desejo e a possibilidade de enriqueceram levaram o preto a abandonar e muitos os seus valores tribais, e o ato de haver poucos representantes em uma mesma “nação” em determinada irmandade talvez tenha conduzido ao esquecimento de uma ação coletiva em busca da liberdade legalmente conseguida. (SCARANO, 1976, p.111).

As religiosidades de Diamantina no século XVIII exerciam forte poder na população e fortaleciam as diferenças sociais, a devoção dos negros era a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. É notório que na construção do Brasil, particularmente nas cidades em que houve a exploração negra, nas quais os negros foram pioneiros na exploração do Brasil Colônia, encontram-se templos religiosos dedicados à Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, marca histórica singular dos negros na construção no Arraial do Tejuco.

As associações do Distrito Diamantino não divergem em geral de suas congêneres mineiras ou de outras Capitânicas do Brasil no Setecentos. Elas irão constituir-se em verdadeiras agremiações de homens separados uns dos outros pela cor, [...]Os diversos grupos irão formar-se tendo como base principal de sua divisão a cor da pele, que se confunde em grande parte com a categoria sócio-econômica. Essa característica se fará ainda sentir na época imperial e, em menores proporções, até aos nossos dias. (SCARANO, 1976, p.30).

Essa justificativa apontada por (SCARANO 1976) pode responder o porquê de muitas construções religiosas, não só na cidade de Diamantina, mas nas cidades de Minas Gerais. A população, por intermédio da fé, clamava em ter a sorte de

encontrar os diamantes nos rios já explorados do Distrito Diamantino e assim alterar as suas vidas.

Sempre haverá homens que ainda buscam riqueza e se aventuram no Distrito Diamantino, mas por serem raríssimos e pequenos os diamantes escapam na peneiração da bateia. A oportunidade de enriquecimento dependia e depende somente da sorte, mas desenvolvia nos homens, seja qual for sua raça/etnia, o desejo de se alcançar riqueza. No entanto “para se evitar que os escravos vendessem diamantes, não se permitirão lojas nem vendas nas circunvizinhanças do Tijuco [...]” (SANTOS, 1868, p.29), dificultando ainda mais o enriquecimento dos escravos. Com a exploração diamantífera, um número bastante expressivo de negros passou a integrar a população emergente de Diamantina. A população de predominância negra ainda é presente em Diamantina, rastros que se estendem desde o período colonial. Não obstante, o principal nome da história de Diamantina é o de uma das mais famosas personagens da história das mulheres negras do Brasil, que ainda é presença viva na cidade, qual seja, Chica da Silva. Entre os becos e as ruas íngremes e tortuosas feitas de lapa, o que se conta é que Chica da Silva vivia como rainha entre os brancos, frequentava a elite e todas as irmandades brancas do Arraial do Tejuco. Segundo Santos,

Foi celebre esta mulher, única pessoa ante quem curvava-se o orgulhoso contratador; sua vontade era cegamente obedecida, seus mais leves ou frívolos caprichos prontamente satisfeitos. Dominadora no Tijuco, com a influencia e poder do amante, fazia alarde de um luxo e grandeza, que deslumbravão as famílias mais ricas e importantes; quando por exemplo ia ás igrejas, — e então era ahi que se alardeavão grandezas — coberta de brilhantes e com uma magnificência real, acompanhavão-a doze mulatas esplendidamente trajadas : o lugar mais distincte do templo era-lhe reservado. Quem pretendia um favor do contratador a ella primeiramente devia dirigir-se na certeza do ser attendido, se conseguia Srangear-lho a protecção. (1868, p. 143-144).

A historiadora Júnia Ferreira Furtado em seu livro *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes* (2003) desmistifica a figura dessa mulher negra e sua simbologia no Brasil, bem como de sua trajetória, que serviu para reduzir a exploração escravista entre brancos e negros. Não se pode esquecer que as mulheres negras escravas não alcançavam a condição de esposas, viviam uma exploração racial e sexual. Essa imagem é branqueada nos contos populares de Chica da Silva. O caminho que as escravas livres trilhavam é uma história que deve

ser arduamente estudada.

A casa em que Chica da Silva viveu em Diamantina apresenta os mesmos traços da época, século XVIII, não houve alterações nos cômodos. Os objetos presentes em sua residência não são os mesmos da época, mas estão dispostos de forma similar. A casa fica aberta à visita e é uma viagem ao século XVIII. Muitas riquezas, que ainda hoje existem em Diamantina, devem-se a esse período aurífero e à extração dos diamantes. A extração, sempre em decadência, e o extravio dos diamantes continua em grande escala pela mineração clandestina, feita principalmente pelos moradores da cidade. A extração de diamantes representou,

[...] um papel secundário, relativamente ao ouro, que representou na vida da economia social e da colônia, situam-na naturalmente depois daquela última. Interessa, aliás, muito mais, não como atividade econômica, pois sua posição neste terreno, apesar da auréola de prestígio que a cerca, é secundária, mas como uma das páginas provavelmente a mais ilustrativa, deste triste quadro que foi a administração colonial portuguesa no Brasil. (CAIO JUNIOR, 2011, p.189).

Podemos notar que a extração de diamantes se aplicou apenas por um pequeno trecho no Estado de Minas Gerais e que Arraial do Tejuco, “[...] foi a única área em que na colônia se exploravam legalmente jazidas diamantíferas. (CAIO JUNIOR, 2011, p.190). Tejuco que significa córrego sujo e lamacento foi um tesouro incalculável extraído pela Coroa Portuguesa. “Em 1734 os Padres Matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capassi, percorreram o distrito dos diamantes para execução de um levantamento topográfico da região [...]” (COSTA et al, 2004, p. 117), com a finalidade de demarcar e coletar informações sobre o descobrimento dos diamantes.

Em 1999, Diamantina foi tombada pela Organização das Nações Unidas - ONU, para educação, ciência e cultura, como patrimônio cultural da humanidade; hoje, é um dos destinos culturais e turísticos da ER mais ricos do Brasil. O município tinha uma população em 2018 estimada de 47.617. No entanto, de acordo com último censo realizado em 2010 havia 45.880 habitantes. A cidade está localizada no Alto Jequitinhonha e a cerca de 300km da capital mineira, Belo Horizonte.

Diamantina pertence a um dos roteiros mais populares de Minas Gerais, é a última cidade que contempla o mapa do circuito da ER devido a sua grande importância ao findar do período colonial e pelo seu roteiro cultural. Uma nação que

perde seu passado não consegue entender o seu futuro, a tipologia arquitetônica da cidade, que remete aos séculos XVIII e XIX, se mantém viva, é um testemunho físico daqueles que vieram desbravar e construir uma cidade baseada na extração das lavras de ouro e diamantes.

Descrever a região onde se localiza o município e a cidade de Diamantina é perceber um espaço marcado desde o período colonial, que influenciou o ato de nomeação desse território mineiro, refletindo aspectos sócio históricos da conquista, consolidados nos costumes e na ocupação da cidade. Os reflexos da atividade mineradora no município deixaram rastros expressivos na história, arte e arquitetura que caracterizam a cultura local em geral. Sua exuberante beleza natural, em harmonia ao seu conservado e majestoso casario do século XVIII, traduz-se em um maravilhoso cartão postal é e contemplada pela ER e pelo circuito dos diamantes.

2.4 Exclusão de Minas Novas da Estrada Real Mineira

A afirmação da dissertação em relação à exclusão da cidade de Minas Novas do circuito da Estrada Real Mineira se faz por intermédio da análise cartográfica e dos sinais da arquitetura religiosa. Ao retornar às ocupações e traçados do passado, podemos perceber conflitos de representatividade presentes no atual mapa que qualifica o Circuito Estrada Real (Anexo V). Essa problemática segue bifurcações contrastantes e perpassa por caminhos ligados à interpretação histórica e à passagem das instituições. Muitas frentes foram abertas quando se trata do Vale do Jequitinhonha; no entanto, este estudo possibilita uma reflexão a mais sobre o caminho da ER e suas bifurcações, que não se enquadram com o grau dos antecedentes históricos cartográficos. Assim é possível recorrer a Paul Ricoeur, quando este considera que

A interpretação depende, antes, da reflexão segunda sobre o curso total dessa operação; ela reúne todas as fases, enfatizando assim, simultaneamente, a impossibilidade da reflexão total do conhecimento histórico sobre si mesmo e a validade do projeto de verdade da história nos limites de seu espaço de validação. (2007, p. 347).

A reunião de todas as fases seria o que podemos denominar de objetividade histórica, termo que se amplia com a interdisciplinaridade. Essa objetividade não quer que a história atinja elementos passíveis de justificação, mas que possibilite o conhecimento histórico. A exclusão da cidade de Minas Novas do circuito da Estrada

Real - ER vai além da objetividade, perpassa limites de instituições/Estado como aponta Ricoeur

Cabe então à opinião esclarecida sempre trazer de volta o exame de consciência do grande palco ao pequeno palco do Estado em que foi alimentado. A esse respeito, uma forma honrosa de desculpação deve ser denunciada, aquela invocada pelo cidadão que se considera como não envolvido na vida da cidade (2007, p. 482-483).

Desse modo, o esquecimento que exclui a cidade de Minas Novas da Estrada Real Mineira envolve questões relacionadas à consciência da população Minasnovense do saber da importância da cidade e o não ser reverenciada. O Alto Jequitinhonha ainda apresenta uma estrutura fundiária estremecida e de pouca mão de obra devido à migração da população em busca de melhores condições de vida e sobrevivência, o que poderia economicamente ser enfrentado com o incremento do turismo.

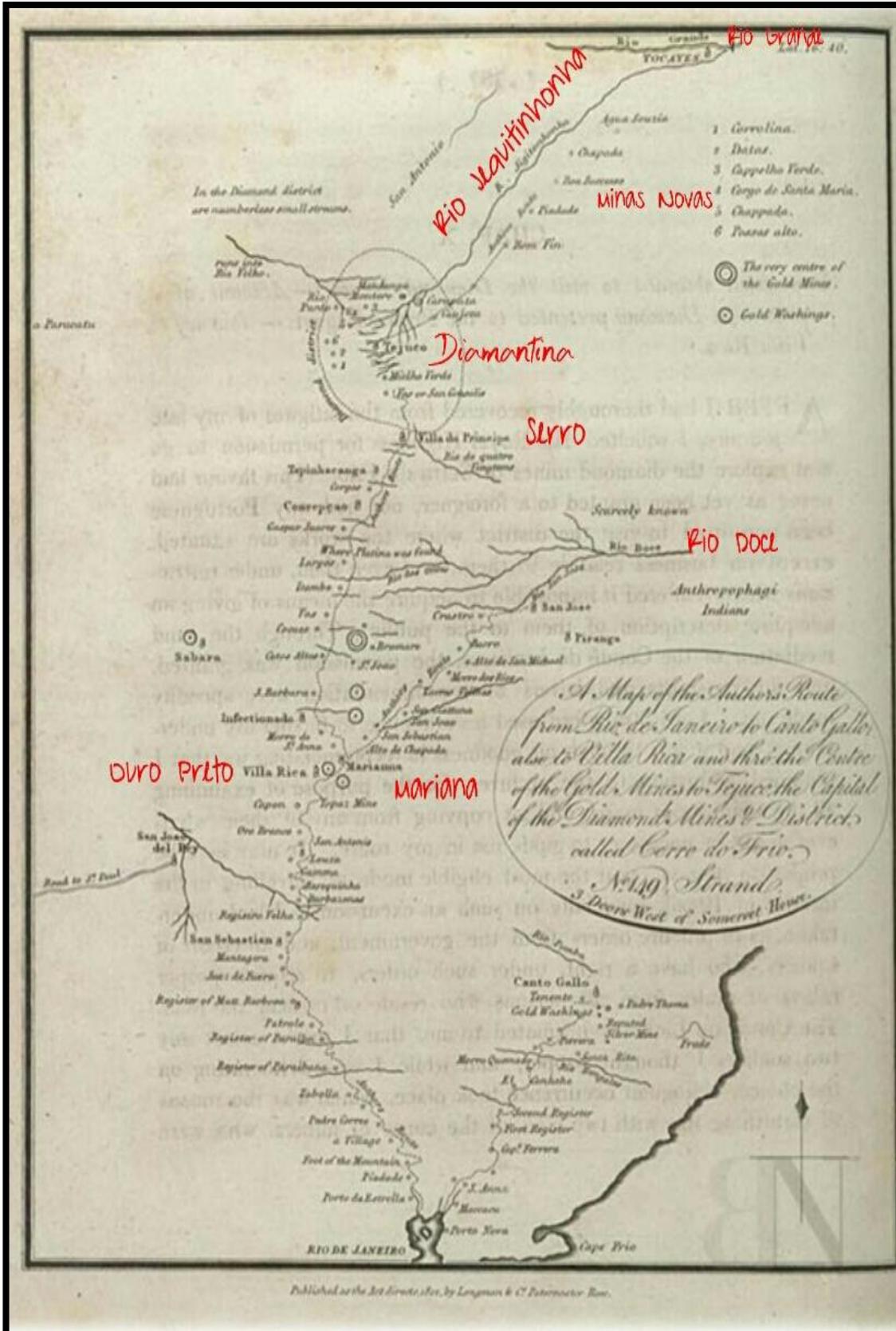
Jonh Mawe (1764-1829), primeiro estrangeiro a obter autorização do governo português, para viajar até a região das minas, “[...] naturalista e negociante de diamantes em Londres, que com permissão do governo viajou na comarca do Serro Frio em 1807, diz no Tratado dos diamantes e pedras preciosas” (SANTOS, 1868, p. 66), que deixou um legado importante para recuperar essa memória. A viagem desse desbravador às Minas Gerais possibilitou a criação do mapa 6 (p.55). Nesse processo, é possível destacar que

O decreto de 10 de Maio de 1757 desmembrou a villa de Minas Novas do Fanado, com seu districto, da capitania da Bahia, a que antes pertencia, e unio-a á comarca do Serro-Frio, para ficar debaixo da jurisdicção administrativa do intendente dos diamantes do Tijuco. Esta povoação foi fundada em 1727 por Sebastião do Leme Prado com os paulistas que o acompanharão, emigrados do rio Manso, onde se achavão estabelecidos, por causa de uma cruel epidemia que ali grassava, como sóe acontecer nas margens de nossos rios pouco habitadas. Em 1730 foi-lhe conferido o titulo de villa de Nossa Senhora do Bom Successo de Minas Novas do Fanado por Vasco Fernandes Cesar de Menezes, quarto vice-rei do Brasil, que residio na Bahia. Em 1734, tendo-se encontrado diamantes em alguns corregos de seu districto, foi prohibida a exploração de suas lavras, mesmo as auríferas, e estabelecêrão-se dez registros em diíferentes pontos para obstar o seu extravio; mas só começou ali a haver uma administração regular em 1757, quando, como já dissemos, foi annexada ao districto diamantino do Tijuco. (SANTOS, 1868,p. 123).

Minas Novas se apresenta na história vinculada à Bahia e ao Arraial do Tejuco, atual Diamantina. A cartografia elaborada pelos Padres Matemáticos, como

retratada no Mapa 3 (p.38) também reconhece a cidade Bom Sucesso no período importante de extração de minérios preciosos, “[...] pertencia então ao termo de Minas Novas dentro da demarcação diamantina (SANTOS, 1868 p.291).

Mapa 7- Rota do autor do Rio de Janeiro para Canto Gallo também para Villa Rica e para o centro das Minas de Ouro até Tejuco, a Capital das Minas de Diamante e Distrito chamada Cerro do Frio



Fonte: (MAWE, 1944)

O relato de John Mawe sobre sua ida à cidade de Minas Novas é controverso. Num trecho se lê que lá “[...] se encontram muitas pedras preciosas, que não se acham em outros lugares (1944, p.231); noutra, porém, se lê que “o comércio do Rio de Janeiro a Minas Novas constitui primeiramente em ferro, sal, tecidos de lã, chapéus, panos de algodão estampados [...] (1944, p.239). As pedras preciosas presentes na cidade de Minas Novas, que não se achavam em outros lugares eram menos valiosas, e o comércio se fazia de especiarias. Os naturalistas e viajantes que chegaram a Minas Novas não relatam com clareza a extração de minérios, mas narram sua existência e ampliam a lacuna histórica de não se saber ao certo como foi a exploração aurífera da região, mas os colonizadores, decerto, exportaram a riqueza encontrada.

Não é possível identificar a exclusão da cidade de Minas Novas nos mapas do circuito da Estrada Real Mineira - ERM, o que se sabe é que a cidade sempre esteve vinculada aos mapas dos cartógrafos desbravadores do sertão e, com o suporte desses mapas, o Instituto da Estrada Real reelaborou e reelabora os mapas no circuito da ER. Pode-se entender que a cidade nunca foi inserida nesse circuito, pois segundo colaboradora da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG,

[...] os critérios para inserção de novas cidades na Estrada Real que devem ser aprovados pelo conselho do Instituto Estrada Real: 1. Levantamento com fundamentação histórica e cultural, de que a localidade efetivamente foi cenário dos caminhos reais, no garimpo ou transporte do ouro e pedras preciosas, durante os séculos XVII e XVIII; 2. Estar localizado na divisa de um ou mais municípios atualmente identificados na área de abrangência da Estrada Real; 3. Ter um Plano Diretor municipal atualizado; 4. Explicitar claramente em seu orçamento que o turismo é prioridade da administração municipal; 5. Possuir um Conselho Municipal de Turismo em atuação comprovada com dois anos de existência, no mínimo; 6. Ter o Fundo Municipal de Turismo aprovado pela Câmara Municipal com recursos definidos e aplicação efetiva para o turismo; 7. Possuir inventário da oferta turística nos padrões do INVITUR/MTUR atualizado anualmente; 8. Possuir plano de trabalho específico para a atividade turística municipal; 9. Comprovar as ações desenvolvidas a partir de 2004, que contemplem o desenvolvimento do turismo no município e; 10. Demonstrar ações efetivas em relação à preservação do patrimônio natural, cultural e histórico municipal. (TEXEIRA, 2019).

Como se pode observar, a cidade de Minas Novas, na contemporaneidade, luta por sua inclusão na cartografia recente do circuito da Estrada Real Mineira - ERM. O assunto foi debatido em audiência pública da Comissão de Turismo,

Indústria, Comércio e Cooperativismo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do dia 20 de maio de 2010. No entanto, a questão ainda permanece em aberto e não há registros sobre os encaminhamentos que se seguiram frente à discussão.

A pesquisa permitiu identificar que a cidade apresenta sinais de elementos autênticos que justificam sua inclusão no circuito da ER. A cidade apresenta fundamentação histórica de fácil acesso e compreensão; não está localizada na divisa de um ou mais municípios atualmente identificados na área de abrangência da Estrada Real, no entanto a cidade de Minas Novas está localizada não mais que a 250 km da cidade de Diamantina. A cidade apresenta plano diretor como citado no Anexo I – N° II. Minas Novas explica claramente em seu orçamento que o turismo não é prioridade da administração municipal (Anexo I – N° III).

A prioridade ao turismo pode ser vista como um primeiro passo para se desconstruir o esquecimento, pois, o turismo evidencia cidades. “O Turismo Cultural pode converter em uma oportunidade para o desenvolvimento de correntes turísticas atraídas por motivações predominantemente culturais fortalecendo assim a própria cultura (BATISTA, 2005, p.31)”. Entretanto, os parâmetros discrepantes de desigualdade embutidos e retratados nos contextos midiáticos produzem uma identidade baseada no conceito essencialista, valer dizer, “[...] nós somos também ‘pós’ relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade [...] (HALL, 2006, p.10).

Mesmo vivendo na pós-modernidade com identidades contraditórias ou não resolvidas, a fundamentação do Vale do Jequitinhonha não se altera nos veículos midiáticos, fazendo da cidade de Minas Novas um ciclo vicioso de correntes de esquecimento e não de camadas afins de memorização. Essa marca essencialista é fixada na mente do interlocutor que não conhece o Vale do Jequitinhonha, reduzindo o papel das culturas locais. Não se trata de produzir ou promover a cidade globalmente, mas introduzi-la em camadas afins do mundo mercadológico de memorização turística.

CAPÍTULO 3
INTERFACES DO ESQUECIMENTO NA CIDADE DE MINAS NOVAS

3.1 Minas Novas: entre esquecimento e memória

Esquecimento é o empecilho da preservação da memória e mesmo que a memória dos lugares emblemáticos seja uma atividade que mereça o alcance marcante do admirável, muitas cidades caem no esquecimento e são excluídas da construção histórica de uma mesorregião. Ainda que a história não possa tomar a memória como testemunho documental fidedigno, da mesma maneira pode-se verificar que os documentos não são neutros. O fato que é passado para o papel e se transforma em documento não valida a memória como verdadeira e é nessa tensão, entre a memória dos eventos, da consciência dessa memória e da seletividade desse processo, que o esquecimento perpassa os traçados históricos das cidades oitocentistas. Vale dizer, é o que escolhemos esquecer, quando narramos um evento, quando selecionamos a memória, ou validamos, ou deixamos de legitimar essa memória, que o esquecimento se instaura (RICOEUR, 2007).

O esquecimento seria essencial para manutenção da memória? Seria a própria condição da memória uma questão de esvaziamento, para continuarmos a reter informações? Se o que esquecemos mantiver rastros históricos, como fazer com os materiais que existem? As referências consultadas permitem considerar que geralmente esse processo ocorre por motivos de transferências de aprendizagens, ou de experiências, pois esquecemos o que nos convém politicamente esquecer, ou por descuido do que se devia lembrar

Assim, partindo do acontecimento, da documentação, da informação histórica é que trataremos o esquecimento, não apenas divergindo-o da memória, mas enfatizando considerações sobre o espaço, o tempo e o lugar em que o objeto deste estudo passou a ser esquecido. Para Paul Ricoeur (2007), há esquecimento onde houve marca ou rastros históricos. O esquecimento se mantém apenas quando não há reconciliação com a memória. Nesta vertente, consideramos o estudo da cidade de Minas Novas como parte do circuito da Estrada Real Mineira - ERM.

Os relatos de viajantes do final do período colonial (1783-1822) demonstram a dualidade de informações, que ora exaltam, ora depreciam a cidade do Alto Jequitinhonha. O botânico Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que forneceu muitas informações sobre uma grande parte do país, descreve a cidade de Minas Novas e como se tornou fundamental na construção da mesorregião do Alto Jequitinhonha. É a memória histórica, a escrita do passado manifestando-se sob o esquecimento da escrita do presente. Para o viajante,

A região de Minas Novas, que ia visitar, difere, pelo aspecto e vegetação, de todas as que até então vira. O lugar tem, para falar com propriedade, o nome de Minas Novas do Araçuaí; foi descoberto em 1726 ou 1727, e fez em princípio parte da Capitania da Bahia. No ano de 1729 ou 1730, foi aí criada uma vila sob nome de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí, como, porém, esse núcleo popular se achava distante duzentas léguas da Bahia, submeteram-se, no que concerne à administração da justiça, ao corregedor de Vila do Príncipe. Entretanto, em 1732 ou 1749, anexaram-se inteiramente as Minas Novas do Araçuaí à Capitania de Bahia e passaram a fazer parte da Câmara de Jacobina. Havia então, na Vila do Bom Sucesso, um governador uma companhia de cavaleira, e finalmente, uma casa de fundição de ouro, da qual por poucos anos; pois que, por volta de 1754 ou 1757, o termo de Minas Novas foi definitivamente reunido à Capitania de Minas Gerais e à Comarca de Vila do Príncipe; contudo, durante todo esse tempo, sempre esteve sob a jurisdição espiritual do arcebispo da Bahia (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 193).

A ordenação dos processos e a memória das cidades fazem intervir não só a ordenação de vestígios, mas permitem releituras dos fatos. A organização da cidade de Minas Novas se fez entre dois estados, como citado, e essa dualidade de pertencimento pode ser um dos pontos de amarração histórica que levam à análise das variedades discursivas voltadas à memória manipulada, que são narrativas de esquecimento. Portanto, é na pesquisa histórica que encontramos os percursos da memória da cidade.

O termo de Minas Novas tem o enorme inconveniente de estar situada a grande distância da capital do Brasil; mas desde a recente descoberta do curso do Jequitinhonha, não se encontrará, talvez, em toda a Província de Minas, região mais bem situada para o comércio do que a que nesse momento nos ocupa (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 194).

Nos anos de 1774, a região das Minas estava ligada a Salvador, sede do governo colonial, essa forte ligação se fez da pouca prática agrícola da região, que se mantinha da extração aurífera. Destarte, podemos notar que a região de Minas Novas teve a inconveniência de estar longe da capital do Rio de Janeiro entre os anos de 1763-1815, o que não impediu a sua importância. Esse aspecto é destacado nos relatos do viajante, a seguir.

[...] desde que a agricultura substituiu nessa região as explorações minerais, tudo teve que naturalmente tomar novo aspecto. O cultivo da terra estabelece uma igualdade de fortuna que não poderia, absolutamente, ser o resultado do trabalho aventureiro dos mineradores. Não há no termo de Minas Novas tantas pessoas ricas como em muitas outras partes da província; mas também existe aí menos miséria. Não se vêem, em absoluto, como em torno de Vila

Rica, povoações quase abandonadas, e fazendas caindo em Ruínas. Os colonos vestem-se aí com tecidos muito grosseiros; mas não trazem a roupa em farrapos, como os panos de algodão são aqui muitos baratos, e grande número de habitantes fabricam-nos em suas próprias casas, os próprios negros andam mais bem vestidos do que em outros lugares (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 292).

A cidade de Minas Novas foi palco da mineração e exaltada por suas características. “O ouro de Minas Novas, e, em particular, o do Rio de Araçuaí, é de cor belíssima, geralmente, do título de 24 quilates” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 194) narra o viajante. Da agricultura, fundada no plantio de algodão, emanciparam-se vários municípios do Alto Jequitinhonha. Vários são os indícios de memórias perdidas na estruturação da cidade, os quais se enquadram na composição da Estrada Real - ER e permitem considerar que Minas Novas é parte desse importante caminho histórico, patrimônio cultural, logo, cidadania.

No Museu do Ouro, na cidade de Sabará, encontra-se o mapa de João Severino Terrabuzi. Não se sabe ao certo quem foi Terrabuzi, o que se sabe é que foi feita uma cópia do mapa Viagem de João Severino Terrabuzi do Rio de Janeiro até a Vila do Bom Sucesso de Minas Novas em 1814, por Caetano Luiz Miranda⁴. Infelizmente o mapa – mais um exemplar de memória histórica da cidade de Minas Novas – encontra-se emoldurado no Museu do Ouro, o que o torna difícil de ser analisado com mais precisão.

Como podemos verificar na Figura 3 (p.77), a legenda descreve dez símbolos que caracterizam espaços sociais coloniais de convivência. O primeiro símbolo remete à Corte como local de primazia, pois está representado por uma igreja com três torres e uma cruz com maiores detalhes do que as outras cruzes exibidas na legenda do mapa. Esse símbolo reporta-se à cidade do Rio de Janeiro. A noção de cidade, local inferior à corte, apresenta novamente um sinal, que remete à ideia de uma igreja com três torres, porém com uma cruz menos detalhada, no caso, a cidade de Mariana, pois Ouro Preto ainda era Vila Rica, desse modo não era classificada como cidade. O terceiro símbolo, cabeça da comarca, conta com a importância menor e no caso é atribuída a Serro. A classificação de vila, na qual se encontrava Minas Novas, como Vila do Bom Sucesso, entre outras descritas no

⁴ Caetano atuou mais como copista e menos como cartógrafo, no Museu do Ouro em Sabará, Em Minas Gerais encontra-se o Mapa de João Severino Terrabuzi, de 1814, e a Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Jequitinhonha de 1803. Ambos os trabalhos foram documentados a favor desse artista. (DELSON JUNIOR, 2017, p.200)

mapa, localiza-se, assim, acima dos espaços classificados como arraial.

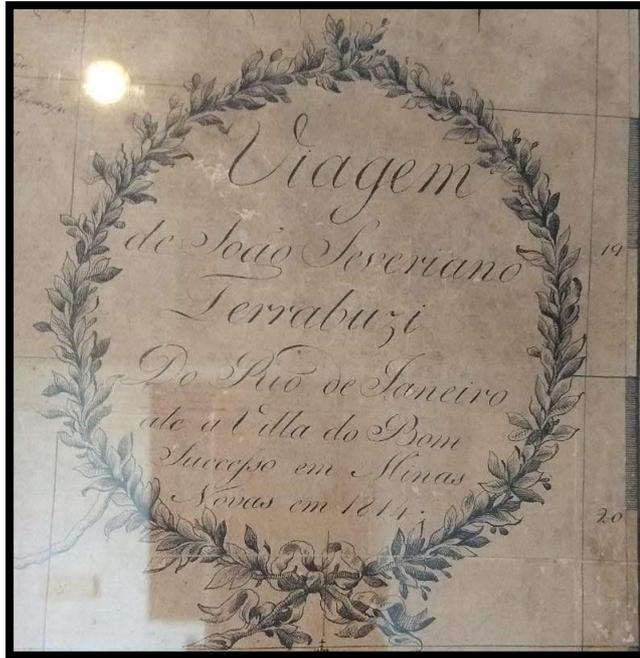
Em 1814, Minas Novas era mais importante ou apresentava o mesmo patamar do Arraial do Tejuco, atual Diamantina, que no mapa está representado pelo símbolo Arraial Com Guarda. O motivo da guarda do Tejuco seria pelo contrabando e exploração de diamantes. Terrabuzi deixou uma comprovação icnográfica de fácil compreensão e clareza sobre a atual cidade de Minas Novas, pela ordem de importância à época, além das cidades mapeadas corresponderem ao atual mapa do circuito da Estrada Real - ER.

Figura 1-Viagem de João Severiano Terrabuzi, do Rio de Janeiro até a Vila do Bom Sucesso em Minas Novas em 1814



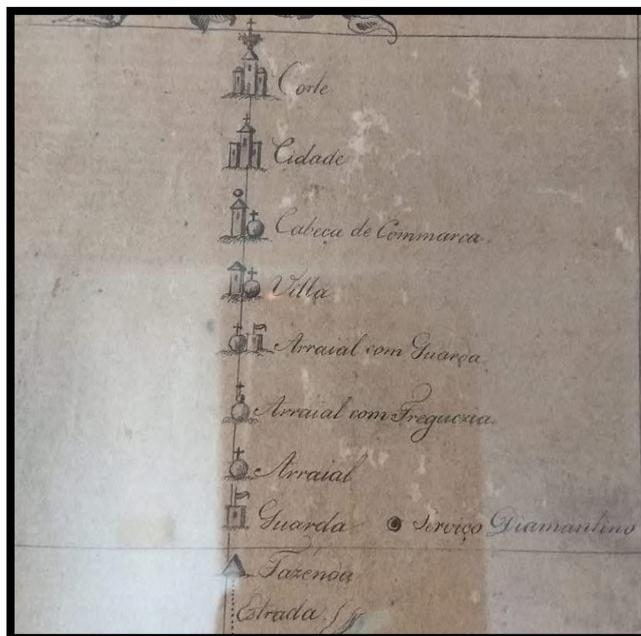
Fonte: Museu do Ouro, 2019.

Figura 2- Recorte do título do mapa de João Severiano Terrabuzi



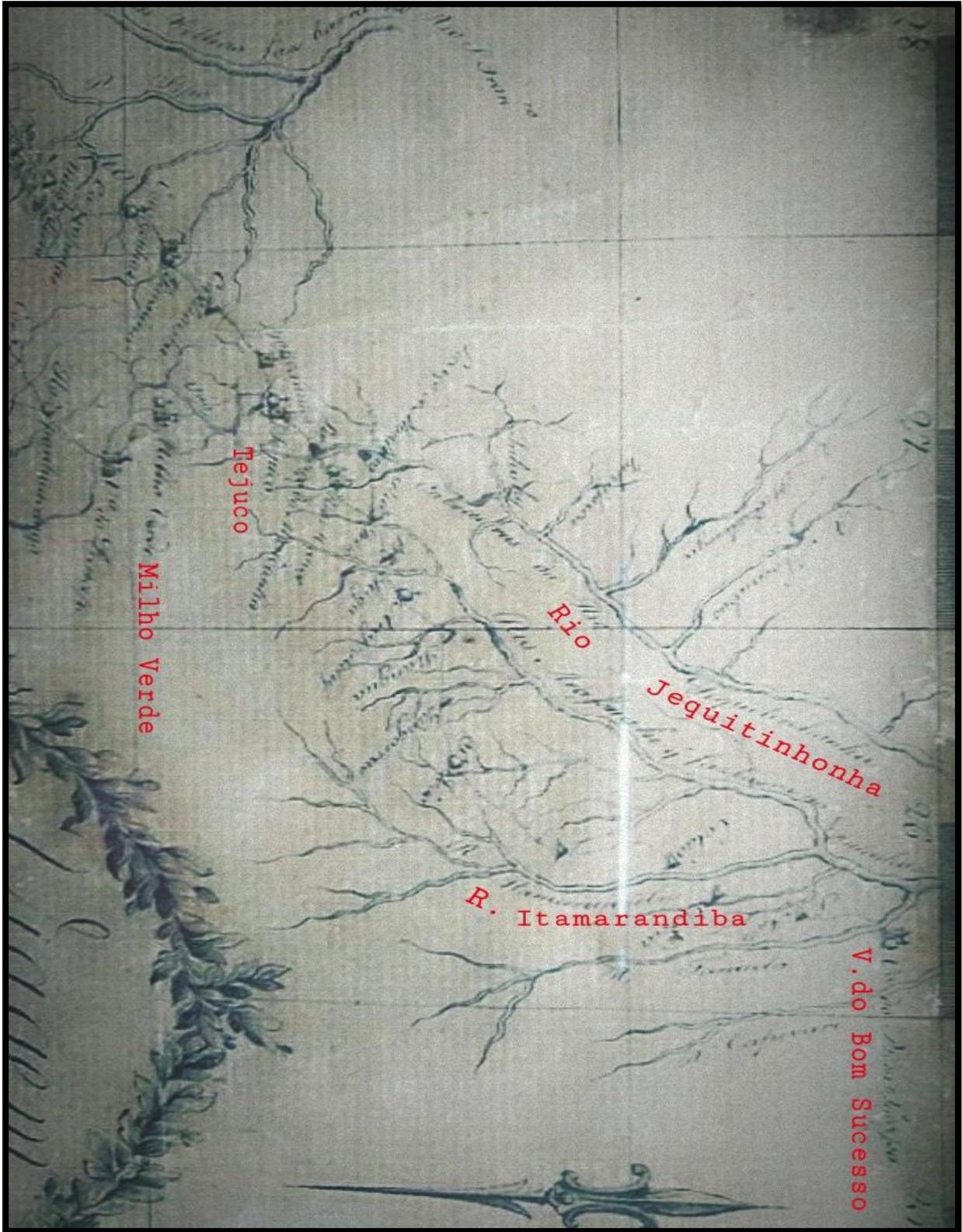
Fonte: Museu do Ouro, 2019.

Figura 3- Recorte da legenda do mapa de João Severiano Terrabuzi



Fonte: Museu do Ouro, 2019.

Mapa 8-Recorte do Mapa de João Severiano Terrabuzi Região do Alto Jequitinhonha



Fonte: Museu do Ouro, 2019.

Pode-se verificar que Minas Novas não apresenta apenas um motivo para se enquadrar no circuito da Estrada Real Mineira - ERM, mas sua composição histórica se faz de múltiplos elementos memoráveis. Essa dimensão corrobora a forma de análise dos achados, pois o esquecimento “[...] não é um acontecimento, algo que ocorre ou que se faz ocorrer. Obviamente pode-se perceber que se esqueceu, e nota-se isso num dado momento” (RICOUER, 2007, p.508). Vale dizer, a historicidade não pode ser esquecida. Todavia, o Instituto que planejou e concretizou o projeto Estrada Real - ER se esqueceu de cidades do Alto Jequitinhonha, precisamente a cidade de Minas Novas, que apresenta todos os elementos para se enquadrar no circuito da Estrada Real – ER.

3.2 Esquecimento como categoria de análise

O rastro documental está ligado ao rastro cerebral do que conseguimos lembrar e de como relatamos essas lembranças. Não se tem consciência de tudo o que está esquecido, para que seja em algum momento rememorado; no entanto, se esquecemos é sinal de que essa memória algum dia foi documentada, relatada e de fato existiu, pois não esquecemos o que nunca existiu. Paul Ricoeur (2007) reconhece a problemática do esquecimento por intermédio de três figuras: o esquecimento por apagamento dos rastros, o esquecimento e persistência dos rastros e o esquecimento de recordação por usos e abusos. O autor considera que o esquecimento por apagamento dos rastros está relacionado com fatores das ciências neuronais. Nelas,

[...] costuma-se enfrentar diretamente o problema dos rastros mnésicos, visando a localizá-los ou a subordinar as questões de topografia às de conexidade, de hierarquia de arquiteturas sinápticas; daí, passa-se às relações entre organização e função e, com base nessa correlação, identifica-se o correspondente mental (ou psíquico) do cortical em termos de representação e de imagens, entre as quais as imagens mnésicas. O esquecimento é então evocado nas proximidades das disfunções das operações mnésicas, na fronteira incerta entre o normal e o patológico. (2007, p. 428)

Os rastros mnésicos são caminhos que estabelecem ligações da descrição memorizada de regiões com todos os seus acidentes geográficos relacionadas às técnicas de organização do espaço; juntamente com as lembranças arquitetônicas, apoiadas nas ordens de prioridade das zonas ativas de contato entre uma terminação e reinicializar o local onde ocorre o processamento neuronal das

lembranças. O esquecimento, segundo a primeira análise do filósofo, parte dos estímulos anormais, que ocorrem nas células e tecidos cerebrais, que ditam o que se quer esquecer ou o que se deve lembrar; ou seja, o esquecimento como doença. A ideia do apagamento dos rastros é lançada à imagem do passado, seja ela imagem cartográfica, documental, fotográfica, entre outras.

Às voltas desse arquivo existem diversas cadeias de memória e esquecimento, as quais, muitas vezes e por motivos variados, não são traçadas e tratadas com a atenção necessária. O esquecimento e a persistência dos rastros mostram a amplitude da problemática.

[...] a noção de rastro não se reduz nem ao rastro documentário, nem ao rastro cortical; ambos consistem em marcas 'exteriores', embora em sentidos diferentes: o da instituição social para o arquivo, o da organização biológica para o cérebro; resta o terceiro tipo de inscrição, o mais problemático, embora o mais significativo para a sequência de nossa investigação; ele consiste na persistência das impressões primeiras enquanto passividades: um acontecimento nos marcou, tocou, afetou, e a marca afetiva permanece em nosso espírito. (RICOEUR, 2007, p. 436)

Assim, o passado, via construção cartográfica, constitui, neste trabalho, a base para a compreensão e assertividade na cartografia histórica, que coloca sua técnica de representação do passado acima de qualquer interesse econômico e político, como se fosse possível alguma atividade ser completamente neutra. Quando fazemos a releitura de documentos cartográficos, temos que levantar hipóteses que possibilitem inferências sobre o que foi representado e a veracidade dos fatos. Para isso, é preciso voltar ao passado e analisar os contextos históricos.

A contribuição de Paul Ricoeur (2007), assim, torna-se central à abordagem em função da forma como o processo social é complexo em relação ao que vem a ser esquecido e às formas de esquecimento. Essa anulação de lembranças é parte do esquecimento, cuja recusa quase sempre é manipulada. A problemática trata o apagamento dos rastros, a persistência dos rastros e usos e abusos do esquecimento, que perpassam por caminhos ligados a manifestações individuais, sejam de envelhecimento ou de morte, vulnerabilidade de toda condição de vida humana.

A vulnerabilidade coletiva gera a ausência e o distanciamento de fenômenos apagados da história humana, deste modo, Paul Ricoeur denomina “[...] esquecimento por apagamento dos rastros, e esquecimento de reserva [...]” (2007,

p.425). O esquecimento como apagamento dos rastros é o esquecimento presente na cartografia analisada, visto que a ausência de Minas Novas nos mapas passa a ser determinada, ao longo do tempo, por processos de representação ligados a instituições que cartografam apenas regiões de seus interesses, lançando obscuridade e enigmas no processo de comparação dos primeiros aos atuais mapas.

A herança presente nos documentos cartográficos, uma das porções de verdade histórica acessível na geografia, nos dizem muito, pois a memória está arquivada e documentada. Todo documento “[...] pode ser interrogado por um historiador com a idéia de nele encontrar uma informação sobre o passado.” (RICOUER, 2007, p.189). Tal constatação permite problematizar os rastros deixados por antigos e atuais mapas, comparando-os, localizando o que foi esquecido e o que ainda permanece vivo na memória cartográfica. São esses os elementos que norteiam a possibilidade de transformação do potencial regional do espaço geográfico em análise, de sua visibilidade histórica, como ferramenta, inclusive, de gestão e de desenvolvimento regional.

Seja como for, a oscilação e incerteza presentes no processo de vida humana entre o esquecimento individual e coletivo é o que nos faz conhecer e reconhecer a memória na medida em que

[...] a ameaça de um esquecimento definitivo e a obsessão de uma memória proibida acrescenta-se à incapacidade teórica de reconhecer a especialidade do rastro psíquico e a irredutibilidade dos problemas ligados à impressão-afecção (RICOUER, 2007, p.437).

Vale dizer, ausência da representação que induz ao esquecimento, no entanto, se a reminiscência for reencontrada e reconhecida, sua imagem permanecerá. Dessa maneira, o reconhecimento e a sobrevivência são os pilares da memória individual ou coletiva. A relação entre cartografia, memória e esquecimento se faz da multiplicidade de rastros que a matéria desenvolve e como esses rastros se encontram representados na contemporaneidade.

Contrapondo a imagem original do passado, “[...] a ‘sobrevivência das imagens’ como uma figura do esquecimento, digna de ser oposta ao esquecimento por apagamento dos rastros” (RICOUER, 2007, p.445), permite transformar o passado, presente e futuro. O rastro escrito, ou rastro documental, rastro psíquico e o rastro cerebral são apresentados por Ricouer (2007); dentre os três, o cerebral e psíquico de domínio dos estudos das neurociências é o rastro menos linear, mas é o

que nos auxilia a compreender a nós mesmos e nossa própria subjetividade. É o que deixamos esquecer ou o que permanece vivo em nossa memória que nos constrói enquanto sujeitos, e também constituem os lugares.

O rastro escrito-documental é o mais linear visto que é considerado como prova-testemunho, refere-se a informações “[...] tão diversas quanto tabelas e curvas de preços, registros paroquiais, testamentos, bancos de dados estatísticos etc.[...]” (RICOUER, 2007, p.189); as informações cartográficas atuam no espaço geográfico “[...]os lugares referidos ao aqui absoluto do corpo próprio e do ambiente se tornam locais quaisquer que se deixam inscrever entre os sítios cujo plano é desenhado pela cartografia [...]” (RICOUER, 2007, p.164). Na esteira desse rastro e amparado pelo método comparativo, pode-se descobrir empiricamente ordenamentos que permitem associar ou distanciar processos históricos e sociais, pois

[...] a análise comparativa aqui não representa uma técnica de levantamento e classificação de dados empíricos, mas uma perspectiva de análise social que permite romper com a singularidade dos eventos pela ação concreta dos diversos sujeitos que de fato constroem a diferenciação espacial. (ALVES; SAHR, 2014, p. 3)

Essa possibilidade de análise permite reconhecer o motivo pelo qual a cidade de Minas Novas não é configurada nos mapas como parte da Estrada Real Mineira e referenda o “[...] confirmado pela constituição paralela de duas ciências, a geografia de um lado, secundada pela técnica cartográfica [...] e do outro, a historiografia.” (RICOUER, 2007, p.157). Vale dizer, o esquecimento revela recursos estratégicos do desejo, do que se quer lembrar. Neste ponto, a pesquisa interdisciplinar revela suas potencialidades, pois “[...] lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer luz.” (RICOUER, 2007, p.455).

A memória do passado é ambígua, pois esse desejo pode ter êxito ou fracassar. Como considera Paul Ricouer: “A fidelidade ao passado não é um dado, mas um voto. Como todos os votos, pode ser frustrado ou até mesmo traído” (2007, p.502). O reconhecimento de algo é considerado como um pequeno milagre da memória, mas também pode falhar, seja essa falha provocada por manifestações individuais ou manifestações coletivas, isto é, todo o fazer-memória resume-se,

assim, no reconhecimento.

O debate perpassa a memória de espaços que estão presentes na construção da cartografia contemporânea de cidades esquecidas, no caso, desvinculadas do circuito da Estrada Real Mineira, como é o caso de Minas Novas. No caminho da crítica histórica, a memória encontra sentido de justiça e demonstra que a herança histórica presente nos mapas ou seu esquecimento na cartografia contemporânea influencia a própria constituição e valorização dos lugares, dos espaços, incidindo poderosamente no desenvolvimento – ou não – desses mesmos espaços e lugares. Assim, a memória cartográfica histórica representativa das cidades passa a ser avaliada como transmissão indivisível da história, logo, como possibilidade de desenvolvimento regional.

3.3 Minas Novas na Estrada Real: a cultura material como testemunha

A cultura material está intrinsecamente ligada ao patrimônio. Patrimônio histórico é um título dado a bens de valor móvel, imóvel ou natural, que tenham algum tipo de reconhecimento para um povo ou uma sociedade. No Brasil, a ideia de preservação se deu

[...] antes da criação de uma entidade no âmbito federal, deu-se pontualmente através de ações e leis isoladas, influenciadas mais tarde por experiências internacionais, principalmente portuguesas. Sendo colônia de Portugal, a primeira proteção legal ao acervo de arte antiga e aos monumentos existentes no território brasileiro foi introduzida pelo direito português, de modo pioneiro no cenário jurídico mundial. Essa proteção ocorreu por meio de alvará, em 1721, onde o Rei Dom João V decretou, sobre os monumentos antigos que existiam ou que viriam a ser descobertos durante o reinado, que não se “desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos” sob domínio dos fenícios, gregos, pelos, romanos, godos e árabes (SANTOS et al, 2012, p. 18).

O Art. 216. da Constituição Federal de 1988, afirma que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos

urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ao longo do processo histórico da noção de patrimônio, observa-se que o discurso das políticas patrimoniais se pautou pela busca da objetividade e racionalidade, pelo registro do passado no sentido de destacar seu papel exemplar. Os estados nacionais modernos, que são caracterizados por suas etnografias, sejam elas: língua, cultura, origem e território comum, passaram a se identificar com o patrimônio nacional, divulgado em vários espaços e âmbitos, suas redes de manifestações culturais instituídas pelo Estado a partir das políticas públicas. Assim, entende-se por políticas públicas o pensamento formulado por Sant'Anna, a seguir.

As políticas públicas são um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação. Isto significa que, nestes casos, o plano das intenções é importante, pois ele tem muito a revelar sobre o pensamento corrente a respeito de um determinado campo de interesse da sociedade. As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se dar a decisão ou a tomada de decisão (1995, p. 97).

São nesses formatos de políticas públicas que percebemos a atuação conjunta de órgãos administrativos públicos e a participação dos cidadãos. Essa dualidade de interesses é desafiadora no sentido da incompatibilidade de relevância dada pelos órgãos públicos e pelos cidadãos. A participação da gestão se realiza com os atores sociais diretamente envolvidos no processo. No caso da gestão de uma cidade, a participação dos cidadãos pode ser espontânea ou incentivada por uma política pública.

A noção de patrimônio no mundo pós-moderno vem do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens. As políticas públicas desenvolvidas na pós-modernidade vieram celebrar a decadência da imagem singularizada do Brasil no qual apenas a burguesia detém poder de se expressar, enquanto cultura de elites associadas com o poder das religiões, ideologias, filosofias e políticas, que no século XIX ditavam regras estabelecidas à sociedade. O indivíduo nesse período

apresentava-se como um ser centrado e arraigado. As políticas públicas de preservação, ou de reconhecimento de um patrimônio, vão além de medidas protéticas do poder público; os bens patrimoniais devem indicar e fazer o indivíduo se sentir pertencente à memória exercida pelo bem patrimonial. As sociedades pós-modernas são caracterizadas pela diferença e variedade de identidades e posições culturais de seus indivíduos. Assim, as políticas públicas são moldadas pelo Estado de acordo com as necessidades da sociedade, que se estabelece sem raízes e que é moldada pela diferença. Segundo Hall,

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela 'diferença'; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes 'posições de sujeito' – isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. (2006, p.17).

A articulação dos bens tombados que se tornaram bens patrimoniais cresceu na pós-modernidade, esse aumento é dado por uma visão de inclusão da história, ligada ao que deve ser lembrado; sem essa articulação não haveria história. A política voltada à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi criada no ano de 1937, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com a finalidade de promover, em todo o País, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional, hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse sentido, é possível considerar as evidências que permanecem vivas na arquitetura presente em Minas Novas, como elementos que corroboram a análise do problema de pesquisa, na medida em que testemunham a cidade inserida em um contexto histórico que a qualifica como parte da Estrada Real Mineira - ERM. Para tanto, o estudo focaliza elementos da arquitetura religiosa como sinais dessa similaridade, que a inserem na Estrada Real Mineira - ERM, “[...] casa de porão alto, ainda “de frente da rua”, representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas” (FILHO, 1972, p.40), presentes no edifício mais emblemático da cidade de Minas Novas conhecido como Sobradão. De acordo com o IPHAN,

O “Sobradão” de Minas Novas é um expressivo exemplar dentro do cenário da produção arquitetônica do século XIX, edifício de características únicas, distingue-se não só pela sua originalidade,

mas também pelas suas grandes proporções, destacando-se na paisagem com seus quatro pavimentos, pouco comum para construções de sua época. (IPHAN, 2017).

Figura 4 –Sobradão de Minas Novas - MG



Fonte: (acervo pessoal, 2019)

Desse modo, podemos verificar edificações arquitetônicas presentes na cidade como transmissoras de memória. Juntamente com os registros cartográficos, a arquitetura do período colonial revela a importância da cidade no auge da mineração, porém, esquecida pelo principal circuito turístico de Minas Gerais, a Estrada Real, pois Minas é ponto mais alto da arquitetura colonial.

A arquitetura da cidade de Minas Novas e Diamantina apresentam conflitos, pois se desenvolveram de acordo com o potencial de seus minérios preciosos. Para tanto, o estudo localiza nas Igrejas, templos de representatividade da riqueza no período colonial, a possibilidade de comparação, pois são edificações protegidas, o que permite considerar sua historicidade. Registrar o que iguala a arquitetura das duas cidades é considerar a predominância da simplicidade tanto no casario, quanto nos prédios administrativos e religiosos, neste caso, predominantemente de pau-a-pique. A capela de São José na cidade de Minas Novas é uma das mais antigas da cidade, de planta octogonal foi erguida em meados do século XVIII. Única

construção religiosa de planta octogonal presente em Minas Gerais.

Figura 5 – Capela de São José



Fonte: (Acervo pessoal, 2019)

Figura 6 – Capela de São José



Fonte: (Acervo pessoal, 2019)

O Sobradão e a Igreja São José são modelos arquitetônicos encontrados apenas na cidade de Minas Novas, não tendo nenhuma semelhança com as igrejas e sobradões da cidade de Diamantina ou com qualquer edificação presente nas cidades que contemplam o Circuito Estrada Real. Esta evidência permite considerar que Minas Novas assumiu lugar de destaque na vida colonial brasileira, mesmo com a simplicidade dos elementos arquitetônicos sua existência implica considerar o espaço social como relevante.

Ainda assim, a arquitetura religiosa presente na cidade de Diamantina e Minas Novas, se analisada de modo panorâmico, apresenta poucas semelhanças,

devido à maior quantidade de riqueza encontrada na cidade de Diamantina tornar a arquitetura da cidade mais luxuosa. “É a descoberta do ouro que vai favorecer o desenvolvimento das artes em termos grandiosos, e os primeiros sintomas aparecem com o surto da arquitetura sacra em Minas Gerais (MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, 1979, p.47)”. Todavia, se observada nos elementos estruturais, muitas vezes identificados nos detalhes aparentemente banais das edificações, é possível verificar as semelhanças que a visão panorâmica não permite acessar.

A arquitetura religiosa vista como sinal que deixa rastros independentes da classe social e do período, no qual as edificações foram construídas, permite acessar parâmetros para as comparações, baseados em indícios imperceptíveis para a maioria (GINZBURG, 1989). No caso do presente estudo, trata-se de uma conexão arquitetônica dos traçados simplórios, existentes nas fachadas das edificações das igrejas, que passam despercebidos pelo olhar desatento do leigo. Para o autor, traços “[...] normalmente considerados sem importância, ou até triviais [...]” (GINZBURG, 1989, p. 150). Essas evidências são consideradas peça chave, pois constituem momentos históricos, ligam as cidades a um mesmo período pela identificação dos artefatos, neste caso, detalhes da arquitetura concreta, religiosa e colonial.

Diversos aspectos das plantas das igrejas, considerando a arquitetura mineira, foram estudados. No momento, procuramos concentrarmo-nos apenas nos frontispícios, visto que a memória absorve as matrizes do que visualizamos em primeiro plano. Isto posto, os frontispícios da arquitetura das igrejas das cidades de Minas Novas e Diamantina apresentam similaridades. Podemos sentir a presença de uma tradição arquitetônica de inspiração que encaminhou os traçados para a simplicidade das paredes retas, em ângulo reto. Buscaram elevar os ângulos retos das torres alcançando maior altura em todo o conjunto.

Para a análise proposta, selecionaram-se as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Capela de Nossa Senhora do Carmo, justificado pela existência de duas Igrejas com a mesma nomenclatura nas duas cidades. As igrejas apresentam semelhança na torre sineira, óculo, frontão, porta de almofadas, técnicas construtivas do período colonial, como reitera a pesquisa bibliográfica compulsada.

Os dados disponíveis indicam que a grande maioria das igrejas construídas nas possessões portuguesas de além-mar, entre o final do século XVI e o início do XVIII, pelo menos, obedecia a um traçado padrão, quase estereotipado. Seja na América, na África ou na Ásia, encontramos a mesma estrutura elementar, semelhante à de um galpão, com uma única porta de entrada, duas janelas alongadas dispostas de ambos os lados acima e um óculo na empresa (BURY, 2006, p. 131).

A arquitetura religiosa é um dos legados desse momento histórico que pode comprovar a passagem dos portugueses na cidade de Minas Novas entre o final do século XVI e o início do XVIII. Igrejas eram construídas quando havia assentamento duradouro, rastro histórico como suporte da memória. As igrejas da cidade de Minas Novas são dotadas de duas torres sineiras como consta nas figuras 7 e 9 (p.91 e 93), possuem simetria no corpo central de suas fachadas, as janelas, o frontão, apresentam leve sinuosidade com a presença do óculo central. Muitas vezes, as igrejas eram projetadas com duas torres laterais, porém, por algum motivo, não se conseguia executar a obra completa, neste caso, deixava-se uma espécie de memória construtiva, exemplo dessas são as igrejas da cidade de Diamantina, conforme figuras 8 e 10 (p.92 e 94).

As torres eram mais um componente arquitetônico cujo posicionamento e variação volumétrica marcaram a evolução da arquitetura religiosa em Minas, submetida às Ordens Terceiras. Em alguns casos havia duas torres laterais, em que o resultado atual evidencia a supressão das mesmas (GARCIA, 2005, p. 146-147)

As referências arquitetônicas na sua grande maioria são relacionadas às heranças históricas e socioculturais, que são pilares na construção da identidade de regiões. A forma de se remeter ao passado é o que se mantém na herança. Nesse sentido, não raro, os óculos apresentam forma circular, quadrifólio ou outras e são muito comuns nas igrejas para iluminação. O frontão é triangular e localiza-se no topo da fachada, característica comum presente em particularmente todas as igrejas construídas no período colonial, apresentando harmonia com a presença do óculo central; porém, o frontão das igrejas de Minas Novas e Diamantina é “[...] relativamente pobre, tem um perfil sem adornos [...] numa disposição tosca e de pouca ornamentação [...]” (BURY, 2006, p. 116). As janelas e portas são elementos simbólicos que permitem passar de um tempo a outro, são recortes do tempo vistos através da história que compõem fachadas delimitando períodos históricos. As janelas das igrejas de Minas Novas e Diamantina levam o peitoril, espécie de gradil

de madeira junto à janela com um pequeno vão que pudesse servir para locomoção, ou servindo de janelas sacadas, característica comum presente na arquitetura religiosa das duas cidades.

As portas são sempre de madeira, com seis almofadas, marca típica da época, pois a utilização de vidros nas portas era inexistente, devido ao alto valor do produto, o que difere conceitualmente das práticas atuais. Considerando a arquitetura das fachadas das igrejas coloniais, no caso do elemento compositivo torre, das que foram concluídas, das que não foram concluídas, dos óculos como elemento comum nas construções das igrejas, dos frontões como elemento arquitetônico transmissor de modéstia/luxo, fica evidente a diversidade e riqueza de patrimônio edificado transmissor de memória.

É por meio dessas amarrações simples e igualitárias que conseguimos comparar a história da arquitetura nas cidades mineiras, que está ligada intrinsecamente a seus ciclos econômicos. Mesmo que os primeiros traços arquitetônicos religiosos construídos no Brasil se enquadram no estilo tardo-renascentista,⁵ que se caracteriza pelas fachadas sem alguma ornamentação expressiva, com a geometria simples, frontões triangulares, janelas e portas próximas ao quadrado, são os detalhes de uma arquitetura próxima ao in(visível) que nos permitiram comparar os traços arquitetônicos similares das cidades tratadas.

A arquitetura das cidades que contemplam a Estrada Real - ER está intrinsecamente ligada ao seu percurso. São heranças arquitetônicas que repercutem a memória das cidades do Circuito Estrada Real. A arquitetura colonial pode ser vista como micro de um todo, que revela um conjunto. É uma marca fotográfica paralisada no tempo de múltiplas esferas de vida de um período que, muitas vezes, perpassa o invisível, não articulando fatos arquitetônicos aos fatos históricos, que não aparecem em esferas macros, mas que se revelam em esferas micros. É nesse conjunto de articulações arquitetônicas que se expõem novos discursos teóricos.

⁵ Os arquitetos do Renascimento visam estabelecer uma correlação entre as proporções familiares e satisfatórias do corpo humano e as construções, cujas plantas e proporções espaciais eram baseadas nas figuras geométricas regulares e mais simples – quadrado, círculo, cubo, cilindro e esfera. Cada elemento da composição era composto em si e servia para um propósito único e evidente. Não se ressaltava uma parte às expensas de outra. Os objetos renascentistas eram racionais os resultados, simétricos, harmoniosos, estáticos, limitados e, acima de tudo, serenos (BURY, 2006, p.64-65).

Figura 7– Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos, Minas Novas – MG



Fonte: (Acervo pessoal, 2019)

Figura 8–Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos, Diamantina– MG



Fonte: (Acervo pessoal, 2019)

Figura 9 –Capela de Nossa Senhora do Carmo, Minas Novas – MG



Fonte: (Acervo Pessoal, 2019)

Figura 10 - Capela de Nossa Senhora do Carmo, Diamantina – MG



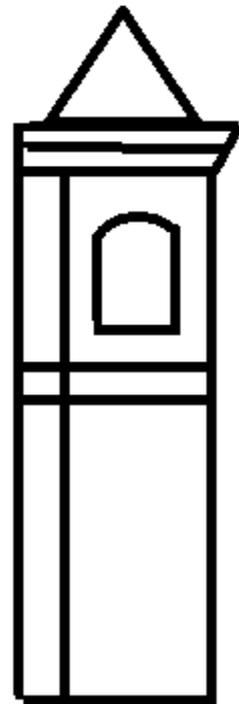
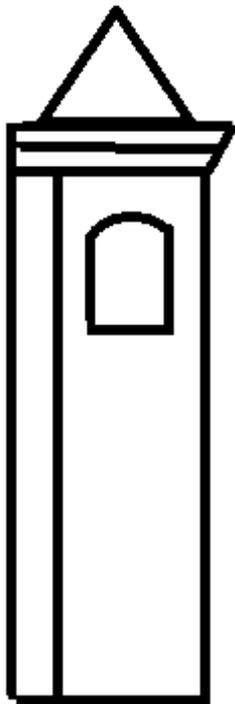
Fonte: (Acervo Pessoal, 2019)

Os traços passíveis de comparação da arquitetura das igrejas de Minas Novas e Diamantina sustentam as análises comparativas ou evidenciam o equivalente ou o aproximadamente igual. Os desenhos englobam estruturas simples da arquitetura colonial e estão longe de ser uma técnica ultrapassada, ao contrário, é de fundamental importância para a conduta sistemática na arqueologia. “O desenho arqueológico, enquanto técnica aplicada à Arqueologia, do ponto de vista historiográfico, está ligado à historiografia do próprio desenho, bem como da Arqueologia (LEMOS, 2002, p.27)”.

Buscamos entender os padrões estilísticos da arquitetura colonial por intermédio da observação de seus traçados e da mensuração sistemática das igrejas.

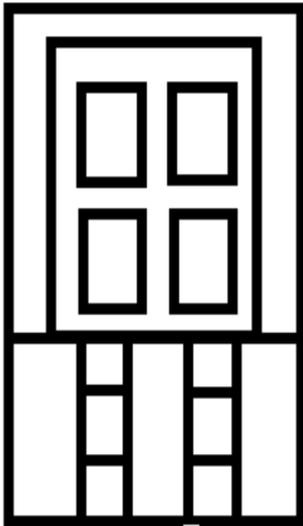
Figura 11 –Torre sineira linear A

Figura 12 –Torre sineiralinear com adorno B

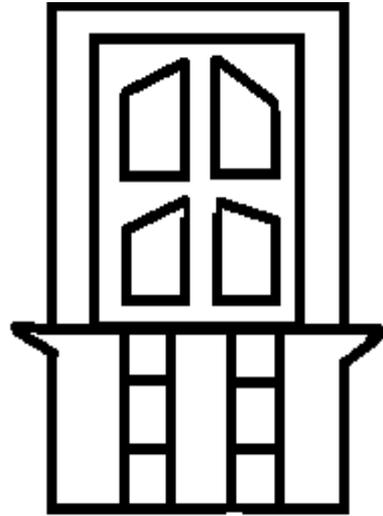


Fonte: (Autor, 2019)Fonte: (Autor, 2019)

A arquitetura das torres sineiras é aproximadamente igual; o traçado linear da torre (A) remete às torres das igrejas de Minas Novas que diferem apenas do adorno da torre (B) que representa a torre das igrejas de Diamantina.

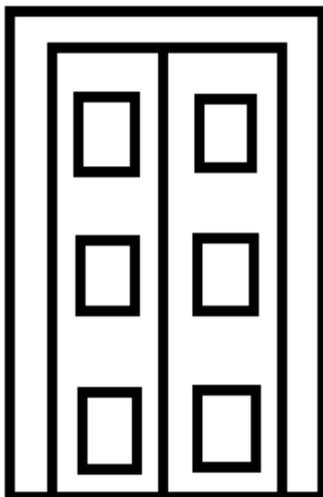
Figura 13 - Janela linear A

Fonte: (Autor, 2019)

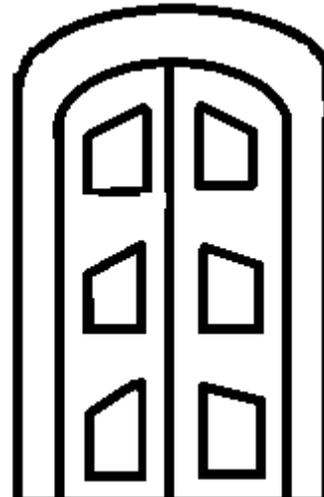
Figura 14 - Janela linear/sinuosa B

Fonte: (Autor, 2019)

A arquitetura das janelas é aproximadamente igual. O traçado linear da janela (A), que se refere ao traçado da arquitetura de Minas Novas, difere apenas do traçado meia linear/sinuoso da janela (B) que alude à arquitetura das portas das igrejas da cidade de Diamantina. A equivalência se faz pelas almofadas presentes nas janelas e pelo peitoril, que apresenta dois suportes de sustentação.

Figura 15 -Porta linear A

Fonte: (Autor, 2019)

Figura 16 -Porta sinuosa B

Fonte: (Autor, 2019)

A arquitetura das portas também pode ser aproximada. O traçado linear da porta (A) difere apenas do traçado sinuoso da porta (B) e a equivalência é dada pelas seis almofadas presentes nas portas. A porta (A) refere-se ao traçado da

arquitetura de Minas Novas e a (B) de Diamantina. Diante dos pressupostos, pode-se alegar que a cidade de Diamantina apresenta um conjunto arquitetônico que diverge em suntuosidade ao do encontrado em Minas Novas; contudo, se observado na redução da escala de análise, evidencia detalhes que permitem considerar as aproximações, logo, Minas Novas e Diamantina apresentam correlação arquitetônica.

O debate se amplia ao considerar que os valores culturais e simbólicos contidos no patrimônio das cidades não se fazem apenas de edificações, pois “é preciso dizer que nem só de cidade e monumento é formado o patrimônio histórico, mas de todos os elementos que documentam a memória e os costumes de uma época. Deste modo, a preocupação com a política justa da memória ou do esquecimento deve averiguar a verdade histórica e sua fidelidade ao que se apresenta naquela. As diferenças marcadas e expostas pela geografia e história, pela cartografia histórica, não resumem os valores e as diferenças das cidades, mas demonstram o patamar de igualdade até meados do século XVIII entre Minas Novas e Diamantina.

As identidades de regiões são indefiníveis, pois vivemos em um amplo processo de escolhas que devem ser averiguadas, quando se trata de planejamento que vincula cidades a dicotomias históricas, como entre a memória da riqueza colonial e a da pobreza na sociedade contemporânea, neste caso, como aporte para o esquecimento. A memória histórica dos esquecidos do Vale do Jequitinhonha pode, deste modo, reverberar construções de percursos politicamente vinculados e socialmente planejados, com critérios nem sempre claros ou sem veracidade histórica.

3.4 Entre memória e esquecimento: cartografias da Estrada Real Mineira

A cartografia deveria ser a produção da sobreposição de épocas das camadas temporais da memória. Reconhecer as camadas seria criar condições de integração ao longo do tempo na cartografia. As cidades são produtos de construção contínua, tendo como base os andamentos históricos e não a criação repentina de processos sem vinculação; assim, perdidos no tempo, são vestígios substituídos nas instituições de memória, fragmentos fragilizados que podem abalar estruturas de poder, conseqüentemente tornam-se um dos motivos do esquecimento cartográfico.

Para tratar a memória de um lugar há que se trabalhar com a recuperação da

história desse lugar, como já observado. O primeiro critério do Instituto da Estrada Real é o “levantamento com fundamentação histórica e cultural, de que a localidade efetivamente foi cenário dos caminhos reais, no garimpo ou transporte do ouro e pedras preciosas, durante os séculos XVII e XVIII” (TEIXEIRA, 2019); no entanto, quando analisamos mapas, podemos verificar lacunas de esquecimentos de cidades, questões geográficas e históricas que podem e necessitam ser corrigidas.

No estudo sobre memória e esquecimento, é necessária atenção especial ao estudo da memória manipulada, um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história nas sociedades. A memória está ora em retraimento, ora em esquecimento, deste modo, a cartografia histórica vem sendo utilizada na contemporaneidade como elemento de fundamental importância na construção histórica da evolução da cartografia manual ao geoprocessamento⁶.

O geoprocessamento de mapas históricos é um recurso sofisticado para as pesquisas em Cartografia Histórica, História da Cartografia, Geografia Histórica e áreas afins. O uso das técnicas de geoprocessamento em mapas históricos tem se mostrado eficiente no resgate de importante patrimônio cultural da sociedade, evidenciando um riquíssimo instrumento de pesquisa [...] (CASTRO, 2014, p.123).

O mapa dos Padres Matemáticos foi utilizado como base na construção do atual caminho da Estrada Real Mineira - ERM, ou seja, “[...] o georreferenciamento e a vetorização⁷ das cartas da Capitania de Minas Gerais elaborados pelos padres matemáticos em 1734 (CASTRO, 2014, p.124) não tiveram o êxito de questionar a anulação de cidades na construção do atual circuito da Estrada Real; pode-se notar que a vetorização dessas cartas foi uma cópia do atual mapa da Estrada Real Mineira - ERM, sem nenhum questionamento sobre a anulação de cidades no circuito que representa o percurso da Estrada Real - ER. Os mapas dão primazia histórica, de descobrimento, de formação e soberania territorial de sociedades, exemplificam, a cada traço, processos que vinculam a construção e expansão de

⁶ O geoprocessamento pode ser definido como sendo o conjunto de tecnologias destinadas a coleta e tratamento de informações espaciais, assim como o desenvolvimento de novos sistemas e aplicações, com diferentes níveis de sofisticação. Em linhas gerais o termo geoprocessamento pode ser aplicado a profissionais que trabalham com cartografia digital, processamento digital de imagens e sistemas de informação geográfica. (ROSA, 2013, p. 59).

⁷ A representação vetorial representa um conjunto georreferenciado de coordenadas que descrevem a localização do objeto no espaço geográfico. Ou seja, um elemento único e distinto pode ser representado por um conjunto de dados geométricos em um mapa (coordenadas e informação topológica) e pelos seus atributos descritivos, os quais são informações referente às propriedades não espaciais (BRITALDO FILHO, 2000, p. 8).

idades, como reiteram as referências consultadas.

Os mapas históricos necessitam de estudos aprofundados sobre o contexto político, econômico e social que foram produzidos, para se compreender como o poder se expressou na representação cartográfica à época e quais foram seus efeitos na sociedade (CASTRO, 2014, p.136).

Memória e esquecimento nesse contexto vão além de uma representação descritiva territorial, alcançam a totalidade das marcas determinantes. Velhas certezas são reconstruídas e passam do estado sólido para a fluidez da contemporaneidade, processo de incerteza gerador de conflitos entre construções de pequenas sociedades. É a constatação de que as identidades cartográficas são manipuladas e se baseiam na incerteza e na falta de veracidade histórica.

Um dos pilares da real memória das cidades se faz por intermédio de um projeto cartográfico, pois, com a expansão das cidades, os arquivos urbanos zelosamente devem ser salvaguardados pelos órgãos municipais, no entanto muitos não apresentam condições de manterem-nos salvaguardados. Esses acervos deveriam ser utilizados com o objetivo de propiciar memória a instituições, que podem descrever trechos históricos, conferindo disponibilidade de documentos da memória regional, que em sua grande maioria não se encontram nos municípios. Seria a preservação da memória administrativa.

A Lei Federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe de políticas de arquivos públicos e privados, traz em sua descrição a coordenação das atividades de produção, utilização, manutenção e destinação dos documentos, O artigo 1 ressalta que os documentos de arquivos devem ser utilizados com o objetivo de desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Podemos notar que é um dos mesmos requisitos descritos pelo Instituto da ER. Mesmo que sejam notórios os elementos de comprovação cartográfica do circuito da ER, o esquecimento se mantém em meios às entrelinhas da simbologia do mapa que representa o circuito.

O estudo da cartografia engendra uma série de outros elementos, tais como o entendimento das técnicas de medição do espaço, das noções de forma e de área que expressam, dos espaços que o mapa cobre e dos que deixa em branco ou preenche com um desenho ou uma iluminura. Tudo isso compõe a forma como o homem entende e representa o mundo e exige do estudioso um esforço interdisciplinar. (FURTADO, 2010, p.25).

Deve-se lembrar que a cartografia não é neutra e se faz da representação

territorial; a miniatura gráfica dos mapas permite inúmeras leituras. O documento apesar de seu significado formal passa a ideia de comprovação, testemunho e confirmação; a documentação cartográfica não emana uma verdade absoluta, cada pesquisador analisa o objeto de diferentes formas e pode chegar a diferentes conclusões, assim sendo é quase impossível o pesquisador conseguir ter uma assertividade absoluta do objeto estudado, já que trabalha com hipóteses.

Portanto o que o torna um documento relevante não é o objeto em si, mas a análise feita por meio dele. A leitura de um documento sempre será um confronto de questionamentos, pois todo mapa carrega um emaranhado de informações, e nomeá-lo documento é uma forma de transmitir informações e reflexões na esfera social, aproximando a cartografia do cotidiano das pessoas e fazendo uma socialização entre história e documentação. É a desdocumentação, que seria o movimento de releitura da cartografia do circuito da ER, indagando por meio de hipóteses prováveis sua significação na vida da sociedade estudada. Le Goff destaca que

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica [...] (2003, p.471).

É evidente que o objetivo do Instituto ER é o turismo. O termo utilizado - estradas reais – não é encontrado em documentos e nos mapas oficiais. Essa denominação é mais popular do que oficial, motivo de maior investigação dos trajetos e delimitação do circuito. As agências turísticas não vendem o caminho mineiro nos seus pacotes de viagem, seria a indicação de necessidades e adequação histórica ou esquecimento do circuito por outros estados, tornando o projeto apenas um conceito e não um produto que apresenta questões históricas e geográficas que necessitam ser corrigidas.

Os trajetos proclamados divergem dos traçados da antiguidade, é o que a pesquisa cartográfica revela. O conceito estrada real impreciso tornou-se uma peça maleável sujeita a múltiplas versões. A lógica mercadológica sobressai gerando o esquecimento nomeado por Ricouer (2007) como esquecimento por apagamento dos rastros.

Recentemente, a notícia que o projeto Estrada Real será reativado (CAMPOS, 2019) implica considerar que não há como negar os trajetos reais do circuito. As fontes históricas são amplas, cidades no norte mineiro, que precisam de

circulação financeira e mercadológica, as quais, de acordo com a cartografia histórica, as fontes documentais, os viajantes-naturalistas, contemplam o circuito mineiro, são esquecidas, passam despercebidas de uma das principais fontes econômicas de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do que foi observado por intermédio dos levantamentos realizados, o poder da memória e do esquecimento na construção da história contemporânea é sintomático. Do resgate histórico da cartografia, que é a base da construção do atual mapa do circuito Estrada Real e da arquitetura histórica colonial, que se torna elemento de marca turística, pudemos averiguar os domínios de esquecimento de cidades que antes foram de extrema importância para a região. As aproximações entre representações da memória implicada na Estrada Real Mineira, atravessada pelos elementos implícitos nos mapas, permitem as constatações, na medida em que a cartografia pode ser considerada como documento, isto é, componente e agente da memória.

A opção de análise dos mapas demonstra os aspectos e condicionamentos históricos que caracterizam ou descaracterizam as cidades nos atuais mapas da Estrada Real. Não queremos enaltecer a cidade de Minas Novas no circuito Turístico da Estrada Real, mas apontar a tensão existente, que permite averiguar seu esquecimento na cartografia e nos atuais mapas fabricados pelo Instituto da Estrada Real, por conseguinte, desvelar as evidências cartográficas que comprovam o importante papel da cidade de Minas Novas, desde o século XVIII, paralelamente à cidade de Diamantina, na exploração de minérios nas Minas Gerais.

A arquitetura histórica colonial como elemento passível de comparação evidencia sinais de semelhança com a arquitetura da principal cidade do Alto Jequitinhonha, vendida turisticamente no Circuito Estrada Real, vale dizer, a cidade de Diamantina. A produção turística arquitetônica e a história das cidades que mantêm a memória viva é um dos motivos da comparação, visto que esta nos mostra que a cidade de Minas Novas também apresenta patrimônio histórico vivo e memorável, cujo reconhecimento deve enquadrar-se no circuito turístico.

A análise da arquitetura baseou-se no levantamento histórico da construção, focalizando as características estruturais das fachadas. O estudo das formas estilísticas e da comparação buscou, com o apoio dos registros fotográficos, chegar a uma síntese. A percepção da configuração estrutural das fachadas amplia o olhar sobre a formação do espaço como circuito turístico, fatores enriquecedores do espaço analisado, porém esquecido. Os conjuntos arquitetônicos são os elementos

principais que corroboram a Minas Novas o direito de retomar seu lugar no circuito da Estrada Real - ER.

Acreditamos ter dado alguns passos em direção a uma perspectiva que integre os dois aspectos da análise. De um lado a memória, que nos permitiu vislumbrar como os fenômenos de memorização, sejam eles individuais ou manipulados pela mídia/estado, são condicionantes importantes nos processos cartográficos e históricos. De outro lado, as descobertas nas dinâmicas perversas do esquecimento, que se orientam não somente por condicionantes do uso e desuso da memória, mas por questões de escala dos mapas e da geografia habitada na arquitetura. Assim, entendemos que o esquecimento não apenas diverge da memória, mas enfatiza considerações sobre o espaço, tempo e lugar em que o objeto de estudo passou a ser esquecido.

As vias do esquecimento e da memória não se chocam ou se excluem, mas na verdade se complementam. A análise da memória e do esquecimento no nível da cartografia brasileira apresenta-se interligado ao desenvolvimento regional e se veicula especialmente por meio da informação que conduz a inovações que resultam na memória. Esta é destinada ao consumo de uma parcela da população, dotada de maior poder aquisitivo, e que a Estrada Real - ER é o principal caminho turístico de Minas Gerais. Constatamos que tais situações encontraram seus correlatos no nível do esquecimento de cidades que apresentam potencial histórico, para se enquadrarem nos mapas do Instituto da Estrada Real, mas são esquecidas na cartografia pós-moderna, que é caracterizada por métodos e técnicas em torno do processamento eletrônico, ofuscando registros de ocorrência do passado.

A história colonial brasileira ainda suprime identidades regionais, a hegemonia e a centralidade das regiões aniquilam a história de outras cidades que também foram saqueadas no período considerado como Brasil Colônia, articulando interesses em prol da economia de um único polo econômico, ocultando outros que também escreveram seu papel na história. É evidente que as forças centralizadoras dominantes de Vale do Jequitinhonha, neste caso Diamantina, usufruem os discursos e iconografias para propagar sua grandeza regional como apogeu dos diamantes. No entanto, não foram apenas os diamantes que construíram o caminho Estrada Real. Neste contexto, Minas Novas aparece como atrasada, sobrecarregada ainda pelo declínio do ouro e pela obscuridade de um regime *plantation*.

No entanto, a cidade de Minas Novas é um espaço de memória, que carrega em si a pluralidade de acontecimentos denominadores de transformações, que são pautados em discussões e disputas em prol de um espaço no presente/futuro e não apenas no passado obscuro em um circuito turístico.

A construção do termo Estrada Real trata-se de um projeto realizado pelo governo de Minas Gerais, em parceria com a Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, com o propósito de alavancar o turismo em localidades nas quais estão situados os antigos caminhos percorridos pelos caçadores de minérios preciosos no período colonial. No entanto, o discurso apresentado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG não se faz verídico.

A divergência de informações na construção do Circuito Estrada Real carrega consigo traçados de um passado esquecido e conflitos presentes em prol da memória.

O prognóstico em defesa do que foi apresentado e argumentado é que se construiu uma rota turística com denominadores de qualquer outra ordem, menos os de ordem cartográfica e historiográfica, visto que é nítida a sequência espacial da cartografia e das cidades que fizeram parte do circuito. A Estrada Real não se justifica apenas pela quantidade dos recursos saqueados em seus territórios, mas também pela fragilidade de cidades que se mantêm erguidas em busca de notoriedade na pós-modernidade.

As estruturas presentes nas cidades esquecidas pelo Instituto Estrada Real serviam à mineração, e as estruturas hoje servem como memória e prova testemunho e fazem aflorar as inquietações das lacunas históricas que nem mesmo a Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG sabe responder.

Os resultados dessa dissertação apontam fragilidades na construção de um circuito turístico e nas vertentes de memória baseadas no esquecimento, manipulação e obrigação. Espera-se que, além de contribuir para produção de conhecimento interdisciplinar, a presente análise possa auxiliar cidades mineiras situadas na rota turística Estrada Real a serem lembradas e se tornarem integrantes do circuito.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tanize; SAHR, Cicilian. **Revista Geoinfó do Programa de Pós graduação em Geografia Maringá**. Ométodo comparativo em estudos regionais.Maringá v. 6, n. 2 , p. 3-19, 2014.

ASSEMBLÉIA Legislativa de Minas Gerais. **Minas Novas pede inclusão na Estrada Real. Minas Gerais**, 2010. Disponível em: <https://almg.jusbrasil.com.br/noticias/2197906/minas-novas-pede-inclusao-na-estrada-real>. Acesso em: 12 abr. 2019.

AUGUSTO JÚNIOR, de Lima. **A capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Limitada, 1978.

AUGUSTO JÚNIOR, de Lima. **A capitania das Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

BARRETO, Ângela. Memória e sociedade contemporânea. **Revista da Associação de Bibliotecários de Santa Catarina**. Florianópolis, v.12, n.2,p.161-176, 2007.

BATISTA, Cláudio M. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual do Turismo**,Rio de Janeiro, v.5, n 3, p.27-33. 2005.

BOSI, Ecléia. **Memória da cidade: lembranças paulistanas**.SciELO Estudos Avançados. São Paulo. 2003. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRAGA, Carlos; PEDROSO, Guilherme.Turismo Impacta positivamente a economia do estado. **Jornal Estrada Real**, Ano 4, Nº 12, Informativo. Nov. 2017. Disponível em: <http://www.institutoestradaareal.com.br/files/destaques/ec87f1481bec072f7e52728f08463c43.pdf>. Acesso em:12 abr. 2019.

BRESCIANI, Stella (org). **Imagens da Cidade Século XIX e XX**. São Paulo:Editora FAPESP, 1993.

BRITALDO FILHO, S. S. Cartografia Assistida por Computador – Conceitos e Métodos. Curso de Especialização em Geoprocessamento, Belo Horizonte, MG, 2000. Disponível em: <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/cartodigital.pdf>. Acesso em: 12 jun.2019.

BURY, Jonh. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Brasília, DF: Monumenta, 2006.

CALANDRO, Luiz Thiago, PEZZATO, Pedro João. **Revista Eletrônica de Geografia Territorium Terram**. Memória e Identidade no Contexto de uma Cartografia Cultural: São João del-Rei (UFSJ), 2013. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/cogeo/revista_territorium_terraram.php. Acesso em: 06 jan. 2019.

CAIO JUNIOR, Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

CAMPOS, Paulo. Projeto Estrada Real será reativado por entidades da sociedade civil. **Jornal O Tempo**, 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/turismo/itapemirim-anuncia-aporte-de-r-2-bi-para-criacao-da-companhia-aerea-1.2297338>. Acesso em: 7 jun. 2019.

CANTON, Kátia. **Tempo e Memória**. São Paulo: Editora WM, 2015.

CASTRO, M. F. José. Cartografia Histórica e Geoprocessamento: o exemplo dos Mapas dos Padres Matemáticos, de 1734, e do Cálculo de Rendimentos Gerais do Bispado De Mariana, de 1752. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, 2014; Volume Especial Cartogeo, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rdg.v0i0.535>. Acesso em: 11 jan. 2019.

CASTRO, Silvio. **A Carta de Pero Vaz de Caminha: o Descobrimento do Brasil**. Ed. 4. Porto Alegre, RS: L&PM, 1985.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco; 1953.

COSTA, Antonio Gilberto et al. **Cartografia da Conquista do Território das Minas**. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.

COSTA, Antônio Gilberto. **Os chamados caminhos fluviais para a conquista do território das Minas e do Brasil e suas representações na cartografia da América portuguesa**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

EDNEY, Matthew H. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.30-50. jan./ jun., 2007.

DELSON JUNIOR, A. A. Caetano Luiz de Miranda um Pintor Rococó na Comarca de Serro Frio. *In*: XII EHA – Encontro de História da Arte – UNICAMP, 2017, Campinas-SP. Caetano Luiz de Miranda um Pintor Rococó na Comarca de Serro Frio. **Resumo**. Campinas- SP: 2017. p.199-2019

DURHAN R. Eunice. **A Caminho da Cidade**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

DUQUE C. Renato, MENDES L. Catarina. **O planejamento Turístico e a Cartografia**. São Paulo: Editora Alínea, 2006.

FARIA, Maria; OLIVEIRA, Uilton. A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso Biblioteca Nacional. *In:3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.*, 2016, Belo Horizonte, MG. **Simpósio**. Belo Horizonte, MG: UFMG: 2016.p. 86-95.

FILHO, Aires. **Dias e Noites em Diamantina**: Folclore e Turismo. Belo Horizonte: Ed. Gráfica Maciel, 1972.

FIORAVANTI, Carlos. Com os Pés na Terra: Chamados Padres Matemáticos fizeram Mapas Detalhados sobre os Sertões do Brasil. **Pesquisa FAPES**, São Paulo, n. 226, p. 92-93, dez., 2014.

FONSECA, Maria. **Memória e Patrimônio**: Ensaio Contemporâneo. Para Além da Pedra e Cal: Por uma Concepção Ampla de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: Editora Lamparina,2003.

FORTES, M. A. **Tratado do modo o mais fácil, e o mais exacto de fazer. As Cartas Geográficas**. Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1722.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23ª.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

FURTADO, S. S. Cartografia portuguesa, roteiro de glórias. *In: Raisz Erwin*.1969, Rio de Janeiro, RJ. **Científica**. Rio de Janeiro, RJ. 1969.p. 359-384.

FURTADO, F. Junia. Um Cartógrafo nas Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n.2, p. 153-159. jun./dez.,2010.

FURTADO, F.Junia. **Chica da Silva**: e o contratador de Diamantes o outro Lado do Mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GARCIA, M. Juliane. **Traços hispânicos no processo de latinidade da arquitetura colonial em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUARINELLO, Norberto. Memória coletiva e história científica. *In: Conferência Proferida por ocasião do I congresso de Ciências Humanas das Universidades de Minas Gerais.*, 1993, São João Del Rei, MG. **Congresso de Ciências Humanas**, São João Del Rei, MG: 1993. p. 180-193.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 11º. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, S. Buarque. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JARDIM, L. N. Maria. **O vale e a vida.** Histórias do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998.

JOLY, Fernand. **A cartografia.** Campinas: Editora Papirus, 1997.

KNAUSS, Paulo; RICCI, Claudia; CHIAVARI, Maria Pace. **Brasil: uma cartografia.** Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE MOS, Manuel. Historiografia do Desenho Arqueológico enquanto Técnica Aplicada à Arqueologia. **Ângulo Repositório Didático**, N.1. 2001-2002, p. 27-56.

LIMA, A. A. F. A Ideia de Cidade do Século XV ao XVIII. *In: Seminário Nacional de História da Cidade e Do Urbanismo*, 2012, Espírito Santo, ES. **Seminário.** Espírito Santo, ES. UFES: 2012. p 33

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Dias e Noites em Diamantina: Folclore e Turismo.** Belo Horizonte: Ed. Gráfica Maciel, 1972.

MACHADO, Maria; RENGER, Friedrich. Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em Mapas. **Revista Brasileira de Cartografia**, Belo Horizonte, MG. v.67, n. 4, p. 759-771, jul./ago., 2013.

MAGALHÃES, B.; JUCÁ, C. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial.** 3º ed. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.

MAWE, Jonh. **Viagens ao Interior do Brasil:** principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes. Rio de Janeiro: Editota Z. Valverde, 1944.

MENESES, Ulpiano. A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. *In: I Simpósio Nacional de História Antiga*, João Pessoa, PB. **Simpósio Nacional de História Antiga.** 1983, João Pessoa, PB, Universidade Federal da Paraíba: 1983. p.103-117.

MENEZES, L.; RODRIGUES, G.; COSTA, C. J. A Ilustração Portuguesa e a Missão dos Padres Matemáticos na América. **Revista História e Cultura**, São Paulo, SP. v.3, n.2, p. 437-454, 2014.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil.** O território Colonial brasileiro ao “longo” do século XVI. São Paulo: Editora HUCITEC; 2000.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. A Arte no Brasil uma História de Cinco Séculos. Editora Secretaria de Cultura de SP: 1979.

OLIVEIRA, C. R. R. **Cartografia-conheça Minas Gerais Através de Seus Mapas.** São Paulo: Editora Mestre. 1967.

PECHMAN, R. **Cidades Estreitamente Vigeadas o Detetive e o Urbanista**. Rio de Janeiro, Editora: Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, V. **O Artesão da Memória No Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Editora PUC Minas, 1996.

RIBEIRO, M.E. A. **Estradas da vida. História da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais**. 1992 a 1997.p. 1-322. Tese (Doutorado em História) São Paulo - Unicamp, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp; 2007.

RODRIGUES, M. C. As técnicas cartográficas da carta dos diamantes dos padres matemáticos: diálogos entre o Iluminismo e a arte de fazer mapas no século XVIII em Portugal e no Brasil. **RevistaTemporalidades**, Belo Horizonte, MG v. 8, n. 2, p. 268-284, mai./ago., 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSA, Roberto. Introdução ao **Geoprocessamento**. Instituto de Geografia Laboratório de Geoprocessamento. Uberlândia, MG, jun/2013. Disponível em: http://professor.ufabc.edu.br/~flavia.feitosa/cursos/geo2016/AULA5-ELEMENTOSMAPA/Apostila_Geop_rrosa.pdf. Acesso em: 13. jun. 2019.

RUSSELL-WOOD, R. J. Anthony. **O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro**. [?], Disponível em: <https://people.ufpr.br/~lgeraldo/textosbrasila/russelwood.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; 1975.

SANCHES, O. Fabio; TOLEDO, S. Francisco; PRUDENTE, A. Henrique. **Estrada Real: O caminho do Ouro**. Lorena, SP: Santuário, 2006.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento Faculdade de Arquitetura, UFBA, Bahia, 1995.

SANTOS, Aline et al. Políticas Públicas de Preservação: Instituições, Personalidades e Salvaguarda do Patrimônio Documental da Arquitetura no Brasil. In: MICHELON F. Francisca, et. Al (org.). **Políticas Públicas do Patrimônio Cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: 2012.p.15-32.

SANTOS, Mácio. **Estradas Reais: Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Estrada Real, 2001.

SANTOS, F. João. **Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio**: Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SILVA, B. Olga. Memória Preservação e Tradições Populares. *In*: Cunha, P. C. Maria, (org.). **O Direito à Memória**: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

SOUSA, N. Gladston. Jequivale. [música]. [Minas Novas]: [s.n]; 2005.

TEXEIRA, Daniele. Estrada Real Mineira. [Mensagem Corporativa]. Mensagem recebida por: <alicefs.ferreira@gmail.com> Acesso em 19 mar. 2019

TEIXEIRA, Luís. Linha de Tordesilhas 1574. Brasil, Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/mapas/teixeira-1574.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018

VELOSSO, André; MATOS, Ralfo. A rede de Cidade do Vale do Jequitinhonha nos Séculos XVIII e XIX. IGC/UFMG. **GEONOMOS**, Belo Horizonte, MG. v.6, n.2, p. 73-87. [19-].

VENÂNCIO, Renato P. **Caminho Novo: A longa duração**. 19[--]. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b4ccd4d088e15d9334ddc/1462455501491/12_Venancio%2C+Renato+Pinto..pdf Acesso em: 15 abr. 2019.

WLADIMIR, M.; MACHADO. S.J.K. (org.). Projeto Resgate "Barão do Rio Branco". **Catálogo Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Editora Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXOS

Anexo I



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Rua "Getúlio Vargas, 158-B – Centro.
 CEP: 39.650-000 – Minas Novas (MG)
 Fone: (33) 3764-1104 – Fax: (33) 3764-1252
 E-mail: pmmn@uai.com.br

Prezada Alice,

Em atendimento à sua solicitação, embora com pouco conhecimento do assunto, não poderia, nem deveria deixar sem respostas questionamentos tão importantes. É bom que se saliente que Minas Novas, fundada em 1727, apesar de ser o 9º Município criado nas Gerais, com uma longa e bonita história, não foi contemplada com sua integração no circuito da Estrada Real – **na minha ótica - uma grande injustiça.**

I – Jamais ouvi ou visualizei algo que justifique a não inclusão do nosso município no circuito em tela. Haja a vista que várias outras localidades que foram emancipadas por Minas Novas, constam do Projeto Estrada Real.

II – Existe um Plano Diretor editado através do Decreto 06/2006 de 11 de Outubro, uma vez que a Mesa Diretora do Legislativo, da época, recusou a votar o Projeto de Lei. Para não desobedecer a Lei Federal nº 10527 o Chefe do Executivo resolveu a editá-lo por meio de decreto.

III – O Orçamento Geral do Município possui valores alocados para o turismo, mas não como uma ação prioritária da administração municipal.

IV – A Cidade possui o Conselho Municipal do Turismo - COMTUR, criado Pela Lei Municipal nº 1732 de 18-06-2010.

V – SIM – Minas Novas tem Fundo Municipal do Turismo – FUMTUR, criação aprovada pela Câmara Municipal com recursos definidos e aplicação efetiva para o turismo. Lei Municipal nº 1733 de 18-06-2010.

VI – SIM;

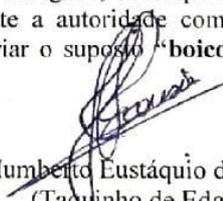
VII – SIM;

VIII – SIM;

IX – SIM.

Em anexo estou enviando alguns documentos para avaliação e utilização se lhe convir, inclusive um atlas (já ultrapassado). Impresso estragado, desculpe-me, não localizei outro mais recente e conservado. NOTA: Lamentavelmente a autoridade competente que poderia ter entrado com algum recurso, nada fez para contrariar o suposto "boicote" do ingresso de Minas Novas no projeto "Estrada Real".

Sucesso!


 Humberto Eustáquio de Sousa
 (Taquinho de Edgard)

Minas Novas, 10-05-2019.

Anexo II



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Rua "Getúlio Vargas", 158-B - Centro
 CEP: 39.650-000 - Minas Novas (MG)
 Fone: (33) 3764-1104 - Fax: (33) 3764-1252
 E-mail: pmmn@uai.com.br

037
[Handwritten signature]

LEI Nº 1732 DE 18 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Minas Novas, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que tem como objetivo orientar, promover e gerir o desenvolvimento do turismo no Município de Minas Novas.

Art. 2º O COMTUR é órgão consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador de assessoramento à Administração Pública e a órgãos de representatividade.

Art. 3º O COMTUR será composto por 7 (sete) membros efetivos, com igual número de suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos órgãos, entidades cooperativas, associações ou organizações, abaixo relacionadas;

I – dois (02) representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação.

II – dois (02) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

III- dois (02) representantes da Secretaria Municipal de Obras, Transporte Urbanismo;

IV- dois (02) representante escolhidos entre os proprietários dos meios de hospedagem;

V- dois (02) representante escolhidos entre os proprietários de bares, restaurantes e similares;

VI – dois (02) representantes escolhidos entre a Associação de Artesãos;

VII – dois (02) representantes do Circuito Turístico das Pedras Preciosas;

§ 1º. A cada um dos membros indicados neste artigo corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representado.

§ 2º. Cada representante efetivo terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 3º. Os representantes do Poder Executivo terão mandatos coincidentes com o mandato do Governo Municipal.

§ 4º. Os integrantes do COMTUR serão nomeados por Decreto do Poder Executivo.

20 JUN 2010 09:52 000252 CÂMARA MUN. MINAS NOVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Rua "Getúlio Vargas", 158-B - Centro
 CEP: 39.650-000 – Minas Novas (MG)
 Fone: (33) 3764-1104 – Fax: (33) 3764-1252
 E-mail: pmmn@uai.com.br

§ 5º. Não há remuneração pelo exercício da função de conselheiro, considerado serviço público relevante.

§ 6º. As entidades de direito público, indicarão de ofício seus representantes.

§ 7º. O COMTUR deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal do turismo, mantendo atualizados o Executivo e o Legislativo, quanto ao resultado de suas ações.

Art. 4º - O COMTUR contará com um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo, que serão eleitos entre seus membros, por voto nominal ou oral, por maioria simples, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, sendo suas atribuições fixadas pelo Regimento Interno e empossado pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º Ao Conselho Municipal de Turismo-COMTUR – compete:

I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo;

II – propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;

III – opinar, previamente, sobre Projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;

IV – desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, através da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação;

V – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infra-estrutura adequada à implantação do turismo;

VI – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;

VII – programar e executar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação debates sobre temas de interesse turístico;

VIII – manter conjuntamente a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação cadastro de informações turísticas de interesse do Município;

IX – promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

X – apoiar, em nome do Município, a realização de congressos, seminários e convenções de interesse para o implemento turístico;

XI – propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de proceder intercâmbios

Anexo III**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS**

Rua "Getúlio Vargas", 158-B - Centro
 CEP: 39.650-000 – Minas Novas (MG)
 Fone: (33) 3764-1104 – Fax: (33) 3764-1252
 E-mail: pmmn@uai.com.br

LEI Nº 1733 DE 18 DE JUNHO DE 2010.

**"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL
 DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A Câmara Municipal de Minas Novas, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
 DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
 SEÇÃO I
 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instituir o Fundo Municipal de Turismo, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação, conforme disposto na letra "c" do art.2º, da Lei nº 1421, de 17 de Fevereiro de 2005.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação, em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, adotarão ações comuns no sentido de:

- I - definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do Fundo Municipal de Turismo;
- II - aplicar os parâmetros da administração financeira pública na execução do Fundo, nos termos da legislação vigente.

SEÇÃO II

DA CONSTITUIÇÃO DO FUMTUR – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 2º O Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, será constituído por:

- I - receitas provenientes de cessão de espaços públicos municipais para eventos de cunho turístico e de negócios;
- II - rendas provenientes da cobrança de ingressos para shows artísticos e eventos administrados pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação, quando não revertidos à título de cachês ou direitos;

III - produto auferido sobre a venda de publicações turísticas editadas pelo Poder Público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS
 Rua "Getúlio Vargas", 158-B - Centro
 CEP: 39.650-000 - Minas Novas (MG)
 Fone: (33) 3764-1104 - Fax: (33) 3764-1252
 E-mail: pmmn@uai.com.br

- IV - dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
- V - doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;
- VI - contribuições de qualquer natureza destinadas ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, sejam públicas ou privadas;
- VII - recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, celebrados com a Prefeitura;
- VIII - produto de operações de crédito, realizadas pela Prefeitura, observada a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;
- IX - rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis, no mercado de capitais;
- X - outras rendas eventuais.

Parágrafo único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, sob a denominação de "Fundo Municipal de Turismo".

Art. 3º As receitas do FUMTUR deverão ser processadas de acordo com a legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltados ao turismo, a ser desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação.

SEÇÃO III DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUMTUR

Art. 4º Os recursos do FUMTUR serão exclusivamente aplicados em:

- I - pagamentos pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para a execução de programas e projetos específicos do setor do turismo;
- II - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas diretamente ligados ao turismo;
- III - financiar total ou parcialmente programas de turismo através de convênios;
- IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área do turismo.

Art. 5º Obedecida a legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades estabelecidas nesta Lei, os recursos do FUMTUR deverão ser aplicados

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS**

Rua "Getúlio Vargas", 158-B - Centro
CEP: 39.650-000 - Minas Novas (MG)
Fone: (33) 3764-1104 - Fax: (33) 3764-1252
E-mail: pmnn@uai.com.br

no mercado de capitais, cujos resultados a ele reverterão.

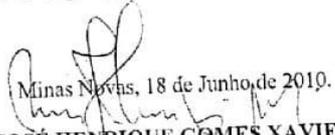
Art. 6º Na aplicação dos recursos do FUMTUR observar-se-á:

- I - as especificações definidas em orçamento próprio;
- II - os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a legislação orçamentária.

Parágrafo único. O orçamento e os planos de aplicação do FUMTUR, observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação .

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Minas Novas, 18 de Junho, de 2010.
JOSÉ HENRIQUE GOMES XAVIER
Prefeito Municipal

Anexo IV



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Rua "Getúlio Vargas", 158-B - Centro
 CEP: 39.650-000 - Minas Novas (MG)
 Fone: (33) 3764-1104 - Fax: (33) 3764-1252
 E-mail: pmmn@uni.com.br

LEI Nº 1734 DE 18 DE JUNHO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Minas Novas, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O município de Minas Novas promoverá o turismo como fator de desenvolvimento social, econômico e cultural, através da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação, Conselho Municipal de Turismo-COMTUR e do Plano Municipal de Turismo-PLAMTUR do município, a ser instituído em conjunto com estas três instituições.

Art. 2º - o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, é órgão consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador ligado a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação, regulamentado pela lei de 2010, responsável pela conjunção de esforços entre o poder público e a sociedade civil com fins de fomento ao desenvolvimento sustentável do turismo no município de Minas Novas.

Art. 2º - O PLAMTUR tem por objetivo incrementar a política municipal de turismo, visando criar condições para o fomento e o desenvolvimento da atividade turística no Município de Minas Novas.

Art. 3º - A política Municipal de Turismo, a ser exercida em caráter prioritário pelo Município, compreende todas as iniciativas ligadas a indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO - MINAS NOVAS

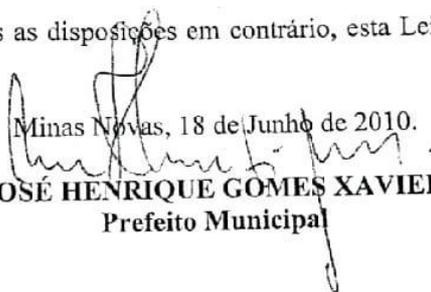
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS**

Rua "Getúlio Vargas", 158-B - Centro
CEP: 39.650-000 – Minas Novas (MG)
Fone: (33) 3764-1104 – Fax: (33) 3764-1252
E-mail: pmmn@uai.com.br

Art. 4º - O Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Comunicação e o COMTUR, coordenará todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, visando o estímulo às atividades do Município, na forma desta lei e das normas dela decorrentes.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Minas Novas, 18 de Junho de 2010.


JOSÉ HENRIQUE GOMES XAVIER
Prefeito Municipal

Anexo V

Mapa Atual – Circuito Estrada Real



Fonte: Estrada Real, 2019.